



DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, ARTES E HUMANIDADES

MESTRADO EM HISTÓRIA E PATRIMÓNIOS

UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA

“LUÍS DE CAMÕES”

**Celebrações republicanas da Revolução Liberal:
construções, reconstruções e apropriações da memória histórica
(1917-1922)**

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em História e Patrimónios

Autor: Jorge Filipe Ribeiro

Orientador: Professor Doutor Frédéric Jean-Marc Vidal

Número do candidato: 30004622

Dezembro de 2024

Lisboa

Dedicatória

À Katy, companheira de uma vida,
À Mariana e ao Filipe, as luzes dos meus olhos,
Ao Lourenço, meu neto, meu filho,
Aos meus pais, que viverão eternamente no meu coração.

Agradecimentos

Em 2019, numa altura já madura da minha vida, tomei a decisão de transformar em realidade um sonho há muito em suspenso, tirar uma licenciatura em História e, mais tarde, o mestrado em História e Patrimónios. Foi na UAL que se proporcionou a concretização deste sonho feito realidade.

Para que tal se tivesse concretizado, tive a sorte de me deparar com um conjunto de Professores e de Professoras que, sem exceção, proporcionaram-me o conhecimento que eu procurava, mas também a realização pessoal. Sinto-me, por isso, profundamente grato a todos os Professores e a todas as Professoras da UAL.

Ao meu orientador da dissertação de mestrado, o Professor Frédéric Vidal, um especial agradecimento pela disponibilidade, pela partilha do seu imenso saber, pela paciência perante as minhas dúvidas e inseguranças e, especialmente, pelas muitas palavras de incentivo sem as quais tudo teria sido muito mais difícil.

Aos meus colegas, amigos e companheiros de percurso na UAL, Anabela, Paulo e Vítor, dedico algumas linhas muito especiais deste singelo, mas sentido texto. Foi graças a eles que, em cada dia de aulas, quer fizesse calor, frio, chuva ou vento, sabia que iria passar bons momentos na sua companhia. A partilha de experiências, de dúvidas, de inseguranças e de fraquezas com estes meus amigos, ficarão para sempre gravadas nas minhas mais gratas memórias. Obrigado por terem sido meus colegas, amigos e companheiros. Modestamente, rogo que me permitam continuar a ter-vos por amigos no futuro.

Por fim, o meu esteio, a minha família. O meu pensamento vai para a minha Katy, companheira de uma vida. Como poderia esquecer o apoio e o incentivo que me deste desde o primeiro momento para que eu concretizasse algo que tu sabias mais do que qualquer outra pessoa que eu queria fazer, que eu necessitava de levar até ao fim. À Mariana e Filipe, as luzes dos meus olhos. São o meu orgulho e aquilo que dá sentido à minha vida. Sei que estão muito felizes por mim, e isso basta para que, também eu, me sinta feliz. Ao Lourenço, meu amor, fazes com que este avô se sinta pai novamente, contudo, de uma forma diferente, mais doce, mais terna, mais calma. Aos meus pais...

Epígrafe

“Só é vencido quem desiste de lutar”

Mário Soares (1924-2017)

Resumo

Entre os anos de 1917 e 1921, decorreu em Portugal um conjunto de comemorações relacionadas com o Centenário da morte do general Gomes Freire de Andrade, em 1917, com o Centenário da Revolução de 1820 e com as Cortes Constituintes de 1821, cujos trabalhos deram origem à primeira Constituição Portuguesa de 1822. A organização e a celebração destas efemérides foram da responsabilidade do regime republicano, implantado em 5 de outubro de 1910. Estas comemorações remetem para os valores político-ideológicos basilares da República, num momento que coincidiu com uma grave instabilidade política e uma grande contestação de ordem social. Assim, estas comemorações transformaram-se numa oportunidade única de o regime republicano, através do exercício da memória histórica, adquirir a almejada legitimidade interna, nunca alcançada até então. Desta investigação sobressai o relativo êxito da comemoração do Centenário de Gomes Freire face à modéstia da comemoração do Centenário da Revolução de 1820, facto este que prenunciava a crescente dificuldade do regime republicano no sentido de gerir os conflitos latentes no seu seio e na relação com os diferentes interesses políticos, económicos e sociais.

Palavras-chave: Comemorações, Gomes Freire de Andrade, Republicanismo, Revolução de 1820.

Abstract

Between 1917 and 1921, commemorations were held to celebrate the 100th anniversary of the death of the general Gomes Freire de Andrade in 1817, the 1820 Revolution, and the Constituent Courts (1821), which culminated in the creation of the first Portuguese Constitution in 1822. The organization and celebration of these commemorative events were the responsibility of the Republican regime, established on October 5, 1910. These celebrations reflected the fundamental political and ideological values of the Republic during a period marked by significant social unrest and great political instability. By alluding to historical memory, these commemorations provided a unique opportunity for the Republican regime to gain internal legitimacy, which had never been achieved until that point.

The research presented in this thesis highlights the success of the celebrations of the Centenary of Gomes Freire's death in contrast to the more modest celebrations of the 1820 Revolution. This disparity foreshadows the growing difficulties faced by the Republican regime in managing conflicts, either within itself and in its relations with various political, economic, and social interests.

Keywords: Celebrations, Gomes Freire de Andrade, Republicanism, Revolution of 1820.

Índice

Introdução.....	12
Capítulo 1 - I República: o contexto histórico das comemorações (1917-1921).....	21
1.1. A União Sagrada.....	21
1.2. Portugal na Grande Guerra.....	23
1.3. Sidónio Pais e a deriva autoritária.....	26
1.4. A I República, 1919: nascimento de uma segunda oportunidade.....	28
Capítulo 2 - Crónicas das Festas Cívicas no espaço público contadas nos jornais.....	33
2.1. Centenário da morte do general Gomes Freire de Andrade.....	37
2.2. Centenário da Revolução Liberal de 1820 na cidade do Porto.....	52
2.3. Centenário da Revolução Liberal de 1820 na cidade de Lisboa.....	66
2.3.1. A inauguração da estátua da Maria da Fonte no jardim da Parada.....	69
2.3.2. A inauguração da lápide, a romagem, outras festas populares e as homenagens a Gomes Freire e aos seus companheiros de suplício.....	76
2.4. Balanço das efemérides de 1917 e de 1920 e as narrativas jornalísticas.....	86
Capítulo 3. As celebrações oficiais no Congresso da República.....	88
3.1 A sessão nº 6, de 26 de janeiro de 1921.....	88
3.2. A Luneta da Sala das Sessões do Congresso da República: tributo da I República ao parlamentarismo Vintista em “As Cortes Constituintes de 1821”.....	107
Conclusão.....	117
Fontes e bibliografia.....	123
Fontes - Arquivos.....	123
Periódicos (jornais e revistas).....	123
Livros e revistas.....	123
Outra bibliografia eletrónica.....	128
Anexos.....	129

Lista de Quadros

Quadro nº 1 – Centenário da morte do general Gomes Freire de Andrade: cerimónia na Torre de S. Julião da Barra, em 18/10/1917. Instituições presentes.....	44
Quadro nº 2 – Centenário da morte do general Gomes Freire de Andrade: cerimónia na Torre de S. Julião da Barra, em 18/10/1917. Individualidades presentes.....	47
Quadro nº 3 – Presenças dos Congressistas na Sessão do Centenário das Cortes Constituintes, em 26/01/1921.....	90
Quadro nº 4 – Assiduidade dos Congressistas na I República, nas Sessões Legislativas 1911-1915; 1915-1917; 1917-1918; 1921; 1922-1925; 1925-1926.....	91
Quadro nº 5 – Principais temáticas tratadas pelos conferencistas, na Sessão nº 6, realizada no Congresso da República, em 26/01/1921.....	95

Lista de Imagens

Imagem nº 1: Fotografia do primeiro governo republicano formado a partir da “União Sagrada”, em março de 1916.....	22
Imagem nº 2: Fotografia da estátua a Gomes Freire (incompleta), junto ao forte de S. Julião da Barra. Foto do autor, em 1/11/2024.....	42
Imagem nº 3: Foto da cerimónia do Centenário da morte de Gomes Freire na Torre de S. Julião da Barra. Autoria de Joshua Benoliel. Ilustração Portuguesa, II Série, nº 610, p. 346, de 29/10/1917.....	43
Imagem nº 4: Fotografias das homenagens a Gomes Freire e aos seus companheiros em Lisboa, em 28/10/1917. Autoria de Joshua Benoliel. Ilustração Portuguesa, II Série, nº 611, p. 368, de 5/11/1917.....	49
Imagem nº 5: Lápide em homenagem aos companheiros de Gomes Freire, supliciados no Campo dos Mártires da Pátria, da iniciativa da CML. Fotografias do autor, em 14/09/2024.....	50

Imagem nº 6: Marca da preservação da memória relativa ao suplício dos companheiros de Gomes Freire no Campo dos Mártires da Pátria, da iniciativa da freguesia de Arroios. Fotografia do autor, em 14/09/2024.....	50
Imagem nº 7: Nota da Comissão Executiva do Centenário da Revolução de 1820 em Lisboa. A Vanguarda, nº 2347, pág. 1, de 14/09/1920.....	67
Imagem nº 8: Elementos componentes da Comissão Executiva do Centenário da Revolução de 1820. Diário de Notícias, nº 19682, pág. 1, de 16 de setembro de 1920.....	68
Imagem nº 9: Inauguração da estátua da Maria da Fonte. Arquivo Histórico Municipal de Almada.....	69
Imagem nº 10: Ata da Sessões da CML, 36ª sessão, em 16/09/1920. Gabinete de Estudos Olisiponenses. Fotografia do autor, em 3/07/2024.....	73
Imagem nº 11: Reprodução da 1ª página do DN de 16/09/1920, nº 19682. Biblioteca Nacional. Foto do autor, em 23/04/2024.....	75
Imagem nº 12: Fotografias referentes à comemoração do Centenário da Revolução de 1820 em Lisboa. Ilustração Portuguesa, nº 762 de 27/09/1920, p. 202.....	80
Imagem nº 13: Homenagens prestadas a Gomes Freire e aos companheiros, em 26/09/1920. A Capital, nº 3653, de 1 de outubro de 1920, p. 1.....	84
Imagem nº 14: Ata da primeira sessão das Cortes Extraordinárias da Nação Portuguesa. 26 de janeiro de 1821. Cota: AHP, Secção I/II, cx. 136, mç. 95, doc. 96.....	92
Imagem nº 15: Gravuras de oradores da sessão comemorativa do Centenário das Constituintes de 1820 – autoria de Rocha Vieira, redator artístico da revista Ilustração Portuguesa. Ilustração Portuguesa, nº 781 de 5/02/1921, p. 95.....	105
Imagem nº 16: Imagem da pintura mural da autoria do pintor Veloso Salgado e imagem de Álvaro de Castro e de António Granjo a discursarem no decurso da sessão e aspeto da sessão solene. Ilustração Portuguesa, nº 781 de 5/02/1921, p. 94.....	106
Imagem nº 17: Esboço da pintura “As Cortes Constituintes de 1821”, c. 1919-1920, óleo sobre tela, Divisão Museológica e para a Cidadania da Assembleia da República (DMC-AR).....	108

Imagem nº 18: Esboço feito a tinta-da-china com a identificação das figuras retratadas na pintura a óleo sobre tela da luneta da presidência da Sala da Câmara dos Deputados (não datado). Fonte: DMC-AR.....	109
Imagem nº 19: Estudos de retratos para a tela “Cortes Constituintes de 1821” – Bernardo Sepúlveda, José da Silva Carvalho, José Barreto Feio, José Ferreira Borges, Manuel Fernandes Tomás e Manuel Borges Carneiro, 1920, carvão sobre papel. Fonte: DMC-AR.....	110
Imagem nº 20: Cadeirão do rei D. João VI, 1920. Fonte: DMC-AR, 1920.....	110
Imagem nº 21: Fotografia disponível no site do Museu da Assembleia da República. Fonte: Museu da AR.....	112
Imagem nº 22: Sala das Sessões da Assembleia da República em 1914. Fotografia de J. Fernandes, em 1914.....	113
Imagem nº 23: Gravuras de oradores da sessão comemorativa do Centenário das Constituintes de 1820 – autoria de Rocha Vieira, redator artístico da revista Ilustração Portuguesa. Ilustração Portuguesa, nº 781 de 5/02/1921, p. 95.....	114
Imagem nº 24: Sala das Sessões da Assembleia da República. Fotografia de Carlos Pombo, 2009.....	115
Imagem nº 25: Estátua da autoria do escultor Anjos Teixeira (1880-1935), datada do ano de 1916, situada na Sala das Sessões da Assembleia da República. Fonte: Assembleia da República	115

Lista de acrónimos e abreviaturas

ACP - Associação Comercial do Porto

CML – Câmara Municipal de Lisboa

CMP – Câmara Municipal do Porto

DN – Diário de Notícias

EUA – Estados Unidos da América

GNR – Guarda Nacional Republicana

PRP – Partido Republicano Português

Lista de Anexos

ANEXO I - Funções desempenhadas pelas principais figuras do Vintismo..... 129

Introdução

Entre os anos de 2020 e 2023, decorreu em Portugal um conjunto de efemérides que tiveram como propósito a celebração do bicentenário da Revolução Liberal de 1820, complementadas pelas Comemorações Parlamentares do Bicentenário do Constitucionalismo Português. Iniciado em 2017, este ciclo comemorativo conhecerá o seu epílogo em 2026¹. Estas efemérides invocaram um acontecimento anterior em três anos à data da Revolução Vintista, que correspondeu ao bicentenário da execução do general Gomes Freire de Andrade (1757-1817) e de outros onze oficiais seus companheiros, em 18 de outubro de 1817, vistos como precursores da Revolução de 1820². Embora seja polémica a narrativa construída pelo Vintismo e que foi prosseguida e potenciada pelo movimento republicano, que viram as ações de Gomes Freire como precursoras da Revolução de 1820³, as comemorações mais recentes seguiram um guião semelhante. Conjuntamente com a efeméride referida, tiveram igualmente lugar as comemorações do Vintismo, processo revolucionário de cariz marcadamente liberal e antagonista do Antigo Regime, iniciado com o pronunciamento militar no Porto, a 24 de agosto de 1820 e que atingiu o seu epílogo com o afastamento do Conselho de Regência em Lisboa, em 15 de setembro do mesmo ano⁴. Estes acontecimentos deram lugar a eleições à Constituinte, em dezembro de 1820, e à confirmação dos deputados eleitos às Cortes Constituintes, em 24 de janeiro de 1821⁵. Dos trabalhos desenvolvidos pelas Cortes Constituintes, a partir de 26 de janeiro de 1821, resultou a I Constituição Portuguesa, aprovada pelos deputados constituintes a 23 de setembro de 1822, tendo o rei D. João VI (1767-1826) jurado a I Constituição Portuguesa, em 1 de outubro de 1822⁶.

Daqui, poderemos inferir que o atual regime republicano, a III República (1974-...), continua, 200 anos após a Revolução Liberal iniciada no Porto, a rever-se na matriz fundacional e identitária dos valores do demoliberalismo vintista, sendo a memória histórica o garante da preservação dos fundamentos desses ideais. Para o efeito, tiveram lugar celebrações públicas e institucionais do Bicentenário da Revolução Liberal, apesar de estas terem sido em muito condicionadas pela coincidência com o período de confinamento devido ao surto da covid-19,

¹ Comunicação de Eduardo Ferro Rodrigues, presidente do Parlamento português, no âmbito do Congresso Internacional do Bicentenário da Revolução de 1820. Cf. Pereira (coord. *et al*), 2022, p. 33-35.

² Cf. **Miriam Halpern** Pereira, «O bicentenário do processo de Gomes Freire de Andrade e seus companheiros», *Ler História* [Online], 72 | 2018, posto online no dia 26 junho 2018, consultado no dia 01 dezembro 2023. <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.3792>

³ Costa, 2017, p. 87, defende que os conspiradores de 1817, como militares que eram, tinham motivações reivindicativas corporativas. Estão por provar as convicções liberais de Gomes Freire.

⁴ <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/A-Revolucao-Liberal-1820.aspx> [consult. 1 dez. 2023].

⁵ *Idem*.

⁶ <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/Constituicao-1822-2.aspx> [consult. 1 dez. 2023].

o que conduziu, em vários casos, ao adiamento das iniciativas programadas. Adicionalmente, têm sido feitas publicações várias por parte de especialistas, que refletem os mais recentes estudos historiográficos em torno do Vintismo.

Justamente há 100 anos, a I República celebrou as temáticas relacionadas com o centenário da morte de Gomes Freire e com o centenário da Revolução de 1820, factos históricos que não têm sido alvo de atenção por parte da historiografia mais recente. Esta dissertação debruça-se justamente sobre o conjunto destas comemorações, tendo como objetivos o levantamento das celebrações organizadas durante o primeiro centenário dos acontecimentos acima relatados, designadamente entre os anos de 1917 e 1921, nas cidades de Lisboa e do Porto, e de que forma estas comemorações influenciaram e foram influenciadas pelos acontecimentos coevos. As comemorações sobre as quais incidirá a nossa atenção são as seguintes: Centenário da morte de Gomes Freire, em 1917; Centenário da Revolução de 1820, no Porto; Centenário da Revolução de 1820, em Lisboa; Centenário das primeiras Cortes Constituintes de 1821. É a memória histórica da Revolução Liberal, bem como o programa comemorativo do centenário da mesma, levado a cabo pelo regime republicano, o tema da dissertação.

Em redor destas comemorações foram organizadas festividades diversas, umas de carácter mais popular, designadas pelo movimento republicano por Festas Cívicas, outras, de carácter vincadamente institucional, como aquela que decorreu no Congresso da República, em 26 de janeiro de 1921, e que teve como objetivo comemorar as primeiras Cortes Constituintes, cujos trabalhos arrancaram em 26 de janeiro de 1821.

Esta observação permitirá aferir dois aspetos concretos, cuja complementaridade ajudará a perceber o período da I República em Portugal, entre os anos de 1917 e 1921: o primeiro deles prende-se com o reconhecimento efetivo que a I República fez do património dos valores do Vintismo, reclamando-o como sendo pertença sua. O segundo deles prende-se com a capacidade de realização das celebrações, num período de tão efetiva crise como aquele pelo qual o país e o regime republicano passaram.

Em bom rigor, este trabalho dever-se-ia ter estendido ao ano de 1922, tal como consta do título desta dissertação. Neste ano deveriam ter sido celebradas duas efemérides: a primeira delas correspondia ao primeiro centenário da I Constituição Portuguesa, em 23 de setembro; já a segunda efeméride deveria ter sido celebrada a 1 de outubro do mesmo ano, momento correspondente ao centenário do juramento da Constituição pelo rei D. João VI. Todavia, os tempos não eram fáceis para a I República. No ano de 1922, a atenção do país focou-se em dois acontecimentos alternativos e, porventura, mais apelativos para as elites políticas e para o povo em geral. A ligação aérea ao Atlântico Sul, tendo como protagonistas Gago Coutinho (1869-

1959) e Sacadura Cabral (1881-1924), bem como o primeiro centenário da independência do Brasil, foram os acontecimentos comemorados e intensamente vividos de um lado e do outro do Atlântico⁷, por parte das comunidades portuguesas⁸. A depressão nacional causada ao país pela *noite sangrenta* de 19 de outubro de 1921, virou, provavelmente, o país republicano para feitos e celebrações vividos a partir do exterior, em detrimento de celebrações de ordem interna, de apelo à memória histórica. Deste modo, não foram encontradas ao longo desta investigação fontes que permitissem aferir da realização de comemorações relacionadas com o centenário da I Constituição portuguesa, facto que levou a que esta dissertação tivesse ficado restringida ao período de 1917 a 1921, com particular destaque para os anos de 1917, 1920 e 1921.

Assim, o período histórico objeto de análise, entre 1917 e 1921, é caracterizado pela forte instabilidade do regime republicano. O envolvimento de Portugal na Grande Guerra, peça-chave encontrada pelo regime republicano para se fazer legitimar interna e externamente, serviu como pano de fundo a outros males que grassavam e corroíam o regime por esta altura: a legitimidade interna do regime republicano ia sendo paulatinamente colocada em questão por via da contestação social. O regime era então dominado por um partido, o Partido Republicano Português, também designado por Partido Democrático, faltando notoriamente uma alternativa partidária que pudesse ser legitimada por via de eleições, à semelhança do que se passou durante o rotativismo iniciado com a Regeneração, no período Monárquico-Constitucional. À falta de alternativas democraticamente legitimadas, ia pairando sobre o regime do 5 de outubro a sombra de alternativas conspirativas de índole autoritária; a contestação social no campo e nas cidades era determinada pelas difíceis condições de vida da maioria da população. A economia de guerra vivida em Portugal desde a entrada do país na Grande Guerra, tinha provocado ainda maiores dificuldades à população em geral, devido à escassez de bens de primeira necessidade e a hiperinflação daí resultante⁹; à crise económica somava-se a crónica crise financeira. A balança de pagamentos do país ao exterior e a dívida pública iam-se avolumando, só ciclicamente compensadas pela desvalorização do escudo, que tinha como reverso da moeda, uma espiral inflacionista¹⁰.

Foi neste ambiente profundamente desfavorável ao regime republicano que, quer a comemoração do Centenário da morte de Gomes Freire, em 1917, quer as comemorações

⁷ Ramos, 2019, p. 618.

⁸ Decorreu entre 31/08/23 e 31/03/24 uma interessante exposição nos jardins do Palácio de Belém, com o título *António José de Almeida e a «viagem gloriosa» ao Brasil*, que, entre outros aspetos, retratou a viagem do chefe de Estado português ao Brasil por altura da celebração do centenário da independência deste país.

⁹ Consultar Capítulo 1, 1.4 I República: nascimento de uma segunda oportunidade, p. 28-32.

¹⁰ *Idem*.

relativas aos centenários da Revolução de 1820 e das Cortes Constituintes de 1821, transformaram-se em oportunidades no sentido de o regime republicano testar a capacidade ainda existente de arregimentar em torno de si as instituições ligadas ao republicanismo. Falamos dos centros republicanos, dos grémios maçónicos, das paróquias e câmaras municipais, das associações patronais e dos sindicatos e, não menos importante, da instituição militar. Mas não só, falamos também das gentes do povo, nomeadamente do povo das cidades inserido na malha urbano-industrial, isto é, dos operários, dos empregados dos serviços e, também, de um dos grandes esteios do 5 de outubro, os militares, com particular destaque para os marinheiros.

A mobilização para as comemorações de uma tão grande diversidade de instituições e de gentes do povo foi realizada levando em linha de conta duas vertentes: uma delas, através da realização das Festas Cívicas republicanas, que teriam por objetivo atrair as massas populares; o outro, predominantemente elitista e de cariz eminentemente político, invocando os valores identitários e fundacionais da República, que remetiam para os valores político-ideológicos do Iluminismo, da Revolução Francesa e do Vintismo. Segundo a historiadora Isabel Nobre Vargues, “O movimento republicano sentia-se herdeiro do movimento revolucionário vintista.”¹¹ E, na sequência desta afirmação, Vargues evoca uma entrevista feita pelo jornalista Fausto Vilar a Teófilo Braga (1843-1924), uma das figuras maiores da República, na qual, respondendo à pergunta “«O que seria de Portugal sem a Revolução de 1820?»”, respondeu que “«Somos politicamente, filhos desse glorioso movimento» (ABC, 7, 26 de agosto de 1920).”¹² Foram precisamente os valores do Vintismo que estiveram fortemente representados ao longo das efemérides que são objeto de análise neste trabalho.

É escassa a bibliografia que remete diretamente para as comemorações. Todavia, autores como Luís Oliveira Andrade e Luís Reis Torgal afirmam numa obra conjunta¹³ que “[...] esquecimento a que foi votada a passagem do primeiro centenário da Revolução liberal de 1820. Nem festa, nem feriado nacional, nem comissão oficial. O governo de António Granjo – no poder desde 19 de Julho (cairá a 19 de Novembro) –, que tinha aceite a “Festa do Patriotismo” para o 14 de Agosto da vitória de Nuno Álvares Pereira, já não encontrou lugar para comemorar o 24 de Agosto da revolução vintista do Porto”¹⁴. Ainda dentro da temática da comemoração do “14 de agosto da vitória de Nuno Álvares Pereira” durante a I República, a tese de doutoramento

¹¹ Vargues, 1997, p. 82.

¹² *Idem*.

¹³ ANDRADE, Luís Oliveira e TORGAL, Luís Reis - *Feriados em Portugal: tempos de memória e de sociabilidade*, 2ª edição Coimbra: Imprensa da UC, 2012.

¹⁴ Andrade e Torgal, 2012, p. 41-42.

de Pedro Martins¹⁵ é uma referência, ilustrando as diferentes apropriações que a historiografia coeva foi fazendo ao sabor de narrativas históricas construídas por correntes políticas de sinais contrários, de modo a reclamarem em prol dos seus objetivos ideológicos algumas das importantes figuras da História de Portugal, nomeadamente, personalidades históricas da Idade Média e da Idade Moderna. Ainda dentro da linha da apropriação de importantes figuras da História de Portugal por parte do movimento republicano, temos Teófilo Braga, um dos principais ideólogos do movimento republicano, com o livro *História das Ideias Republicanas em Portugal*¹⁶ que, particularmente no que se refere ao capítulo XIV, aborda o terceiro centenário da morte de Camões, em 1880, data marcante em termos da afirmação do movimento republicano em Portugal.

Existem, porém, outras fontes históricas como sejam as atas das sessões do Congresso da República¹⁷ e as atas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa¹⁸, onde é possível identificar sessões parlamentares e camarárias onde foram debatidas as iniciativas comemorativas, bem como a luta política arregimentada em torno das mesmas, nuns casos favorável às iniciativas memorialistas, noutros, em oposição. A iconografia também ocupa um lugar de relevo no âmbito destas comemorações. Como exemplo, temos o notável testemunho plástico da pintura da luneta existente na parede da Presidência da Sala das Sessões dos Deputados, em resultado da encomenda colocada ao pintor Veloso Salgado, em 1919, pela comissão administrativa do Congresso da República e que teve como objetivo a celebração do centenário das primeiras Cortes Constituintes¹⁹.

Contudo, quando focamos a nossa atenção para a celebração do centenário da morte do general Gomes Freire de Andrade, encontramos uma vasta bibliografia coeva e contemporânea, que retrata em diferentes perspetivas o tema. Os autores são muito diversos, abordando em diferentes perspetivas o percurso de vida de Gomes Freire. Merecem particular destaque, entre outros, Miriam Halpern Pereira, que publicou um artigo a propósito do bicentenário do processo de Gomes Freire, mas no qual aproveitou para lançar um raro olhar sobre as iniciativas relativas

¹⁵ MARTINS, Pedro - *History, Nation e Politics: the Middle Ages in Modern Portugal (1890-1947)*: Lisboa: Universidade Nova, 2016. Tese de Doutoramento. Acedido em [file:///C:/Users/catir/Downloads/tese_pedro%20martins%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/catir/Downloads/tese_pedro%20martins%20(3).pdf) [consult. 21 dez 2023].

¹⁶ BRAGA, Teófilo – *História das Ideias Republicanas em Portugal*, Vega, 1983.

¹⁷ Diário do Congresso. *Debates Parlamentares* [Em linha]. Em 26 de janeiro de 1921. Sessão nº 6 (1921). [Consult. 12 jul. 2024]. Disponível em <https://debates.parlamento.pt/catalogo/r1/cr/01/04/03/006/1921-01-26/1>

¹⁸ Fonte: Gabinete de Estudos Olisiponenses - Atas das Sessões da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Lisboa, ano de 1920, 36ª sessão de 16 de setembro de 1920.

¹⁹ RIBEIRO, Jorge - *Luneta do Congresso da República: Herança política e memória histórica 100 anos depois (1920-1922)*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 2023. Trabalho final da disciplina de Gestão do Património.

ao primeiro centenário, em 1917²⁰. Acerca do mesmo tema, temos Maria Otília Lage, com a publicação de um texto no livro *A Revolução de 1820: Leituras e Impactos*²¹. Somam-se importantes contributos para a mesma temática através da Revista Militar, com artigos sobre Gomes Freire, da autoria de António Pires Ventura²², de Fernando David e Silva²³ e do Coronel Luís Manuel Brás Bernardino²⁴. Para uma melhor compreensão da influência da maçonaria no pensamento de Gomes Freire de Andrade, recorremos a uma recente publicação da autoria de Fernando Marques da Costa²⁵, cuja abordagem é clara, através de estudos que, nuns casos são recentes, noutros, foram objeto de atualização por parte do autor.

Contudo, revelou-se da maior importância a compreensão e o conhecimento do contexto relativo ao longo período de mais de 100 anos, de 1817 a 1921. Para tal, afigurou-se de vital importância o recurso a autores que, nuns casos, elaboraram abordagens historiográficas que incidiram sobre temas específicos, noutros casos, recorrendo a autores que optaram por abordagens historiográficas de índole mais generalista. Deste modo, para uma melhor compreensão do movimento republicano, destacamos a obra de referência *O Republicanismo em Portugal*, da autoria de Fernando Catroga²⁶, cuja história do movimento republicano no país e as suas principais influências, é mesclada pela história das ideias, nomeadamente no que concerne aos contributos do Iluminismo, do Racionalismo, do Demoliberalismo e do movimento republicano internacional para o republicanismo em Portugal. A obra *A Revolução de 1820: Leituras e Debates*, com o contributo de vários autores, entre os quais se destaca, uma vez mais, Miriam Halpern Pereira (org. *et al*)²⁷, aborda em profundidade diferentes temáticas da Revolução Liberal em Portugal, os seus fundamentos e as influências recebidas. No que concerne ao período final da monarquia e ao período subsequente da I República, revelam-se como muito importantes os contributos de autores como Fernando Rosas²⁸ e Rui Ramos²⁹,

²⁰ PEREIRA, Miriam Halpern - O bicentenário do processo de Gomes Freire de Andrade e seus companheiros. *Ler História*. Nº 72 (2018), p. 219-226.

²¹ LAGE, Maria Otília – A Conspiração de 1817 – Gomes Freire, de Raul Brandão, Mundividência histórica brandoniana. In Pereira, Miriam Halpern (org.) [et al.] – *A Revolução de 1820: Leituras e Impactos*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2022.

²² Revista Militar nº 2605/20606, artigo nº 1401 [consult. 13 set. 2023].

²³ Revista Militar nº 2605/20606, artigo nº nº 1405 [consult. 20 nov. 2023].

²⁴ Revista Militar nº 2605/20606, artigo nº nº 1412 [consult. 20 nov. 2023].

²⁵ COSTA, Fernando Marques da – Gomes Freire de Andrade: O Mártir do Mito, Lisboa, Instituto de Estudos Maçónicos, 2ª ed., 2017.

²⁶ CATROGA, Fernando - *O Republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de outubro de 1910*, Casa das Letras, 3ª ed., 2010.

²⁷ PEREIRA, Miriam Halpern (org.) [et al.] – *A Revolução de 1820: Leituras e Impactos*, Imprensa de Ciências Sociais, 2022.

²⁸ ROSAS, Fernando – *a primeira república 1910-1926: como venceu e porque se perdeu*. Bertrand Editora, 2018; ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (coords.) [et al.] - *História da Primeira República Portuguesa*, 3ª edição, Edições tinta-da-china.

²⁹ RAMOS, Rui (coord.) [et al.] – *História de Portugal*, 8ª edição, 2ª republicação, A Esfera dos Livros, 2019.

historiadores que elaboraram diferentes abordagens historiográficas, comprometidas, em alguns casos, com interpretações ideológicas da História. Assume importância decisiva referir que os acontecimentos em análise são recentes em termos de espaço temporal, pelo que poderemos facilmente cair na tentação de “optar por um dos lados”. Numa abordagem historiográfica mais neutra, recorreremos ao historiador José Miguel Sardica, com a obra *Da Monarquia à República*³⁰, cuja abordagem é resumida, contudo, holisticamente muito completa em termos da história política, social e militar do Portugal do final do século XIX e das primeiras duas décadas e meia do século XX. O historiador Oliveira Marques, com a *Breve História de Portugal*, transmite uma narrativa muito clara sobre o período de 1817 a 1922, num formato onde a História da época é abordada nas dimensões social, política e económico-financeira. Instituições como a maçonaria são tratadas por este historiador com um conhecimento insubstituível.

As fontes a que a historiografia pode e deve recorrer extravasam em muito as notáveis fronteiras do livro escrito, quando para mais, estamos em presença de um período histórico em que os periódicos (revistas e jornais), atingiram uma notoriedade e uma distribuição a nível nacional como jamais se tinha assistido, com centenas de publicações em circulação e linhas editoriais muito plurais³¹. Assumem igualmente vital importância as artes pictórica e plástica, a iconografia no espaço público, a toponímia, a numismática, a arquitetura e o testemunho oral. No que concerne à iconografia no espaço público e à toponímia, para o período que medeia entre a Revolução Liberal e a I República, assumem especial relevância, os seguintes trabalhos: da historiadora Isabel Nobre Vargues, com o livro *A aprendizagem da cidadania em Portugal (1820-1823)*³² que, apesar de incidir fundamentalmente a sua atenção sobre o período do Vintismo, não deixou de lançar um olhar muito interessante sobre o período da comemoração do Centenário da Revolução de 1820; da historiadora Magda Pinheiro, o livro *O Liberalismo nos Espaços Públicos*³³, cujo teor incide sobre a memória do Vintismo ao longo do século XIX e durante o período da I República, não deixando de referenciar as comemorações, nalguns casos retardadas, dedicadas a heróis do Vintismo em épocas mais recentes, designadamente a partir do 25 de Abril de 1974; a historiadora Maria Isabel João, com a tese de doutoramento

³⁰ SARDICA, José M. – *Da Monarquia à República: Pequena História Política, Social e Militar*, Alêtheia Editores, 2011.

³¹ Consultar Capítulo 2 – Crónicas das Festas Cívicas no espaço público contadas nos jornais, p. 33-87.

³² VARGUES, Isabel Nobre – *A aprendizagem da cidadania em Portugal (1820-1823)*, Livraria Minerva Editora, 1997.

³³ PINHEIRO, Magda – *O Liberalismo nos Espaços Públicos: A Memória das Revoluções Liberais Através dos Monumentos que a Celebram*, Celta Editora, 2000.

*Memória e Império: Comemorações em Portugal (1880-1960)*³⁴, aborda a sucessão de comemorações de efemérides realizadas ao longo do período de 80 anos (1880-1960), com uma exaustiva investigação e levantamento das celebrações realizadas e a composição das respetivas comissões organizadoras, bem como a iconografia, toponímia e numismática associadas. Embora não constitua o cerne da sua investigação, este trabalho não deixa passar em claro as celebrações vintistas e de Gomes Freire, no período da I República.

Reveste-se de importância fulcral para o conhecimento do contexto da I República e o relevo dado ao Vintismo, a bibliografia coeva. Para tal, assumiram protagonismo dois livros aos quais recorremos: *Maria da Fonte*, da autoria de Rocha Martins³⁵ (1879-1952), um dos mais importantes pedagogos republicanos e personalidade com muita influência nos meios intelectuais da época. Esta pequena mas elucidativa obra evoca os acontecimentos da Maria da Fonte que, embora tendo decorrido décadas após a Revolução Liberal, foi invocada e apropriada pela I República como um dos seus símbolos da luta do povo contra a tirania do rei; a já referida obra de Teófilo Braga, com o livro *História das Ideias Republicanas em Portugal*³⁶, de que merece particular destaque o capítulo XIV, cuja temática aborda o terceiro centenário da morte de Camões, em 1880, um dos momentos mais altos do movimento republicano em Portugal, antes do 5 de outubro de 1910.

Para este trabalho, para além das fontes históricas às quais já foi feita referência, revelaram-se de primordial importância outros recursos com informação histórica aos quais pudemos recorrer: consultas na Biblioteca Nacional online e presencial; consulta à Biblioteca da Assembleia da República; consulta online ao Arquivo Histórico da AR; visita à AR presencial e online; consulta presencial no GEO - Gabinete de Estudos Olisiponenses; consulta do acervo fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa; consulta online do acervo fotográfico do Arquivo Histórico Municipal de Almada; consulta presencial na Biblioteca da UAL; visita presencial à exposição que decorreu nos jardins do Palácio de Belém, que teve por objeto o presidente António José de Almeida e a viagem que este efetuou ao Brasil, a propósito do centenário da independência deste país em 1922; visita à iconografia que nos remete para a época em estudo, designadamente ao monumento a Gomes Freire, no Forte de S. Julião da Barra e ao conjunto de elementos dedicados aos supliciados de 1817, no Campo Mártires da Pátria; visita ao monumento em Lisboa aos mortos na Grande Guerra; visita à estátua da Maria

³⁴ JOÃO, Maria I. C. - *MEMÓRIA E IMPÉRIO: COMEMORAÇÕES EM PORTUGAL (1880-1960)*, Universidade Aberta, 1999. Tese de Doutoramento em História. Disponível em [file:///C:/Users/catir/Downloads/TD_Isabel%20Jo%C3%A3o%20\(5\).pdf](file:///C:/Users/catir/Downloads/TD_Isabel%20Jo%C3%A3o%20(5).pdf) [consult. 1 dez 2023].

³⁵ MARTINS, Rocha – Maria da Fonte. *Cadernos Históricos*. N.º 10. Edições Excelsior [s.d.].

³⁶ BRAGA, Teófilo – *História das Ideias Republicanas em Portugal*, Vega, 1983.

da Fonte no jardim Teófilo Braga; visita ao cemitério dos Prazeres, local rico em testemunhos da época em análise.

A estrutura da dissertação divide-se em três capítulos, cujo desenvolvimento define a linha de investigação da mesma. A saber: um primeiro capítulo, onde é feita uma contextualização do período sob escrutínio; um segundo capítulo, onde são dissecados os centenários de Gomes Freire e da Revolução de 1820 no Porto e em Lisboa, bem como as Festas Cívicas que tiveram lugar; e, um terceiro capítulo, onde é analisada a celebração de cariz institucional e parlamentar que teve lugar no Congresso da República, em 26 de janeiro de 1921, bem como o apontamento iconográfico da pintura de Veloso Salgado na Sala das Sessões do Parlamento, no âmbito do Centenário das primeiras Cortes Constituintes de 1821.

*

Levando em linha de conta que as citações a que recorreremos são próximas dos nossos dias e que a estrutura gramatical é já muito semelhante àquela que usamos atualmente, optámos por produzir as citações segundo o Acordo Ortográfico de 1990, em vigor desde 2009.

Capítulo 1 - I República: o contexto histórico das comemorações (1917-1921)

A I República Portuguesa (1910-1926) correspondeu a um período marcado pela permanente instabilidade em diferentes dimensões da vida do país: política, económico-financeira e social. Entre o final do ano de 1917 e o ano de 1921 assistiu-se a uma forte reação das diferentes forças políticas e sociais que se digladiavam no sentido de provocar uma drástica mudança de rumo da República face à sua primeira fase, de 1910 a 1917. Estavam em jogo interesses conjunturais conflitantes entre os diferentes grupos de pressão, dos quais se destacaram os partidos políticos, os militares, os sindicatos e as forças vivas associadas ao patronato. Contudo, neste mesmo período, fatores como o envolvimento do país na Grande Guerra, a crise sanitária em consequência da pandemia da pneumónica, a guerrilha permanente nas instituições políticas, a falta de legitimação interna do regime republicano e a contestação social, não permitiram que o país tivesse atingido a estabilidade necessária para mudar de rumo em direção ao desenvolvimento tão prometido pela I República, mas nunca conseguido.

Ao mesmo tempo que a crise se consolidava entre os anos de 1917 e 1921, foram organizadas algumas comemorações patrocinadas pelo regime republicano, que teriam como objetivos reavivar a memória histórica radicada nos momentos fundacionais dos valores do regime, levando o povo a vivenciar a cidadania cívica, elemento caro ao republicanismo³⁷. As comemorações referidas, com um cariz ideológico marcadamente liberal, foram as seguintes: Centenário da morte de Gomes Freire, em 1917; Centenário da Revolução de 1820, a 24 de agosto de 1920 no Porto e a 15 de setembro do mesmo ano em Lisboa; Centenário das primeiras Cortes Constituintes, em 1921. Todavia, como iremos observar, o período conturbado da vida nacional e a falta de consenso entre os diversos agentes políticos e sociais coevos, terão, inevitavelmente, perturbado e influenciado o normal decurso das realizações comemorativas atrás referidas.

1.1 A União Sagrada

O ano de 1917, ano correspondente à celebração do Centenário da morte do general Gomes Freire de Andrade, ficou ligado, quase desde o seu início, ao envolvimento direto de Portugal na Grande Guerra, no que concerne ao palco europeu³⁸.

³⁷ Catroga, 2010, p. 269-276.

³⁸ Portugal participou em dois palcos de guerra (Europa e África) e em 3 frentes de combate (Flandres, sul de Angola e norte de Moçambique). Distinguimos aquela que foi a intervenção de Portugal na Grande Guerra no palco africano, no âmbito da defesa do Império Colonial (sul de Angola e norte de Moçambique), desde 1914, daquela que foi a intervenção de Portugal no palco europeu, a partir de 1917. O território europeu português não

Foi nessa circunstância que o presidente Bernardino Machado (1851-1944) incentivou as forças partidárias no sentido de constituírem um governo de unidade nacional que, sob a inspiração do que se passou em França, constituir-se-ia como “um governo de «União Sagrada»”³⁹. Este governo abarcou o Partido Democrático (PRP) de Afonso Costa (1871-1937) e o Partido Evolucionista de António José de Almeida⁴⁰ (1866-1929), os dois maiores partidos do espectro partidário coevo, bem como o apoio parlamentar do Partido Unionista de Brito Camacho (1862-1934) e do Partido Socialista⁴¹. Este governo tomou posse a 15 de março de 1916, tendo assumido o lugar de presidente do Ministério, António José de Almeida.



Imagem nº 1: Governo da União Sagrada, com o presidente da República ao centro da fotografia, em 1916⁴²

Apesar do acordo de coligação obtido entre os dois maiores partidos representados no Parlamento, nunca foi atingido um verdadeiro consenso nacional. Os partidários da não participação na guerra, grupo este composto essencialmente pelos germanófilos, pelas forças ultraconservadoras católicas, pelos monárquicos e pelos anarquistas⁴³, não emprestaram o seu apoio à “União Sagrada”. Este governo foi paulatinamente perdendo o apoio popular à medida que a economia de guerra ia corroendo a coesão social. O mal-estar entre António José de

se encontrava em perigo de invasão, ainda que a neutralidade de Espanha no conflito e a sua aproximação à Grã-Bretanha, tradicional aliada de Portugal, pudesse constituir uma ameaça. O determinante da decisão da entrada de Portugal na guerra em território europeu terá sido a necessidade de afirmação e reconhecimento do regime republicano interna e externamente. Para o efeito, cf. Teixeira, 2014, p. 87-115.

³⁹ Fernandes, 2014, p. 68; Ramos, 2019, p.606.

⁴⁰ Meneses, 2021, p.277; Fernandes, 2014, p. 68.

⁴¹ Fernandes, 2014, p. 68.

⁴² Fonte: <https://ensina.rtp.pt/artigo/formacao-do-governo-da-uniao-sagrada-em-portugal/> [Consult. 6 nov. 2024].

⁴³ Ramos, 2019, p. 606.

Almeida, defensor de uma política económica mais próxima das “forças vivas” e, Afonso Costa, defensor de políticas tendencialmente intervencionistas por parte do Estado, levaram à queda do governo, em Abril de 1917. Nessa sequência, foi empossado um novo governo liderado, desta vez, por Afonso Costa, sendo que, por seu turno, o Partido Evolucionista não participou no governo, embora tenha dado o seu apoio parlamentar⁴⁴.

Assim, decorria o ano de 1917, durante o qual, com a posse do segundo governo da “União Sagrada”, as principais figuras do Estado eram o presidente do Ministério, Afonso Costa, e o presidente da República, Bernardino Machado. O tema que servia como pano de fundo para as dificuldades pelas quais passava Portugal em termos dos domínios económico-financeiro, político e social era o envolvimento de país na Grande Guerra. A economia de guerra ia dilacerando o país. A contestação social e as greves, a falta de produtos de primeira necessidade, o açambarcamento, a especulação, a fome e a falta de transportes de modo a fazer a distribuição das mercadorias por todo o país, comprovavam que Portugal estava imprevisto para a guerra na frente interna⁴⁵.

1.2 Portugal na Grande Guerra

Entretanto, desde janeiro de 1917, o Contingente Expedicionário Português (CEP) encontrava-se na Flandres. No entanto, a entrada das tropas portuguesas nas trincheiras deu-se só a partir de 2 de abril de 1917⁴⁶. Apesar do treino intenso a que as tropas do CEP foram sujeitas em Tancos durante 9 meses, sob as ordens do ministro da Guerra, o general Norton de Matos (1867-1955), de forma a colocar na Flandres cerca de 55 000 homens e, adicionalmente, cerca de mais 4 000 homens por mês para colmatar as expectáveis baixas e rendições⁴⁷, houve um conjunto de dificuldades que nunca foram ultrapassadas durante o período de permanência das tropas portuguesas no teatro de guerra europeu: a insuficiente preparação física e bélica das tropas para uma guerra, em termos tecnológicos, a mais sofisticada de sempre, feita de desgaste permanente em trincheiras (e não como as tropas portuguesas estavam habituadas, no ambiente de África, com recontros em savana aberta ou na selva); as dificuldades logísticas de transporte das tropas, com o país sempre dependente da disponibilidade inglesa para efetuar o transporte das tropas portuguesas por via marítima; a alimentação dos homens, inseridos que estavam no setor inglês, por isso, com a alimentação tipo dos ingleses que nunca satisfiz as tropas

⁴⁴ Meneses, 2021, p.277-286; Pires, 2021, p. 335-336.

⁴⁵ Pires, 2021, p. 337.

⁴⁶ Marques, 2021, p. 303.

⁴⁷ Ramos, 2019, p. 606-607.

nacionais. Todos estes fatores foram os ingredientes suficientes para traçar um destino cruel às dezenas de milhares de homens que passaram pela frente de guerra⁴⁸.

Embora com um amplo debate, domina na historiografia portuguesa a linha de pensamento que atribui à participação de Portugal na Grande Guerra uma das principais determinantes que conduziu à queda da I República, com o golpe militar de Maio de 1926 e a respetiva deriva autoritária. Ressalve-se que, no entanto, o peso conferido a este fator varia em função dos autores. A este propósito, o historiador António Reis diz que “A historiografia portuguesa, de um modo geral, tende a fazer da participação de Portugal na Grande Guerra de 1914-1918 o fator decisivo do descalabro do regime republicano.”⁴⁹. Para o efeito, invoquemos alguns historiadores que têm vindo a refletir particularmente sobre o tema do envolvimento de Portugal na Grande Guerra e as marcas que daí advieram para a I República. Assim, citemos Nuno Severiano Teixeira que diz que “[Portugal] obteve na íntegra os seus objetivos coloniais e, parcialmente, os seus objetivos económicos. [...] não obteve no tratado de paz o seu grande objetivo político. [...] se a este objetivo internacional gorado se juntarem os objetivos internos nunca alcançados, o balanço não é positivo. No fim da guerra era claro: a situação económica e financeira, a instabilidade social e a crise das instituições, não só tinham bloqueado a concretização do projeto modernizador da República como, [...] haviam impossibilitado a consolidação política e a legitimação nacional do regime. Mais: tinham aberto a porta à deriva autoritária que, em boa parte, nasceu dos escombros da Primeira Guerra Mundial.”⁵⁰.

Por seu turno, o historiador Fernando Rosas projeta já a consequência da crise económica e financeira com a futura chegada ao poder de Salazar, escrevendo “Mas a crise económica e financeira herdada da guerra ficara. Sobretudo esta última, com o seu lastro: desvalorização galopante do escudo, défice orçamental e da balança de pagamentos, agravamento da dívida pública externa, desvalorização dos salários reais, inflação. [...] Salazar, celebrado como «mago das finanças» e entronizado com plenos e inusitados poderes como Ministro dessa pasta, chegaria ao poder sob o pretexto de resolver a situação das finanças públicas matricialmente originada pela Grande Guerra. Um pretexto que abriria espaço para a liquidação do que sobrara da República demoliberal [...]”⁵¹.

Contudo, a posição que entende que o envolvimento de Portugal na Grande Guerra foi uma das principais determinantes que contribuiu para a queda da I República não é unânime.

⁴⁸ Cf. Ramos, 2019, p.605-608; particularmente interessante sobre tema das tropas portuguesas na Flandres, o texto de Marques, 2021, p. 301-318.

⁴⁹ Reis, 2021, p. 571.

⁵⁰ Teixeira, 2014, p. 114.

⁵¹ Rosas, 2018, p. 121

De tal modo que, revisitando o pensamento do historiador António Reis, este desvaloriza o contributo que a Grande Guerra teve no declínio e queda da I República (bem como as questões religiosa e de regime)⁵², valorizando, sobretudo, fatores político-culturais⁵³, nomeadamente a crise de “legitimidade/representatividade”⁵⁴, o não regular funcionamento das instituições, a incapacidade de o poder político fazer frente aos interesses da oligarquia financeira e a paulatina reorganização das forças conservadoras⁵⁵.

Independentemente do peso que as diferentes linhas de pensamento e interpretação historiográfica possam atribuir ao envolvimento de Portugal na Grande Guerra, como causa e efeito maior para a queda da I República em maio de 1926, com a subsequente deriva autoritária, o contributo do envolvimento de Portugal na Grande Guerra foi muito significativo. Como é habitual em História, deverão ser levadas em linha de conta muitas outras variáveis derivadas dos contextos político, económico-financeiro e social. Todavia, por si só, a participação de Portugal na Grande Guerra fez espoletar ou agravar vários fatores que contribuíram para a queda da I República.

Enquanto se desenrolava a guerra, o regime republicano, dominado pelo partido do sistema, o PRP, viu na comemoração do Centenário da morte de Gomes Freire, em Outubro de 1917, uma oportunidade de comprovar que ainda mantinha a capacidade de mobilização do povo, através de organizações populares e de instituições cívicas, verdadeiros pilares do republicanismo. Entre estas instituições destacavam-se os centros republicanos e os grémios associativos, sendo estes últimos, os representantes da diversidade das lojas maçónicas existentes. Eram estas instituições da vida cívica republicana que ainda demonstravam a capacidade de congregar o povo à volta do regime, fazendo frente à Igreja como principal instituição a operar em Portugal, também ela, com grande capacidade de mobilização das gentes populares.

Todavia, a participação de Portugal na Grande Guerra foi deixando um rasto de profunda divisão em vários sentidos: entre os diferentes partidos do espectro republicano, entre o regime e a oposição monárquica e antiparlamentar e entre o regime e as forças sociais, quer elas fossem ligadas ao povo trabalhador e ao movimento sindical, quer elas fossem ligadas às forças vivas do patronato.

⁵² Reis, 2021, p. 571-576.

⁵³ *Ibidem*, p. 576-581.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 577.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 576-581.

1.3 Sidónio Pais e a deriva autoritária

Com o descontentamento generalizado a grassar pelo país, estavam criadas as condições que vieram a conduzir ao golpe de Estado liderado pelo major Sidónio Pais (1872-1918), entre os dias 5 e 8 de dezembro de 1917⁵⁶. Sidónio Pais, conhecido republicano e antigo ministro das Finanças, major do exército, professor da Universidade de Coimbra e antigo embaixador de Portugal na Alemanha, foi sempre um opositor à participação de Portugal na Grande Guerra. Mesmo no que concerne à guerra com a Alemanha no palco africano, foi desde sempre um defensor da opção pela negociação através da via diplomática⁵⁷. Aliás, Sidónio era visto como um germanófilo⁵⁸, contrariamente à linha de orientação tradicional da diplomacia oficial portuguesa. Deste modo, assim que Sidónio ocupou o poder pela via golpista, o presidente da República, Bernardino Machado teve de pedir a demissão. Afonso Costa foi imediatamente preso à sua chegada a Portugal, depois de ter concluído um périplo por alguns países europeus. Também as duas Câmaras do Congresso e as câmaras municipais foram dissolvidas⁵⁹.

Nascia assim uma nova república, onde, segundo Sidónio, o novo regime regressava aos fundamentos dos ideais do 5 de outubro, permitindo que monárquicos e republicanos vivessem conjuntamente, acabando assim com o predomínio republicano⁶⁰. Sidónio Pais era apoiado pelo Partido Unionista de Brito Camacho⁶¹. Contudo, alguns meses depois, os unionistas afastaram-se de Sidónio devido à sua deriva autoritária⁶². Outras das forças apoiantes eram os heróis do 5 de outubro, Machado Santos (1875-1921) e Carlos da Maia (1878-1921), destacados republicanos descontentes com o rumo que o país e o regime tinham tomado sob a liderança do PRP de Afonso Costa. Germanófilos, católicos ultraconservadores e muitos dos monárquicos, completavam o grupo opositor à participação de Portugal na guerra. Sidónio Pais tomou conta do governo e, num primeiro momento, soltou os presos políticos e, muitos dos marginalizados pelos governos do PRP foram reintegrados na sociedade, de que se destacam os exemplos de anarcossindicalistas, católicos e monárquicos. Tomou igualmente algumas medidas de carácter económico, nomeadamente a autorização para a subida significativa do preço do trigo, medida esta que foi ao encontro das expetativas dos produtores da província⁶³.

⁵⁶ Ramos, 2019, p. 608-609; Samara, 2021, p. 371.

⁵⁷ Samara, 2021, p. 371.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 387.

⁵⁹ Ramos, 2019, p. 608-612.

⁶⁰ *Ibidem*, p. 609.

⁶¹ Samara, 2021, p. 372.

⁶² Marques, 2001, p. 569.

⁶³ Ramos, 2019, p. 609-610.

Todavia, Sidónio Pais tinha um projeto de cariz presidencialista, algo que ia contra as ideias que tinha difundido anteriormente⁶⁴. Fez-se eleger presidente a 28 de Abril de 1918, por sufrágio universal masculino de cerca de 880 000 potenciais eleitores recenseados⁶⁵. Modificou a lei eleitoral, conferindo poderes adicionais ao presidente da República. Priorizou o contacto direto com a população e deu lugar ao ritual de vistosas paradas, dentro de um protocolo pouco habitual em Portugal⁶⁶. No entanto, “A «República Nova» não possuía um programa definido que a pudesse contrapor ao regime anterior [«República Velha»].”⁶⁷.

Sendo um forte opositor à participação portuguesa na Grande Guerra, suspendeu o envio de tropas de rendição para a rotação e substituição daquelas que se encontravam na frente de guerra há mais tempo. Como consequência desta medida, a falta de rendição das tropas portuguesas estacionadas em França conduziu à desmoralização das mesmas e a atos de indisciplina que foram muito frequentes⁶⁸. O culminar deste processo de degradação constante das condições das tropas portuguesas na linha da frente foi a Batalha de *La Lys*, a 9 de Abril de 1918. A frente portuguesa foi desbaratada pelo assalto das tropas alemãs⁶⁹. Desde esse fatídico dia, não mais as tropas portuguesas recuperaram, tendo o que restava do contingente português sido inserido no comando inglês⁷⁰. Este facto histórico foi de tal forma marcante que, apesar de Portugal ter estado do lado dos Aliados, portanto, dos vencedores, o dia da Grande Guerra comemorado em Portugal é o 9 de abril, dia da Batalha de *La Lys*, e não a data do Armistício, 11 de novembro de 1918⁷¹.

Na dimensão interna, mantinham-se os problemas com que a população portuguesa se debatia desde que tinha sido dado início à economia de guerra. Sidónio tinha perdido o elã caracterizado pelo forte apoio popular e das forças vivas. As revoltas de índole social voltaram a ganhar dimensão. O culminar deste processo deu-se com o assassinato de Sidónio Pais na estação do Rossio, no dia 14 de dezembro de 1918⁷².

⁶⁴ Ramos, 2019, p. 609-610.

⁶⁵ *Ibidem*, p. 610.

⁶⁶ Marques, 2001, p. 569-570; Ramos, 2019, p.609-610; Samara, 2021, p. 374 e 379.

⁶⁷ Marques, 2001, p. 570.

⁶⁸ Marques, 2021, p. 313-315.

⁶⁹ A derrota na Batalha de *La Lys* saldou-se em cerca de 398 mortos em combate e em 6 585 prisioneiros. Cf. Marques, 2021, p. 316.

⁷⁰ Marques, 2001, p. 571.

⁷¹ A este propósito, interessante a consulta para leitura: CORREIA, Sílvia - *Políticas da memória da I Guerra Mundial em Portugal 1918-1933: entre a experiência e o mito*. Lisboa, 2010. Tese de Doutoramento em História Política e Institucional Contemporânea, apresentada à Universidade Nova de Lisboa (polic.ª). Disponível em <http://hdl.handle.net/10362/5811> [Consult. em 21-08-2024].

⁷² Ramos, 2019, p. 611; Samara, 2021, p. 390-393.

As consequências sentidas após o final da Grande Guerra, em 11 de novembro de 1918, arrastaram-se e tornaram-se ainda mais visíveis aos olhos da população portuguesa: regressaram dezenas de milhares de homens que, após a desmobilização, ficaram desempregados, com as consequências de ordem social que daí advieram; os milhares de mortos, feridos e estropiados⁷³, obrigaram ao subsequente esforço por parte do depauperado Estado Português, no sentido de apoiar as famílias dos primeiros e a recuperação dos restantes.

1.4 A I República, 1919: nascimento de uma segunda oportunidade

Aproximava-se um tempo renovado para a I República, todavia, no final de dezembro de 1918 e nos primeiros meses de 1919, seria difícil antever a segunda oportunidade de a I República ultrapassar os bloqueios que tinha imposto a si própria, cumprindo e fazendo cumprir os compromissos assumidos com o país em 5 de outubro de 1910.

O assassinato do presidente Sidónio Pais representou o culminar do arrastado mal-estar geral do país e das múltiplas crises que teimavam em persistir nas dimensões política, económico-financeira e social. Enumeremos alguns dos principais acontecimentos: a crise sanitária provocada pela epidemia da pneumónica ou “gripe espanhola” agravou-se com o regresso das tropas do palco de guerra europeu, onde esta doença grassava entre o exército. Segundo alguns dos estudos mais recentes, a pneumónica terá provocado entre 117 mil e 130 mil mortos (~2 por cento da população portuguesa)⁷⁴, o que manifestamente ultrapassava em muito as baixas sofridas na Grande Guerra, somando as baixas registadas nos teatros de guerra europeu e africano; a contestação política e social no país, com a tentativa por parte das forças monárquicas de restaurarem o regime do rei, de que resultaram os levantamentos da Monarquia do Norte (janeiro/fevereiro 1919) e o “Assalto a Monsanto” (janeiro de 1919)⁷⁵; a contestação sindical dominada pelos anarcossindicalistas, com greves em vários setores (serviços públicos, ferroviários, correios, operários, designadamente da CUF, corticeiros, trabalhadores do campo)⁷⁶; a conspiração das forças vivas das associações patronais face à decisão por medidas de proteção social e laboral que, por esta altura, governos de maioria PRP tomaram, das quais

⁷³ No palco de guerra europeu terão morrido cerca de 2 mil homens, 12,6 mil feridos e incapazes e 7 mil prisioneiros. No palco de guerra africano, terão morrido cerca de 5,6 mil homens, 4 mil feridos e incapazes e 746 prisioneiros. Cf. Afonso, 2021, p.297-298.

⁷⁴ ABREU, Laurinda; SERRÃO, José Vicente - Revisitar a pneumónica de 1918-1919: introdução. *Ler História* [Em linha]. Nº 73 (2018) p. 9-19. [Consult. 17 set. 2024]. Disponível em <http://journals.openedition.org/lerhistoria/3944>

⁷⁵ Fernandes, 2014, p. 70; Ramos, 2019, p. 611.

⁷⁶ Fernandes, 2014, p. 71; Pereira, 2021, p. 426-427.

se destacavam os seguros sociais obrigatórios para as situações de doença, invalidez e velhice, bem como a jornada de 8 horas de trabalho e a semana de 48 horas⁷⁷.

Em 1919 parecia estar definitivamente enterrada a aliança (que em boa verdade, nunca funcionou a contento de ambas as partes) entre o movimento republicano (particularmente o Partido Democrático e a direita liberal composta pelos evolucionistas e pelos unionistas) e o movimento anarcossindicalista, ambos sempre em diferentes lados da barricada. No entanto, uma vez mais, foi formada uma frente de luta que visou levar de vencida a tentativa de reimplantação da monarquia no início de 1919, com o “assalto a Monsanto”, em 24 de janeiro, e a “Monarquia do Norte”, em 13 de fevereiro. A resistência, nomeadamente no que concerne ao “assalto a Monsanto”, foi realizado por populares pró-republicanos que apoiaram decisivamente o exército e a marinha, com o objetivo de desalojarem as forças monárquicas⁷⁸.

O país acordava dentro de uma nova realidade. A “Nova República Velha” teria de se mover em pressupostos diferentes daqueles que nortearam as duas primeiras fases da I República, isto é, os períodos correspondentes à “República Velha” e à “República Nova”. Os líderes partidários tradicionais estavam retirados da vida política ativa interna. Pelo Partido Democrático, Afonso Costa não tinha regressado ao país desde o seu exílio durante o período sidonista e, de momento, encontrava-se envolvido nas negociações do Tratado de Versailles e na formação da Sociedade das Nações⁷⁹. António José de Almeida, líder do Partido Evolucionista, renunciou ao cargo e viria a ser eleito presidente da República ainda em 1919, vindo a tornar-se o único chefe de Estado a cumprir a totalidade do mandato de quatro anos durante o período da I República⁸⁰. Brito Camacho, líder do Partido Unionista, afastou-se das lides político-partidárias ao aceitar exercer o cargo de Alto-Comissário da República em Moçambique, entre os anos de 1921 e 1923⁸¹. Deste modo, outros líderes políticos ganhavam protagonismo. Contudo, as suas lideranças demonstraram ao longo do tempo serem frágeis, sujeitas constantemente a dissensões internas, quer no que concerne ao Partido Democrático, quer no que diz respeito aos novos partidos então criados⁸².

O Partido Democrático voltou a dominar a cena política, ainda que tenha facilitado o surgimento de um partido republicano à sua direita do espectro político, de forma a haver lugar ao rotativismo entre dois grandes partidos, um à direita e outro à esquerda, repetindo o modelo

⁷⁷ Pereira, 2021, p. 425.

⁷⁸ Marques, 2001, p.572.

⁷⁹ Fernandes, 2014, p.71.

⁸⁰ *Idem.*

⁸¹ *Idem.*

⁸² Fernandes, 2014, p.71.

que subsistiu depois da Regeneração, com o modelo rotativista da Monarquia Constitucional⁸³. Assim, da fusão dos partidos Evolucionista e Unionista resultou o Partido Liberal, liderado por António Granjo⁸⁴ (1881-1921). A este partido juntaram-se igualmente alguns “sobreviventes” do sidonismo.

A contestação subiu drasticamente de tom durante o período de 1919 a 1920. Os anarcossindicalistas ganharam protagonismo e os choques com o poder político, designadamente com os democráticos, acentuou-se. Foi durante este período que foi fundada a Confederação Geral do Trabalho (CGT), uma confederação de sindicatos de cariz anarcossindicalista, por isso, sem filiação partidária. Mercê da intensa luta popular, os trabalhadores conseguiram alcançar algumas melhorias em termos das suas condições de trabalho e de remuneração (seguros sociais obrigatórios de trabalho, doença, invalidez e velhice; semana de 48 horas de trabalho e jornada diária de trabalho de 8 horas)⁸⁵. No sentido de criar uma ponte que servisse de contacto com as classes trabalhadoras, o PRP angariou para os seus governos ministros do Partido Socialista, criando, para o efeito, o ministério do Trabalho⁸⁶, de forma a transferir da rua para o palco do debate político a luta dos trabalhadores. Contudo, a escassa influência que este Partido Socialista tinha no mundo do trabalho dominado pelo anarcossindicalismo, acabou por não surtir o efeito desejado pelos democráticos. Por outro lado, o partido dominante do sistema cedeu às forças vivas do grande patronato, que se opuseram veementemente à jornada de trabalho de 8 horas, pelo que esta lei foi suspensa. A partir de 1920, as forças vivas estavam tão bem organizadas ou melhor ainda do que as forças sindicais, pelo que o patronato passou a ter o poder de influenciar a queda de governos que não fossem ao encontro dos seus interesses⁸⁷.

O período vivido de altas taxas de inflação e de falta de divisas para comprar bens ao estrangeiro, beneficiou durante algum tempo um conjunto de empresários industriais, comerciais e do mundo rural. Nos anos correspondentes entre o final da Grande Guerra, até 1923, a economia portuguesa cresceu à média de 3,3%⁸⁸. Contudo, deste surto de crescimento económico ocorrido “na maior parte das economias ocidentais, Portugal conhece um *boom* no início dos anos de 1920 (a versão portuguesa dos *Roaring Twenties*), a que estão associados certos fenómenos sociais chocantes à época, como o «novo-riquismo» dos rapidamente

⁸³ Fernandes, 2014, p.71.

⁸⁴ Farinha, 2014, p. 467

⁸⁵ Pereira, 2021, p. 425.

⁸⁶ *Idem*.

⁸⁷ Cf. Pereira, 2021, p. 421-440.

⁸⁸ Silva, 2014, p.142.

enriquecidos”⁸⁹. A desvalorização do escudo protegeu a produção nacional, visto ter tornado as importações mais caras. Simultaneamente, os poucos bens que Portugal vendia ao exterior ganharam competitividade nos mercados internacionais por via desvalorização do escudo atrás referida, face às moedas dos principais parceiros comerciais do país. Em sùmula, a distribuição da riqueza em Portugal continuou a caracterizar-se por uma profunda desigualdade. À criação de maior riqueza em Portugal, não correspondeu uma melhoria das condições de vida da generalidade da população portuguesa. A esmagadora maioria da população continuou a sentir a degradação das condições de vida, sendo que a deterioração do poder de compra constituía o facto mais notório. O acentuado decréscimo do poder de compra afetava não só as classes mais desfavorecidas que viviam na pobreza e, muitas vezes, próximo da indigência, como também as classes médias dos funcionários públicos, militares e de empregados dos serviços, cujos ordenados mensais não acompanhavam a inflação galopante. O fenómeno de uma certa prosperidade sentida em alguns segmentos patronais, foi-se diluindo ao longo de 1921, devido ao ressurgimento de uma crise nos mercados internacionais⁹⁰.

Entretanto, no que concerne às negociações das indemnizações de guerra, embora Portugal acalentasse a esperança de que a indemnização que viesse a receber por parte da Alemanha, ajudasse a resolver o seu problema endémico de dívida aos credores externos, as negociações continuavam a arrastar-se. Também no campo do apetrechamento das forças armadas e, especialmente, das marinhas de guerra e mercante, os sucessivos governos nacionais esperavam e desesperavam por boas notícias que tardavam a chegar. Numa primeira fase das negociações, o líder da equipa negocial de Portugal foi Egas Moniz (1874-1955), sendo que este veio a ser substituído por Afonso Costa. Também no âmbito do novo concerto das nações, com a construção de uma organização onde tivessem assento as nações reconhecidas e onde os conflitos passassem a ser dirimidos diplomaticamente e não pela força das armas, Afonso Costa marcou presença. Portugal acalentava o propósito de vir a assumir um papel relevante nesta futura organização que veio a chamar-se Sociedade das Nações, visto estar inserido no grupo das nações vencedoras da Grande Guerra⁹¹.

A 10 de julho de 1921, o Partido Democrático perdeu as eleições para o Partido Liberal Republicano, de António Granjo. Finalmente, um partido da direita republicana, mas dentro da ordem constitucional vigente, passaria a liderar um governo da República através da legitimidade obtida em eleições. Todavia, a maioria relativa alcançada não permitia deter a

⁸⁹ Silva, 2014, p.142.

⁹⁰ Cf. Silva, 2014, p. 139-149; Pinto, 2014, p. 414-417.

⁹¹ Cf. Meneses, 2010, p.77-115.

maioria no Congresso da República. A agravar a crise de legitimidade da nova maioria, a abstenção chegou aos 79 por cento em Lisboa⁹². Apesar da mudança partidária governamental, a falta de legitimidade popular, algo que percorreu transversalmente a I República, subsistia. A suspeição, algo que perseguiu sempre os governos democráticos, também se estendeu ao governo liberal de António Granjo. Este partido comportava uma amálgama feita de ex-evolucionistas, ex-unionistas e ex-sidonistas, algo que não conferia a sempre procurada estabilidade que os governos democráticos nunca tinham alcançado⁹³.

A dificuldade por parte de António Granjo no sentido de implementar as políticas do Partido Liberal, se não aprofundaram a crise e a instabilidade permanente, mantiveram-na.

Foi neste ambiente de permanente instabilidade política, onde o poder executivo e o poder legislativo quase sempre se digladiaram, de procura incessante da legitimação nunca alcançada pelo regime republicano, da escassez de recursos financeiros que permitissem o país projetar-se em termos do desenvolvimento sempre almejado e nunca alcançado, da contestação social traduzida em alguns momentos em revolta social e da sombra que sempre pairou sobre o regime republicano devido ao permanente descontentamento da Marinha e do Exército relativamente aos recursos postos à disposição das forças armadas, que foram organizadas as comemorações do Centenário da Revolução de 1820 nas cidades do Porto e de Lisboa. Também em janeiro de 1921, o Congresso da República organizou a comemoração do Centenário das primeiras Cortes Constituintes. Entre 1920 e 1921, o regime republicano evocou a memória histórica no sentido de arregimentar as forças do movimento republicano. No entanto, certamente que, com tantos condicionalismos já evocados, estes terão influenciado negativamente as comemorações.

⁹² Farinha, 2021, p. 469.

⁹³ *Idem*.

Capítulo 2 – Crônicas das Festas Cívicas no espaço público contadas nos jornais

A historiadora Isabel Nobre Vargues defende que foi com o Vintismo que, em Portugal, foi iniciada a aprendizagem da cidadania. Segundo Vargues, foi precisamente então que foi dado início ao “esboçar de laços de solidariedade coletiva, o que contribuiu indubitavelmente para uma redimensionalização da consciência nacional”⁹⁴. Contudo, no Vintismo, a dimensão presente, ainda que embrionária, da cidadania, começou por ser aprendizagem, mas também prática de uma nova elite política, que estava em processo de substituição da elite anteriormente ligada ao Antigo Regime. O povo ainda não aparecia como destinatário dessa nova prática de cidadania. 90 anos após a Revolução Liberal de 1820, a República tentou potenciar a vivência da cidadania cívica numa dimensão que ia para além daquilo que os revolucionários de 1820 tinham almejado. O povo deveria estar incluído e, mais do que isso, envolvido, nas diferentes manifestações da cidadania cívica da *res publica*.

A República também pretendeu educar os cidadãos para a cidadania e para a vivência cívica, através de instrumentos que preparassem a população para estes desideratos. Para o efeito evoquemos alguns exemplos: a bandeira nacional e a carga simbólica que lhe foi atribuída “como da grandeza de um passado imorredouro, de um presente florido de esperanças generosas e de um futuro digno das suas glórias imortais e sublimes”⁹⁵; o hino nacional. Até à Implantação da República, não existia um verdadeiro hino nacional, existiam sim alguns hinos reais e o Hino da Carta⁹⁶, aos quais acrescentamos o hino da Maria da Fonte. O *Ultimatum* transformou-se na oportunidade de os republicanos criarem um hino que congregasse a visão patriótica da História de Portugal e as “suas promessas de revivescência nacional: A Portuguesa”.⁹⁷; a educação como elemento produtor e transformador, na procura mítica do “homem novo”. Esta era uma prioridade plasmada no programa republicano, ainda que, saibamos hoje, só parcialmente concretizada. Esta deveria proporcionar às crianças os conhecimentos básicos que lhes permitisse saber ler, escrever e fazer contas. Porém, também outros conhecimentos deveriam ser adquiridos pelas crianças de modo a criar o cidadão. Entre vários elementos destacam-se a educação cívica, cujos objetivos passavam por preparar os homens de amanhã para a vivência do coletivo, nas dimensões familiar, da paróquia, do nacional, da humanidade. A estes elementos somavam-se igualmente a valorização das dimensões da raça, da História e da língua.

⁹⁴ Vargues, 1997, p.364.

⁹⁵ Catroga, 2010, p. 272.

⁹⁶ *Idem*.

⁹⁷ *Ibidem*, p.273.

Era um programa holístico aquele que apontava para a educação para a cidadania cívica republicana; a educação física, predominantemente no âmbito da escola, deveria preparar cidadãos mais fortes e saudáveis, dentro da visão positivista, próxima do aperfeiçoamento da raça; por fim, mas não menos importante, as festas cívicas no espaço público, assumiriam o esplendor do exercício da cidadania.

Até à implantação da República, as manifestações de índole ritual e simbólica no espaço público tinham sido um exclusivo dos dois símbolos que tinham regido até então os domínios secular e religioso: o rei e a Igreja. A República Portuguesa não chegou ao extremo da Revolução Francesa quando, em 1793, substituiu o calendário gregoriano por um calendário republicano. Efetivamente, a República portuguesa substituiu os feriados religiosos por feriados laicizados, tendo sido igualmente criados outros feriados, associados a datas ou efemérides relacionadas com a História de Portugal e com a História da República. Disso são exemplos o dia 31 de janeiro, associado à primeira séria tentativa de implantação da República, o 5 de outubro, dia da Implantação da República, o 1º de Dezembro, dia de consagração da independência de Portugal e o 25 de dezembro, o dia consagrado à família⁹⁸.

Compreendendo a importância da ocupação do domínio do espaço público, a República apropriou-se deste e dessacralizou-o, passando este a ser o local de eleição onde deveria ser exercida a religião cívica republicana. O cidadão foi convidado a vivenciar a simbologia republicana no espaço público, quer fosse através do ritual de respeito pela bandeira nacional, quer fosse através das honras prestadas a figuras ou acontecimentos históricos inscritos nas dimensões iconográfica ou toponímica. Outros tipos de iniciativas na mesma linha, amplamente colocadas em prática pela República, foram as festas e as marchas organizadas, muitas das vezes, pelo que hoje designamos por “sociedade civil”. Como será possível aferir ao longo deste capítulo, são uma constante a presença dos centros republicanos, de escolas primárias, de bandas musicais, de coros, muitos deles compostos por crianças, de centros maçónicos, de instituições cívicas e culturais, de corpos de bombeiros, de corpos de polícia, de corpos militares com os respetivos desfiles e paradas, de câmaras municipais e de paróquias. Também se registam as participações organizativas ou sob o título de convidados de instituições ligadas ao poder central, designadamente do governo, dos tribunais e do Congresso da República.

Foram múltiplas as formas de participação cívica no espaço público, bem como a amalgama de instituições participantes. Aportam distintas origens e composições, podendo ser

⁹⁸ Catroga, 2010, p.275.

caracterizadas por terem um cariz particular, associativo, paroquial, municipal ou outros. Transportam para os dias de hoje um olhar complexo, mas muito interessante, acerca de como eram produzidas as diferentes formas de participação cívica no espaço público e de como estas eram concretizadas neste âmbito.

São três as iniciativas das Festas Cívicas no espaço público quer iremos analisar, cujos objetivos passamos a detalhar: a celebração da efeméride relativa ao primeiro centenário da morte do general Gomes Freire de Andrade, em 18 de outubro de 1917; a celebração da efeméride relativa ao primeiro centenário da Revolução Liberal no Porto, datada de 24 de Agosto de 1920; e, por fim, o centenário da adesão de Lisboa à Revolução Liberal iniciada na cidade do Porto, centenário este celebrado em Lisboa, a 15 de setembro de 1920 e prolongado para o dia 26 de setembro, dia em que foram incluídas três novas homenagens no âmbito do Centenário da Revolução de 1820, a saber: homenagem a Gomes Freire, em Lisboa e em S. Julião da Barra e a homenagem aos seus companheiros, supliciados no Campo Mártires da Pátria, em Lisboa.

As três iniciativas acima referidas, deveriam ter constituído importantes marcos da afirmação da República e dos seus valores fundacionais, algo de que o regime do 5 de outubro tanto carecia internamente para a sua credibilização aos olhos da população. Iremos aferir das dinâmicas que foram impressas pelas respetivas comissões organizadoras das efemérides. Para tal, recorreremos a uma das fontes de informação mais facilmente disponíveis e onde se torna possível cruzar elementos de forma a testar a veracidade dos factos relatados: os jornais. Assim, seleccionámos um conjunto de títulos jornalísticos que são representativos da época. Alguns deles manifestam a tentativa do rigor e do distanciamento informativo face ao objeto tratado e às instituições envolvidas. Outros, não escondem o seu engajamento face às suas tendências de ordem política. No que concerne a estes últimos, nuns casos estarão mais próximos do poder vigente e patrocinador dos eventos. Noutros casos, colocam-se “do outro lado da barricada”.

Os títulos seleccionados foram os seguintes: A Capital, A Vanguarda, Diário de Notícias (DN), Ilustração Portuguesa, O Mundo e O Século.

Uma característica comum que assiste aos títulos acima referidos é o facto de todos eles se caracterizarem por um alinhamento político próximo do movimento republicano. Desta afirmação poderemos excluir o Diário Notícias, não porque este se manifeste como sendo um jornal pró-monárquico, mas antes porque tenta seguir, como é da sua tradição fundacional, uma linha editorial lacónica, isto é, mais próxima do relato objetivo e factual dos acontecimentos,

ou, como diz a historiadora Júlia Leitão de Barros a propósito do mesmo jornal, “apolítico”⁹⁹. O DN foi fundado em 1864 por Eduardo Coelho, seu mentor, e pelo empresário de tipografia Tomás Quintino¹⁰⁰. O DN revelou-se como sendo um dos jornais mais importantes do panorama jornalístico da capital. Durante a I República, tinha uma tiragem média diária de 70 mil exemplares¹⁰¹, o que fazia dele o segundo jornal com maior tiragem, ainda que em termos de receita e lucro fosse o maior periódico, devido à receita obtida com a publicidade¹⁰². É o único dos títulos analisados que subsistiu até aos dias de hoje.

O jornal O Século foi fundado em 1881, entre outros, pelo distinto republicano e *maçon* Sebastião de Magalhães Lima, que foi, igualmente, o seu primeiro redator-principal¹⁰³. Era um jornal politicamente alinhado com o republicanismo, sendo que procurava o relato fidedigno, mas com alguma espetacularidade. Desde a sua fundação, O Século diferenciou-se pelo uso da fotografia conjuntamente com a reportagem, como se de uma fotorreportagem se tratasse. Neste âmbito, tinha entre os seus principais fotojornalistas, o notável fotojornalista Joshua Benoliel (1873-1932). Quase desde o seu início, este título distinguiu-se pela concorrência acérrima que manteve com o “grande” Diário de Notícias, tendo conseguido durante a I República obter uma tiragem média superior ao DN, na ordem dos 80 mil exemplares diários¹⁰⁴. Contudo, os proveitos revelavam-se inferiores àqueles que eram obtidos pelo seu concorrente direto, em virtude de ter um menor volume de publicidade. Em 1896, com a mudança da estrutura acionista da propriedade da empresa detentora do título O Século e de outros títulos adjacentes a este, e com um novo proprietário, José da Silva Graça (1858-1931), a linha editorial do jornal tornou-se mais generalista. Todavia, O Século nunca perdeu a sua matriz fundacional republicana. Foi dos primeiros jornais a ir para as bancas à segunda-feira, desde 1870, à semelhança do DN, numa manifestação de distanciamento em relação à tradição da imprensa portuguesa da prática do descanso dominical, como era apanágio da sociedade portuguesa de então, profundamente influenciada pela tradição e rituais da Igreja Católica¹⁰⁵.

O Mundo, fundado em 1900 por França Borges (1871-1915), foi um jornal republicano radical e sensacionalista, alinhado politicamente com o PRP e acérrimo apoiante de Afonso Costa. Denotava na sua linha editorial a preocupação com a intervenção política e suscitava

⁹⁹ Cf. BARROS, Júlia Leitão de - *O jornalismo político d'O Século e do Diário de Notícias*: Comunicação. Pública. Vol. 10, nº17, 2015. <https://journals.openedition.org/cp/928> [Consult. 17 set. 2024].

¹⁰⁰ SOUSA, Jorge Pedro – Portugal - Pequena história de um grande jornalismo I: Da manufatura à Indústria. 2021. p. 281. [file:///C:/Users/catir/Downloads/coleoicnova8_completo_2%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/catir/Downloads/coleoicnova8_completo_2%20(1).pdf) [Consult. 22 nov. 2024].

¹⁰¹ *Idem*.

¹⁰² *Ibidem*, p. 321.

¹⁰³ *Ibidem*, p. 319.

¹⁰⁴ *Ibidem*, p. 281.

¹⁰⁵ *Ibidem*, p. 319.

uma revolução republicana, com o objetivo de mudar o país¹⁰⁶. Embora fosse um jornal que procurava os escândalos para os explorar até à exaustão, não deixava de ter preocupações com a exatidão daquilo que noticiava¹⁰⁷. Tinha uma tiragem média na ordem dos 35 mil exemplares diários¹⁰⁸.

A Capital, jornal vespertino, foi fundado em 1910 por Manuel Guimarães. Era um jornal politicamente alinhado com a ala esquerda do PRP.

A Vanguarda, foi um jornal fundado por Sebastião de Magalhães Lima, depois de ter deixado o projeto editorial de O Século. Este jornal seguia uma linha muito idêntica à do título O Mundo. Caracterizava-se por ser um jornal republicano radical e contestatário¹⁰⁹.

A Ilustração Portuguesa foi uma revista nascida do projeto empresarial de O Século. Começou a ser editada em 1903 e o seu primeiro diretor foi o jornalista Rocha Martins¹¹⁰. O projeto desta revista foi pioneiro no campo da reportagem fotojornalística portuguesa, de onde se destacaram fotojornalistas como Joshua Benoliel, cujo protagonismo como fotojornalista do principal título da empresa editorial O Século era já assinalável. Foi a revista com mais êxito durante a I República, tendo chegado à tiragem média de 25 mil exemplares¹¹¹.

2.1 Centenário da morte do general Gomes Freire de Andrade

No dia 18 de outubro de 1917 foi celebrada a efeméride relativa à passagem do primeiro centenário da morte do general Gomes Freire de Andrade, personalidade elevada a símbolo da resistência à ocupação estrangeira de Portugal (ocupação britânica) e a precursor da Revolução Liberal, cujo início aconteceu quase três anos após a sua morte, a 24 de Agosto de 1820.

O regime republicano reconhecia-se como legítimo herdeiro dos valores fundacionais do Liberalismo Vintista e, sendo Gomes Freire considerado o precursor da Revolução Liberal, esta efeméride não poderia deixar de ser celebrada publicamente. Mais, Gomes Freire aderiu muito cedo à maçonaria, havendo registos da sua atividade como *maçon* em diferentes lojas maçónicas ao longo da sua vida¹¹². À data da sua prisão, em 1817, Gomes Freire era, desde o ano anterior

¹⁰⁶ SOUSA, Jorge Pedro – Portugal - Pequena história de um grande jornalismo I: Da manufatura à Indústria. 2021. p. 329. [file:///C:/Users/catir/Downloads/coleoicnova8_completo_2%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/catir/Downloads/coleoicnova8_completo_2%20(1).pdf) [Consult. 22 nov. 2024].

¹⁰⁷ *Ibidem*, p. 331.

¹⁰⁸ *Ibidem*, p. 281.

¹⁰⁹ *Ibidem*, p. 328.

¹¹⁰ *Ibidem*, p. 335. Rocha Martins, além de jornalista foi também pedagogo e historiador, sendo evocado várias vezes neste trabalho, designadamente no subcapítulo 2.3.1 dedicado à Maria da Fonte, p. 69-76.

¹¹¹ SOUSA, Jorge Pedro – Portugal - Pequena história de um grande jornalismo I: Da manufatura à Indústria. 2021. p. 335. [file:///C:/Users/catir/Downloads/coleoicnova8_completo_2%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/catir/Downloads/coleoicnova8_completo_2%20(1).pdf) [Consult. 22 nov. 2024].

¹¹² Cf. Costa, 2017, p.23-72.

ao seu encarceramento, o Grão-Mestre da mais importante loja maçónica portuguesa, o Grande Oriente Lusitano¹¹³.

O ano de 1917 foi extremamente conturbado. Desde fevereiro desse ano, as tropas portuguesas marcavam presença no palco de guerra europeu, na Flandres. Todavia, Portugal não ficava por aqui no que concerne à presença direta em distintas frentes ativas de guerra. Também se encontrava envolvido no teatro de guerra africano, em duas frentes, em Angola e em Moçambique. O esforço de guerra tinha-se tornado verdadeiramente hercúleo para um pequeno país, possuidor de fracos recursos e tecnologicamente muito atrasado em relação às grandes potências europeias e aos Estados Unidos. 1917 foi também o ano das aparições de Fátima, que interpretamos como uma resposta da Igreja e do povo rural às perseguições de índole religiosa que os governos radicais de Afonso Costa vinham praticando. Em virtude da economia de guerra, a contestação social subia de tom, tendo como pano de fundo a galopante carestia de vida e a escassez de bens e de matérias-primas. Portugal encontrava-se numa guerra que a maioria da população não entendia. Havia 100 anos que o território português na Europa não era palco de guerra e, naquele momento, também não parecia estar sob ameaça direta. Em Abril de 1917 caiu o primeiro governo da “União Sagrada”. No mesmo mês foi constituído um segundo governo, desta vez liderado por Afonso Costa. As linhas orientadoras do novo governo mantiveram-se e, apesar de o Partido Evolucionista não ter integrado o novo elenco governativo, concedeu o seu apoio parlamentar. Contudo, a instabilidade e contestação social não davam tréguas à periclitante maioria parlamentar.

Assim, em boa hora para as autoridades republicanas, surgia a iniciativa da comemoração de uma efeméride que, para além da celebração subjacente ao unanimismo republicano envolto na personalidade de Gomes Freire, seria uma oportunidade de demonstrar a unidade existente entre o governo republicano e o povo, num momento tão complexo para o país como era aquele que estava a ser vivido então.

Para o efeito, havia que congregar o maior número de instituições ligadas ao republicanismo e à maçonaria, bem como o envolvimento direto das autoridades republicanas, designadamente do governo.

Com o objetivo de organizar e coordenar a comemoração do Centenário da morte de Gomes Freire, foi criada uma comissão responsável para o efeito. Esta comissão encontra-se frequentemente citada nos diferentes jornais¹¹⁴. Contudo, estes não clarificam os objetivos da

¹¹³ Costa, 2017, p. 70.

¹¹⁴ O Mundo, nº 6196, de 15/10/1917, p. 1; Diário de Notícias, nº 18653, de 18/10/1917, p.1; O Século, nº 12879, de 18/10/1917, p. 2; O Século, nº 12880, de 19/10/1917, p. 1.

Comissão do Centenário, nem a sua composição. Estes são aspetos sobre os quais o historiador António Ventura¹¹⁵ se debruça, dizendo-nos que a esta Comissão, com fortes ligações à maçonaria, foram acometidas as seguintes principais responsabilidades: organizar a cerimónia no local do suplício onde foi erguido o monumento a Gomes Freire, na Torre de S. Julião da Barra; convocar todas as associações republicanas, liberais e lojas maçónicas do país; solicitar ao governo que decretasse o dia 18 de outubro como dia de feriado nacional e uma verba para custear a organização dos eventos associados à efeméride; dar conhecimento do programa às câmaras municipais de Lisboa e Oeiras e ainda à Junta Geral do Distrito; sensibilizar a Câmara Municipal de Lisboa (CML) no sentido de colocar uma placa no Campo Mártires da Pátria, de forma a assinalar o suplício a que foram submetidos naquele local os companheiros de armas de Gomes Freire; obter o apoio da imprensa no sentido da divulgação dos eventos associados à comemoração; o Dr. Sebastião Magalhães Lima (1850-1928), no papel de Grão-Mestre da principal loja maçónica portuguesa, o Grande Oriente Lusitano, ficaria encarregue de tratar de evitar o desconforto das autoridades britânicas relativamente ao objeto da comemoração, através do contacto com a Maçonaria Inglesa, clarificando que esta iniciativa teria unicamente um ensejo de cariz liberal¹¹⁶.

A dita Comissão viria a ser composta pelas seguintes personalidades: José Pinheiro de Melo, prestigiado maçom e dirigente da Associação Comercial de Lisboa, Artur Coelho Lobo (vice-presidente), Salvador José da Costa (1º secretário), Joaquim Cardoso de Sousa Gonçalves (2º secretário), António Augusto Curson (tesoureiro), António Augusto da Veiga e Sousa e José Alves de Oliveira (vogais)¹¹⁷. Foi justamente esta Comissão que aprovou o vasto programa provisório acima referido.

As fontes jornalísticas que temos dão-nos testemunho do que se passou no dia 18 de outubro de 1917, no âmbito da celebração da efeméride do primeiro centenário da morte de Gomes Freire, precursor da Revolução Liberal, mas também dos últimos preparativos antes da celebração da efeméride. A narrativa descritiva dos jornais da época permite acompanhar quem organizou os eventos, os altos dignitários que se associaram à efeméride, as instituições públicas e associativas envolvidas e, não menos importante, o nível de adesão que a iniciativa teve por parte das populações que eram, afinal, os cidadãos que a República almejava tocar e transformar em cidadãos ativos e participantes no exercício da cidadania cívica.

¹¹⁵ VENTURA, António Pires - O 1º Centenário da Morte de Gomes Freire de Andrade. *Revista Militar*. [Em linha]. 2605/2606 (2019) p. 137-149. [Consult. 18 out. 2024]. Disponível em <https://www.revistamilitar.pt/artigo/1401>

¹¹⁶ *Idem.*

¹¹⁷ *Idem.*

Iremos concentrar-nos naquilo que foram as comemorações realizadas na área de Lisboa, que terão sido aquelas que atingiram maior expressão nacional. Porém, não deixaremos de lançar um breve olhar para aquilo que foram as efemérides anunciadas pelos jornais noutros locais em Portugal.

O programa da celebração do centenário da morte do general Gomes Freire de Andrade, no dia 18 de outubro de 1917, previa um cortejo dirigido ao monumento dedicado ao suplício de Gomes Freire, junto à Torre de S. Julião da Barra, no concelho de Oeiras. Para o efeito, foi decretado feriado nacional, de forma a permitir a maior adesão do povo à cerimónia.

O jornal *A Capital* tomou a dianteira aos demais jornais, passando para os seus leitores a informação necessária ao público em geral. Assim, dois dias antes da efeméride, *A Capital* anunciava na sua página 2 da edição do dia 16 de outubro, que o cortejo iria ter lugar entre a estação de comboios de Oeiras e o monumento a Gomes Freire, situado junto à Torre de S. Julião da Barra. Informou igualmente os horários dos comboios que melhor serviriam para fazer chegar a população a horas ao dito cortejo¹¹⁸.

No dia seguinte, 17 de outubro, o mesmo jornal repetiu a informação relativa aos horários dos comboios. Adicionalmente, adiantou com maior detalhe o programa previsto para a cerimónia do dia seguinte. Informou que após a chegada do cortejo ao monumento a Gomes Freire, seria descerrada uma lápide respeitante ao acontecimento. A cerimónia teria o seu epílogo na esplanada junto à Torre de S. Julião da Barra, onde seriam feitos alguns discursos, havendo já, para o efeito, oradores inscritos¹¹⁹.

A Capital, aproveitando o facto de ser um jornal vespertino, adiantou-se aos demais jornais, conseguindo dar notícia, no próprio dia 18, acerca da cerimónia dedicada a Gomes Freire, realizada na Torre de S. Julião¹²⁰. Dizia essa notícia que “a chuva não deixou que a cerimónia tivesse a imponentia que era de esperar”¹²¹. Seguidamente, o jornalista (não identificado) fez uma descrição de uma coluna na segunda página do jornal, acerca de que como decorreu o programa previsto e das individualidades oficiais, instituições cívicas e populares que não quiseram deixar de marcar presença no evento.

¹¹⁸ *A Capital*, nº 2571, de 16/10/1917, p. 2.

¹¹⁹ *A Capital*, nº 2572, de 17/10/1917, p. 2.

¹²⁰ *A Capital*, nº 2573, de 18/10/1917, p. 2.

¹²¹ *Idem*.

Dois dos mais importantes jornais à época, *Diário de Notícias* e *O Século*, só no dia 18 forneceram as primeiras informações relativas ao programa que teria lugar nesse mesmo dia¹²². O DN aproveitou para publicar uma breve história da vida de Gomes Freire¹²³.

Por sua vez, o jornal *O Mundo*, na sua edição do dia 15, anunciou uma sessão solene de propaganda preparatória do primeiro centenário da morte do general Gomes Freire e dos seus companheiros de martírio, sessão esta que teve como organizadores a Associação do Registo Civil, a Comissão Executiva do Centenário de Gomes Freire e Câmara Municipal de Lisboa¹²⁴.

A edição seguinte do jornal *O Mundo* saiu somente no dia 20. Nessa edição, encontramos imediatamente na primeira página uma exaltação à figura de Gomes Freire e um rasgado elogio “ao povo liberal [que] incorporou-se na manifestação – demonstrando assim os seus sentimentos.”¹²⁵

No dia 19, os jornais DN¹²⁶ e *O Século*¹²⁷ informaram com algum detalhe os pormenores relativos à comemoração da efeméride que teve lugar junto à Torre de S. Julião da Barra no dia anterior. O DN informa que o dia foi muito chuvoso, o que contribuiu para a desorganização do que estava planeado no programa. Este jornal informou e identificou todas as instituições oficiais e cívicas de cariz republicano e/ou maçónico, bem como as mais importantes individualidades que marcaram presença no evento.

Apesar da invernía sentida, o cortejo não deixou de ser realizado, tendo tido como ponto de partida a estação dos comboios em Oeiras. Ao ser dado início ao cortejo, este seguiu em direção à Torre de S. Julião da Barra, através da estrada militar. O DN faz uma descrição pormenorizada sobre a hierarquia do cortejo. À frente seguiam as “forças da cavalaria, do exército e da Guarda Republicana, um conjunto da marinha e contingentes de infantaria, artilharia e engenharia do exército”¹²⁸. Logo em seguida, marcavam presença as agremiações e outras instituições, bem como o povo em geral que quis juntar-se à manifestação. Depois de o cortejo ter chegado ao monumento existente em memória do suplício de Gomes Freire, foi tocado o hino da Maria da Fonte e houve lugar a uma salva de 21 tiros de artilharia. Seguidamente, o general Norton de Matos, ministro da Guerra, descerrou uma lápide comemorativa do centenário da morte de Gomes Freire, cuja inscrição dizia “A Gomes Freire

¹²² *Diário de Notícias*, nº 18653, de 18/10/1917, p. 1; *O Século*, nº 12879, de 18/10/1917, p. 1.

¹²³ *Diário de Notícias*, nº 18653, de 18/10/1917, p. 1.

¹²⁴ *O Mundo*, nº 6196, de 15/10/1917, p. 1.

¹²⁵ *O Mundo*, nº 6197, de 20/10/1917, p. 1.

¹²⁶ *Diário de Notícias*, nº 18654, de 19/10/1917, p. 1.

¹²⁷ *O Século*, nº 12880, de 19/10/1917, p. 1.

¹²⁸ *Diário de Notícias*, nº 18654, de 19/10/1917, p. 1.

de Andrade no primeiro centenário da sua morte. 18 do 10 de 1917. Homenagem do povo liberal"¹²⁹.



Imagem nº 2: foto atual da estátua a Gomes Freire (incompleta), junto ao forte de S. Julião da Barra¹³⁰

¹²⁹ Diário de Notícias, nº 18654, de 19/10/1917, p. 1.

¹³⁰ Fonte: fotografia do autor, em 1/11/24.



Imagem nº 3: A foto situada no canto inferior esquerdo da revista Ilustração Portuguesa capta a efeméride que teve lugar em S. Julião da Barra, no âmbito do Centenário da morte de Gomes Freire, em 18/10/1917¹³¹

Finda esta homenagem, a romagem seguiu para a esplanada da torre, local onde Gomes Freire foi executado. Nesse local encontrava-se uma tribuna a partir da qual os oradores discursaram. Primeiro, foi o sr. António Maria da Silva (Grão-mestre adjunto¹³²), que falou em nome da Comissão da Comemoração e de Magalhães Lima que não pôde estar presente. Em seguida discursaram o general Ferreira Chaves, a sra. D^a Maria Clara Correia Alves, o sr. Augusto José Vieira e, por último, em nome do governo, discursou o ministro da Guerra, general Norton de Matos. No final do dia, as pessoas regressaram à estação de Oeiras depois de assinado o auto, altura em que “a chuva cessara e uma réstia do sol aparecia por entre as nuvens.”¹³³

Através do seu relato, o jornal O Século confirma que o dia foi de forte invernia, mas que, apesar de tudo, o cortejo foi bastante concorrido¹³⁴. A descrição feita de toda a cerimónia não difere daquela que foi a descrição do DN, todavia, a eloquência é mais vincada. Julgamos que

¹³¹ Fonte: Ilustração Portuguesa, Série II, nº 610, de 29/10/1917, p. 346, com fotos da autoria de Joshua Benoliel.

¹³² Ventura, António Pires. op. cit..

¹³³ Diário de Notícias, nº 18654, p. 1, de 19/10/1917.

¹³⁴ O Século, nº 12880, de 19/10/1917.

esta conclusão deriva do maior comprometimento que o jornal O Século tinha, desde a sua fundação, com o movimento republicano e o regime coevo em vigor. Não esqueçamos que o fundador deste jornal e seu primeiro diretor foi Sebastião de Magalhães Lima, o histórico republicano e Grão-mestre da loja maçónica Grande Oriente Lusitano.

Foi impressionante o envolvimento de instituições oficiais e de muitas outras de cariz cívico e popular da área de Lisboa, mas também de muitas outras que se encontravam espalhadas pelo país. Quer o DN, quer o Século, quer até A Capital, ainda que em menor escala, identificam todas as instituições envolvidas na efeméride da Torre de S. Julião da Barra. Tal como podemos constatar no Quadro nº 1, o jornal A Capital identificou a presença de, pelo menos, 23 instituições de diferentes origens e proveniências, o DN, 48 e O Século, 81. Para o efeito em questão, não constam deste quadro os jornais A Vanguarda, a Ilustração Portuguesa e O Mundo, na medida em que nenhum destes títulos publicou a exaustiva identificação das instituições participantes no evento que temos vindo a referir.

Centenário da morte de Gomes Freire: cerimónia na Torre de S. Julião da Barra¹³⁵		18/10/1917		
Instituições/Agremiações	A Capital	Diário de Notícias	O Século	
Academia das Ciências de Portugal	1		1	
Academia de Ciências de Lisboa		1		
Academia de Estudos Livres			1	
Administrador de Cascais			1	
Administrador de Oeiras			1	
Alunos da Escola Primária de Oeiras			1	
Alunos das escolas do concelho (Oeiras)	1			
Artilharia de costa			1	
Associação Comercial de Lisboa	1		1	
Associação do Registo Civil	1	1	1	
Associação Feminista Pela Pátria			1	
Banda da Academia de Instrução Musical Oeirense			1	
Bombeiros Voluntários da Parede		1	1	
Bombeiros Voluntários de Algés		1	1	
Bombeiros Voluntários de Oeiras		1	1	
Bombeiros Voluntários de Paço de Arcos		1	1	
Bombeiros Voluntários Lisboa	1	1	1	
Bombeiros Voluntários de Cascais		1	1	
Câmara Municipal de Arcos de Valdevez	1	1	1	
Câmara Municipal de Lisboa		1	1	
Câmara Municipal de Oeiras	1	1		
Câmara Municipal do Funchal	1	1	1	
Casa de Correção de Caxias			1	
Cavalaria 2, 3 e 4			1	
Centro Bernardino Machado	1	1	1	

¹³⁵ Fontes: A Capital, nºs 2572, de 17/10/1917 e 2573, de 18/10/1917; DN, nºs 18653, de 18/10/1917 e 18654, de 19/10/1917; O Século, nº 12879, de 18/10/1917 e 12880, de 19/10/1917.

Centro Castello Branco Saraiva		1	1
Centro Democrático [de Oeiras]			1
Centro democrático da Chamusca			1
Centro Democrático de Belém			1
Centro Democrático de Sintra			1
Centro Democrático de Mafra			1
Centro Democrático do Seixal			1
Centro Democrático da Aldegalega			1
Centro Escolar Miguel Bombarda			1
Centro Escolar Republicano Almirante Reis		1	1
Centro Escolar Republicano Almirante Reis de Cascais		1	1
Centro Miguel Bombarda		1	
Centro Paroquial do Marquês de Pombal			1
Centro Republicano de Oeiras		1	
Centro Republicano Evolucionista de S. José	1	1	1
Centro Republicano Evolucionista dr. Mesquita de Carvalho	1	1	1
Comissão Central do Partido Socialista de Oeiras			1
Comissão de Socorros a Náufragos de Paço de Arcos		1	1
Comissão Executiva do Centenário de Gomes Freire	1	1	1
Comissão Municipal do Seixal			1
Comissão Municipal Republicana de Lisboa		1	1
Comissão Paroquial de Alcântara			1
Comissão Paroquial de Barcarena			1
Comissão Paroquial de Santiago			1
Comissão Paroquial do Seixal		1	
Comissão Paroquial Republicana de Lisboa		1	
Comissão Paroquial Socialista [de Oeiras]			1
Comissão Republicana de Barcarena			1
Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (oradora Maria C. Correia Alves)	1		1
Cruzada das Mulheres Portuguesas			1
Deputação da Armada			1
Deputação da Escola de Guerra			1
Deputação de alunos da Escola de Guerra		1	
Deputação do Asilo Maria Pia			1
Diretório do PRP [Partido Republicano Português]			1
Escola Cantina dr. Manuel de Arriaga	1	1	1
Escoteiros de Portugal			1
Federação Livre Pensamento	1	1	1
Força de artilharia de costa c/banda da infantaria 5 (sob o comando alferes Vasconcelos Porto)	1	1	
GNR	1		1
Grémio Atlântico da Ericeira			1
Grémio Elias Garcia		1	1
Grémio Escolar Republicano Tomaz Cabreira		1	
Grémio Fiat Lux		1	1
Grémio Luiz de Camões		1	1
Grémio Lusitano	1		1
Grémio Madrugada		1	1
Grémio Marquês de Pombal		1	1
Grémio Montanha		1	1
Grémio Paz		1	1
Grémio Renascença		1	1
Grémio Simpatia e União		1	1
Grupo Companheiros de Bem			1
Grupo de Defesa da República Luz & Progresso		1	1
Infantaria 1, 2, 5 e 16			1

Instituto de Arqueologia do Algarve		1	
Junta da Paróquia Marquês de Pombal		1	1
Junta de Freguesia dos Mártires	1	1	1
Junta Paroquial de Alcântara			1
Junta Paroquial de Oeiras			1
Liga dos Melhoramentos de Algés		1	
Liga dos Oficiais da Marinha Mercante			1
Liga dos Operários da Marinha Mercante		1	
Liga e Centro dos Interesses de Barcarena		1	1
Liga Republicana das Mulheres Portuguesas	1	1	1
Núcleo Socialista de Oeiras		1	1
Regimento da Armada	1		
Regimento do exército	1		
Sociedade de Instrução Preparatória nº 1			1
União Lusitana			1
Universidade Infantil de Oeiras			1
Vereação de Lisboa	1		
Total	23	48	81

Quadro nº 1: Centenário da morte do general Gomes Freire: cerimónia na Torre de S. Julião da Barra (instituições)

São notáveis os níveis de participação de alguns tipos de instituições, sendo merecedoras de maior destaque pelo número de representações, as seguintes: 17 centros democráticos republicanos, que plasmam o tipo de organização que, desde o início do movimento republicano na segunda metade do século XIX, caracterizou a forma como o republicanismo procurou implantar-se nas cidades, nas vilas e nos bairros; 12 grémios maçónicos, que demonstram a forte ligação da maçonaria e das suas muito diversas lojas ao mundo do republicanismo; 10 organizações militares e militarizadas, abrangendo a marinha, o exército, regimentos diversos, representações de oficiais e a própria GNR; 8 câmaras municipais, comissões administrativas municipais e delegações de vereações; 8 paróquias e juntas de freguesia; 7 organizações partidárias e de defesa da República; 6 associações de bombeiros; 5 escolas identificadas como tal, apesar de outras escolas terem estado presentes através dos centros republicanos, onde muitas instituições de ensino de crianças e de adultos funcionavam; 4 associações de mulheres republicanas, o que demonstra que, apesar da marginalização a que as mulheres foram votadas em termos dos seus direitos políticos por parte da I República, nunca desistiram de querer ter uma palavra a dizer em termos da sua intervenção cívica; 3 academias; associações e ligas de diferentes interesses (empresarial, notarial e outros).

Ao nível das individualidades, uma vez mais, os mesmos títulos jornalísticos fazem a respetiva identificação. O jornal A Capital identifica pelo nome, título/responsabilidade ou grupo, 19 individualidades, o DN surge com 10 e o jornal O Século com 9.

Centenário da morte do general Gomes Freire de Andrade: cerimónia na Torre de S. Julião da Barra (Individualidades) ¹³⁶	A Capital	Diário de Notícias	O Século
Administrador do concelho de Oeiras		1	
Agostinho Fortes (presidente da Junta Geral do distrito de Lisboa)	1		
Alferes Vasconcelos Porto (comando da Força de Artil. de costa c/banda da inf. 5)	1	1	
António Cabreira (dr.) (Instituto de Arqueologia do Algarve)		1	
Augusto José Vieira (orador - jornalista)	1		
Capitão Ochoa	1		
Capitão Urosa Gomes	1		
Comandante da Polícia de Lisboa	1		1
Deputados			1
General Corte Real	1		
General Schiapa Monteiro (descendente de Gomes Freire)	1		1
Governador Civil (deverá ter sido representado pelo dr. Joice - ver em Joice)	1		1
Joice (dr.) (secretário do Governo Civil, em representação do chefe do distrito)		1	
José Sarmiento (Academia de Ciências de Lisboa)		1	
Maria Clara Correia Alves (Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas)	1		1
Ministro da Guerra (general Norton de Matos)	1	1	1
Ministro da Instrução (Artur de Almeida Ribeiro - interino até 25/10/1917)	1	1	
Ministro da Marinha (José António Arantes Pedroso)	1	1	1
Ministro do Fomento (Herculano Galhardo)	1	1	
Ministro do Interior (Artur de Almeida Ribeiro)	1	1	
Ministro do Trabalho (Eduardo Lima Basto)	1		1
Pinheiro Mello	1		
Secretários e ajudantes dos ministros presentes	1		
Senadores			1
Tenente Quaresma (em representação do general Correia Barreto)	1		
Total	19	10	9

Quadro nº 2: Centenário da morte do general Gomes Freire de Andrade: cerimónia na Torre de S. Julião da Barra (Individualidades)

Para além da presença de um grande número de militares oficiais, um dos aspetos mais relevantes a retirar da identificação obtida a partir dos jornais foi o forte envolvimento do governo, com a presença de 6 ministros, tendo o ministro da Guerra, general Norton de Matos, representado o ministro da Presidência, Afonso Costa, já que este encontrava-se por esta altura no estrangeiro conjuntamente com o Presidente da República, Bernardino Machado. Para além dos ministros, os jornais sublinham a presença dos seus chefes de gabinete e de outros elementos dos respetivos gabinetes ministeriais.

Adicionalmente à jornada cerimonial na Torre de S. Julião da Barra, há registo de um conjunto de outras iniciativas de menor dimensão em termos de impacto mediático, mas que não deixaram de marcar a comemoração do Centenário da morte de Gomes Freire. Segundo os jornais da época, essas iniciativas tiveram início no dia 16/10/1917 e só terminaram no dia 28

¹³⁶ Fontes: A Capital, nº 2573, de 18/10/1917; DN, nº 18654, de 19/10/1917; O Século, nº 12880, de 19/10/1917.

do mesmo mês, com uma grandiosa homenagem em Lisboa a Gomes Freire e aos seus companheiros de suplício. Passemos a dar conhecimento das mesmas:

- Dia 16/10: Sessão solene de propaganda preparatória do 1º centenário da morte do general Gomes Freire e seus companheiros de martírio, na Associação do Registo Civil. Os oradores serão António da Conceição Vasques, Augusto José Vieira; Justino José Migueis de Vasconcelos, Domingos Cruz (deputado), João de Deus Machado de Toledo, José Lino da Silva e Tomás da Fonseca (senador). Participação do Grupo Musical da Associação do Registo Civil, com o maestro José de Oliveira Paredes¹³⁷;

- Dia 17/10/1917: Duas palestras sobre Gomes Freire, no Liceu Pedro Nunes. Uma das sessões destinou-se às classes mais adiantadas, tendo sido o orador o professor Eça de Almeida; a outra das sessões, dedicada às primeiras classes, o orador foi o aluno do 4º ano, Carlos Belford Correia da Silva, apresentado pelo professor Luiz Schwalbach. A ambas as conferências assistiram o reitor e professores¹³⁸;

- Dia 18/10/1917: No Grémio Montanha, à Calçada do Sacramento, em Lisboa, salva de 21 tiros à hora do cortejo em direção à Torre de S. Julião da Barra. O grémio convida todos os agremiados para estarem presentes pelas 10 horas e 30 minutos¹³⁹;

- Dia 18/10/1917: Pelas 21 horas, na Escola Cantina dr. Manuel de Arriaga, conferência sobre Gomes Freire, proferida pelo professor Benjamim Jerónimo, presidente desta instituição, que funciona no Centro Republicano Evolucionista dr. Mesquita Carvalho (Rua do Patrocínio, nº 113, 2º, Lisboa¹⁴⁰);

- Dia 18/10/1917: Na Escola de Arte de Representação, Escola de Música, no Conservatório, conferência sobre a heroicidade e a vida gloriosa praticadas pelo general Gomes Freire. O conferencista foi o professor Thomaz Borba, pela Escola de Música. O salão esteve repleto¹⁴¹;

- Dia 18/10/1917: Na Universidade Infantil de Oeiras, conferência sobre a vida de Gomes Freire. O conferencista foi Roberto Rodrigues, diretor da instituição¹⁴²;

- Dia 28/10/1917: Encerramento das comemorações relativas à passagem do Centenário da morte de Gomes Freire, com uma significativa homenagem ao precursor do Liberalismo, segundo o entendimento do movimento republicano. Foi dado início a esse dia com uma homenagem a Gomes Freire, em frente da última casa onde viveu, na Rua do Salitre, 148, em

¹³⁷ O Mundo, nº 6196, de 15/10/1917, p. 1.

¹³⁸ A Capital, nº 2572, de 17/10/1917, p. 2; O Século, nº 12879, de 18/10/1917, p. 1.

¹³⁹ Diário de Notícias, nº 18653, de 18/10/1917, p. 1.

¹⁴⁰ *Idem*.

¹⁴¹ Diário de Notícias, nº 18654, de 19/10/1917, p. 1; O Século, nº 12879, de 18/10/1917, p. 1.

¹⁴² Diário de Notícias, nº 18654, de 19/10/1917, p. 1.

Lisboa, com forte participação das autoridades civis e militares e também de populares. Foi descerrada uma lápide em memória do general. Noutro ponto da cidade de Lisboa, no Campo dos Mártires da Pátria, foi igualmente descerrada uma lápide em memória dos companheiros de Gomes Freire, também eles supliciados, mas naquele local. Uma vez mais, a participação popular foi muito significativa, como é patente na primeira das fotos abaixo¹⁴³.



Imagem nº 4: As fotos de cima e a do meio captam a cerimónia que decorreu no Campo dos Mártires da Pátria e a última foto regista a homenagem feita em frente da última casa de Gomes Freire, à rua do Salitre, 148, em Lisboa¹⁴⁴

¹⁴³ Ilustração Portuguesa, II Série, nº 611, de 5/11/1917, p. 368; A Capital, nº 2583, de 28/10/1917, p. 2.

¹⁴⁴ Fonte: Ilustração Portuguesa, II Série, nº 611, de 5/11/1917, p. 368, com fotos da autoria de Joshua Benoliel.



Imagem nº 5: Lápide em homenagem aos companheiros de Gomes Freire, supliciados no Campo dos Mártires da Pátria, da iniciativa da CML¹⁴⁵



Imagem nº 6: Marca da preservação da memória relativa ao suplício dos companheiros de Gomes Freire no Campo dos Mártires da Pátria, da iniciativa da freguesia de Arroios¹⁴⁶

¹⁴⁵ Fonte: fotografia do autor, em 14/09/23.

¹⁴⁶ *Idem.*

Para além do conjunto significativo de iniciativas celebrativas do Centenário da morte de Gomes Freire realizadas em Lisboa e às quais já fizemos referência, os jornais dão conta de outras iniciativas com o mesmo objetivo e que aconteceram um pouco por todo o país. Assim:

- Dia 18/10/1917: Sob a iniciativa da Câmara Municipal do Porto (CMP), será colocada uma pedra com uma lápide na avenida da Liberdade, na cidade do Porto, no local onde será erigido um monumento dedicado a Gomes Freire. O orador será o presidente da CMP. A lápide será descerrada pelo general da divisão, o general Alberto Ilhargo (DN), sendo o discurso da responsabilidade do capitão Dias Pimentel (DN). Assistirão à cerimónia autoridades civis, militares e crianças das escolas¹⁴⁷ (o DN identifica o local da lápide como sendo a futura avenida Gomes Freire, atual rua com o mesmo nome);
- Dia 18/10/1917: Continuando o conjunto de iniciativas da CMP e na sequência da cerimónia da colocação da pedra com a lápide na avenida da Liberdade, na cidade Invicta, estarão duas bandas regimentais durante a tarde na Praça da Liberdade¹⁴⁸;
- Dia 18/10/1917: Como culminar das iniciativas da CMP a propósito da comemoração do Centenário da morte de Gomes Freire, à noite, no Teatro Carlos Alberto, haverá uma palestra com o conferencista vindo de Lisboa, Carneiro Moura. Estará também presente uma banda da GNR¹⁴⁹;
- Dia 18/10/1917: Na Escola e Liceu Brotero houve lugar a um discurso sobre a vida de Gomes Freire, proferido pelo professor Sanches da Gama, professor da instituição¹⁵⁰.

Fica patente nas páginas dos jornais analisados, o forte envolvimento das autoridades civis (o governo, a Comissão do Centenário de Gomes Freire, algumas câmaras municipais e paróquias/juntas de freguesia), das autoridades militares e militarizadas (Marinha, Exército e GNR), de instituições de interesses muito diferenciados (centros democráticos e republicanos; grémios maçónicos; escolas e a academia; associações humanitárias, com destaque para os bombeiros; associações patronais, com destaque para a Associação Comercial de Lisboa; associações e mútuas de operários e de outros trabalhadores) e das organizações partidárias locais (paróquias partidárias) e nacionais, designadamente do PRP e do Partido Socialista.

À longa lista de organizações já citadas no Quadro nº 1, complementada por outras iniciativas e presenças de menor dimensão, não se poderá deixar de evocar a presença popular.

¹⁴⁷ A Capital, nº 2572, de 17/10/1917, p. 2; Diário de Notícias, nº 18654, de 19/10/1917, p. 1.

¹⁴⁸ *Idem*.

¹⁴⁹ *Idem*.

¹⁵⁰ Diário de Notícias, nº 18654, de 19/10/1917, p. 1.

Independentemente das opiniões veiculadas pelos diferentes jornais acerca das realidades presenciadas e descritas, fica a ideia firme no sentido de que as manifestações cerimoniais em memória de Gomes Freire e, já agora, dos seus companheiros, alcançaram uma forte presença popular de índole espontânea, que funcionou autonomamente face às convocatórias de arregimentação dos militantes e simpatizantes das organizações comprometidas com o regime em vigor.

Existia uma outra vertente que não aparece espelhada nas descrições dos jornais que foram objeto de análise. Existiam também organizações de cariz ultraconservador, designadamente monárquicos da linha conservadora Miguelista, o ultramontanismo e a direita antiliberal, que contestavam abertamente as comemorações do Centenário da morte de Gomes Freire, já que o apelidavam de traidor. A título de exemplo, uma das personalidades que mais abertamente criticava Gomes Freire e as comemorações associadas ao seu nome, António Sardinha (1887-1925), apelidou o dia 17/10/1917 como sendo o “Dia de S. Traidor”¹⁵¹ ou, Rodrigues Cavalheiro (1902-1984), que escreveu “Gomes Freire de Andrade, grão-mestre da Maçonaria, conspirador contra a integridade da Pátria, mau português e mau soldado.”¹⁵².

Apesar destas oposições, a comemoração do centenário da morte de Gomes Freire terá sido o último momento de alguma união entre o povo republicano e o regime liderado pelo republicanismo de Afonso Costa, num Portugal completamente envolvido na Grande Guerra. Cerca de um mês e meio depois, Sidónio Pais desferiria um rude golpe à República Velha, substituindo-a por uma República Nova, conservadora, autoritária e presidencialista¹⁵³. Mas, este tempo, não seria mais do que um hiato que duraria cerca de um ano, até à chegada de uma regressada República Velha, ainda que envolta em novas roupagens e novos protagonistas.

Será também o tempo da celebração do Centenário da Revolução Liberal, em 1920, onde, inevitavelmente, o nome de Gomes Freire ressurgirá promovido a precursor desta revolução por parte do regime republicano.

2.2 Centenário da Revolução Liberal de 1820 na cidade do Porto

À semelhança do que tinha acontecido por altura da celebração do Centenário da morte de Gomes Freire, foi criada uma Comissão Executiva do Centenário da Revolução de 1820 com cariz oficial¹⁵⁴, que teve como objetivo principal, preparar as celebrações que teriam

¹⁵¹ Cit. por Costa, Fernando Marques da – *Gomes Freire de Andrade: O Mártir do Mito*, p. 13.

¹⁵² *Idem*.

¹⁵³ Cf. Samara, 2021, p. 371-395.

¹⁵⁴ Vargues, 1997, p. 80

lugar na cidade do Porto a 24 de Agosto, na cidade de Lisboa a 15 de setembro e, também, um pouco por muitas outras localidades do país. A Comissão Executiva do Centenário era composta por 14 personalidades¹⁵⁵, as quais passamos a discriminar: Álvaro Neves, Eloy do Amaral, capitão Salvador José da Costa, António Casimiro Gomes da Silva, Alexandre Ferreira, dr. Mário Santos Silva, dr. Agostinho Fortes, dr. Alberto Ferreira Vidal, dr. Magalhães Lima, dr. Alberto de Aguiar, dr. Carneiro de Moura, dr. Vasco de Vasconcelos, António Casimiro Gomes da Silva; José Pinheiro de Melo e Manuel Pinheiro de Melo¹⁵⁶. Conjuntamente com a Comissão Executiva do Centenário da Revolução de 1820, tiveram um papel muito relevante na organização dos festejos, as câmaras municipais, nomeadamente as do Porto e de Lisboa, câmaras estas que foram as verdadeiras promotoras dos eventos comemorativos¹⁵⁷.

Uma vez mais, os jornais afiguram-se como uma importante fonte de registo histórico sobre o que se passou em termos da organização da celebração do centenário da Revolução Liberal, nas cidades do Porto e de Lisboa.

Foi nestas duas cidades que decorreram as principais movimentações militares e políticas que permitiram o êxito da Revolução de 1820. Deste modo, justifica-se que a atenção venha a recair sobre os relatos jornalísticos daquilo que se passou nas duas principais cidades do país, visto ter sido nestas que decorreram as celebrações de maior impacto e envolvimento das autoridades civis e militares, de instituições diversas e do povo em geral.

A Comissão Executiva do Centenário da Revolução de 1820 preparou conjuntamente com a Câmara Municipal do Porto os festejos relativos à efeméride da Revolução Vintista, que tiveram lugar na cidade do Porto, no dia 24 de agosto de 1920. A cidade Invicta recebeu a visita do presidente da República e de parte significativa do elenco governamental. Não sendo habitual a reunião de tantas das mais altas individualidades do país em simultâneo no Porto, o facto foi motivo de maior projecção da cidade e da região, tendo envolvido a participação entusiasmante da população local.

Na realidade, os festejos tiveram início no dia 23 de agosto, com a chegada da comitiva presidencial vinda de Lisboa e, tiveram o seu epílogo, no dia 25, com o regresso à capital. Assim, passemos um olhar por aquilo que foram os relatos dos jornais da época acerca do tema supracitado.

¹⁵⁵ Vargues, 1997, p. 80-81.

¹⁵⁶ *Ibidem*, p. 81.

¹⁵⁷ *Ibidem*, p. 81-82.

A pouco menos de um mês do início da comemoração do Centenário da Revolução Vintista, o jornal A Vanguarda anunciou na sua edição de 26 de julho de 1920 que o secretário da Comissão Executiva do Centenário, Álvaro Neves, convidou um conjunto de jornais para uma sessão onde solicitou o apoio dos jornalistas à comemoração do Centenário da Revolução de 1820¹⁵⁸. Durante essa sessão, Álvaro Neves apelou ao apoio dos jornalistas ao evento, visto querer-se celebrar o centenário de um novo regime que tomou várias medidas que libertaram o país, das quais destacou que “Por essa lei se extinguiu a censura prévia”¹⁵⁹. Este argumento deveria sensibilizar particularmente os jornalistas, todavia, o jornalista (não identificado) do jornal A Vanguarda, num tom irreverente, como era apanágio da linha editorial deste jornal, escreveu um artigo sob o título “Um século depois...”¹⁶⁰ num tom muito crítico, no qual disse que “Em 1820, uma revolução extinguiu a censura prévia. Em 1920 um governo liberal restabeleceu-a. Há um século, foi criado um tribunal de proteção à imprensa. Presentemente a censura demora-nos a ordem de: **pode circular**”¹⁶¹, para que a empresa perca a sua habitual venda ao balcão.¹⁶²”.

Já na edição do dia 24, o jornal A Vanguarda publica três pequenos artigos com críticas contundentes ao dia-a-dia da política portuguesa. No primeiro dos artigos, critica o facto de apesar de o presidente da Ministério, António Granjo, não ter decretado feriado no dia 24 visto que “Como a data de hoje, da Revolução de 1820, se refere apenas ao Porto [...]”¹⁶³, porém, as repartições públicas fecharam à revelia da decisão governamental porque “[...] os madraços apanharam o sr. Granjo ausente e zás, fizeram-lhe a partida, tolerância de ponto.”¹⁶⁴. Neste primeiro artigo, consta uma crítica clara à falta de autoridade e ao desrespeito do funcionalismo público às ordens providas do governo. No segundo artigo, é dado o protagonismo ao aparecimento de víveres de primeira necessidade em Lisboa, em detrimento dos festejos do 24 de Agosto no Porto, dizendo que “Lisboa rejubila hoje. O Porto comemora o centenário da revolução de 1820. Lisboa, bem ao contrário, comemora um facto muito mais importante. Fernandes Tomás libertou o país do jugo estrangeiro – por sinal inglês. Álvaro de Lacerda libertou Lisboa das garras aduncas dos açambarcadores. Lisboa, ao amanhecer de hoje, viu-se

¹⁵⁸ A Vanguarda, nº 2305, de 26/07/1920, p. 1.

¹⁵⁹ *Idem*.

¹⁶⁰ *Idem*.

¹⁶¹ A negrito, em conformidade com o original.

¹⁶² A Vanguarda, nº 2305, de 26/07/1920, p. 1.

¹⁶³ A Vanguarda, nº 2330, de 24/08/1920, p. 1, sob o título “Tolerância de ponto”, do jornalista João Lisboa.

¹⁶⁴ *Idem*.

inundada de carvão, de feijão, de azeite, de leite, de açúcar, de arroz, de fósforos, de tabaco, de elétricos. [...] E ainda os populares querem atirar a terra o sr. Granjo!”¹⁶⁵

Na coluna crítica *O meu holofote*, da autoria do jornalista João Lisboa, o colunista diz que enquanto o Porto festeja o 24 de agosto de 1820, a cidade de Lisboa tem um facto muito mais importante a comemorar: o fim da escassez dos artigos de primeira necessidade, motivado pela intervenção de Álvaro de Lacerda¹⁶⁶ e de António Granjo. É dada claramente mais importância ao tema da escassez dos bens de primeira necessidade em Lisboa e à resolução deste problema por via das intervenções de Álvaro de Lacerda e de António Granjo do que a importância da celebração do Centenário da Revolução de 1820 no Porto. É prova disto a passagem onde o colunista diz que “Lisboa, bem ao contrário, comemora um facto muito mais importante.”¹⁶⁷.

Ainda na mesma coluna, mas com o subtítulo *Liberato Pinto*, o colunista João Lisboa, escrevendo num tom marcadamente irónico, dirige uma fortíssima crítica à deslocação do coronel Liberato Pinto (1880-1949)¹⁶⁸ à comemoração na cidade do Porto, inserido na comitiva presidencial¹⁶⁹. Liberato Pinto era à altura o chefe do Estado Maior da Guarda Nacional Republicana (GNR), o baluarte de segurança do regime e muito próximo da ala radical do PRP. O artigo cinge-se a poucas linhas, mas é extremamente contundente, como é observável na transcrição completa do mesmo, dizendo que “Este oficial também seguiu na comitiva presidencial para o Porto. Pudera! Fez sua ex^a muito bem. Se o sr. Liberato Pinto não fosse, a viagem presidencial não se efetuarias, o que seria muito desagradável para os portuenses. Fez o sr. Liberato muito bem. A Pátria acima de tudo... Já se fizeram assim os revolucionários de 1820!”¹⁷⁰

O jornal A Capital, aproveitando o ensejo de ser um jornal vespertino, anunciou no dia 23, ainda antes dos outros jornais, que o presidente da República e a respetiva comitiva partiram de Lisboa em direção ao Porto de comboio, no dia 22 de agosto, chegando à cidade Invicta no dia 23¹⁷¹.

Já no dia 24, A Capital refere que a Comissão Executiva do Centenário reuniu na Câmara Municipal de Lisboa, com todo o seu elenco¹⁷². Durante essa sessão, foi lido um excerto do

¹⁶⁵ A Vanguarda, nº 2330, de 24/08/1920, p. 1, sob o título “Hoje dia grande”, do jornalista João Lisboa.

¹⁶⁶ Álvaro de Lacerda (1877-1943). Foi presidente da Associação Comercial de Lisboa, Comissário-Geral dos Abastecimentos e ministro da Agricultura e dos Abastecimento, ainda que somente durante uma semana, entre 21 e 27 de janeiro de 1920. Cf. https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%81lvaro_Pereira_de_Lacerda#cite_note-3 [Consult. 15 nov. 2024]

¹⁶⁷ A Vanguarda, nº 2330, de 24/08/1920, p. 1, sob o título “Hoje dia grande”, do jornalista João Lisboa.

¹⁶⁸ Cf. [https://www.infopedia.pt/\\$liberato-pinto](https://www.infopedia.pt/$liberato-pinto) [Consult. 16 nov. 2024]

¹⁶⁹ A Vanguarda, nº 2330, de 24/08/1920, p. 1, com o subtítulo “Liberato Pinto”, do jornalista João Lisboa.

¹⁷⁰ *Idem*.

¹⁷¹ A Capital, nº 3614, de 23/08/1920, p. 1.

¹⁷² A Capital, nº 3615, de 24/08/1920, p. 1.

livro “A situação do operário e a liberdade do trabalho em 1820”. Foi ainda decidido que o Grémio Lusitano terá prioridade no que concerne às comemorações do centenário. Por fim, foram enviados telegramas de saudações às comissões organizadoras do evento no Porto e em Coimbra.

Só no dia 26 de agosto, A Capital dá maior destaque ao evento. No entanto, esse destaque destina-se a assinalar o regresso do presidente e da comitiva a Lisboa, num comboio que partiu do Porto pelas 21 horas e chegou a Lisboa, à estação do Rossio, pelas 6 horas e 45 minutos do dia seguinte. O jornal descreveu as provas de grande carinho que o presidente recebeu das populações, nas estações onde o comboio parou até à estação da Granja. A partir daí, o comboio não mais parou até Lisboa, para que a comitiva pudesse descansar. Na chegada à capital, o jornal descreve a receção oficial ao presidente¹⁷³.

O Diário de Notícias e o jornal O Século foram mais exaustivos na descrição da visita do presidente à cidade do Porto e às celebrações a que este presidiu. Assim, observando o périplo presidencial à cidade do Porto através destes dois jornais de referência e começando pelo Diário de Notícias, este jornal informa no dia 24 de agosto que o presidente António José de Almeida marcou presença na comemoração do Centenário da Revolução de 1820 no Porto. Faz um breve resumo da História, contextualizando a época: o domínio britânico, a inoperância do rei D. João VI, as ideias liberais, o 24 de Agosto de 1820 no Porto e a homenagem a homens como o liberal Manuel Fernandes Tomás, transportando os leitores para o que é necessário fazer para salvar a pátria 100 anos depois. Refere a chegada do presidente às estações da Campanhã e de S. Bento na locomotiva nº 54, que chegou ao Porto pelas 11 horas e 9 minutos¹⁷⁴. O jornal descreve a receção oficial ao chefe do Estado, a composição da comitiva que acompanhou o presidente desde Lisboa e todas as individualidades e organizações que o vieram receber¹⁷⁵.

Na receção ao chefe do Estado e respetiva comitiva, o DN menciona as seguintes personalidades e instituições da cidade e da região: generais Abel Hipólito e Pedroso de Lima; governador civil do Porto; presidente do Senado Municipal; membros do Senado e da Câmara Municipal do Porto; direções das associações Comercial do Porto, dos Comerciantes do Porto, do Centro Comercial e do Club Fenianos; presidente da Relação e juizes de vários tribunais; senadores e deputados; professores de todos os estabelecimentos de ensino superior, secundário e primário; funcionários superiores da polícia; delegado de saúde; Junta Geral do Distrito; chefe

¹⁷³ A Capital, nº 3617, de 26/08/1920, p. 1.

¹⁷⁴ O Diário de Notícias não refere do dia da chegada do chefe do Estado ao Porto, contudo, depreende-se que tenha sido no dia 23, já que o comboio partiu de Lisboa em direção ao Porto na noite do dia 22.

¹⁷⁵ Diário de Notícias, nº 19660, de 24/08/1920, p. 1, com reportagem “Do nosso enviado especial”.

do Departamento Marítimo e oficiais da capitania do porto; oficiais do Exército e da Guarda Fiscal; diretor da Casa de Reclusão, presidente e vogais do Tribunal Militar Especial; deputação da Cruz Preta; funcionários da Alfândega, dos Correios e Telégrafos, da Caixa Económica e muitas outras representações¹⁷⁶.

O presidente e a comitiva ficaram instalados no Instituto Superior do Comércio, também designado na altura por palácio presidencial¹⁷⁷.

No dia 25 de agosto, o DN informa o programa que o presidente cumpriu na véspera. Assim, este jornal informa que o dia foi de grande entusiasmo, com festa, música e foguetes. Grande parte do comércio e outros estabelecimentos estiveram fechados. O programa cumprido pelo presidente foi o seguinte: dirigiu-se de manhã ao cemitério do Prado do Repouso. Aí, o chefe do Estado prestou homenagem junto do monumento aos Vencidos do 31 de janeiro de 1891. Seguidamente, dirigiu-se ao quartel de Infantaria 6, tendo descerrado aí uma lápide em homenagem à forte ligação deste quartel à Revolução de 1820¹⁷⁸.

Ainda na mesma edição, o DN informa que a Comissão Executiva do Centenário da Revolução de 1820 reuniu-se nos Paços do Concelho da CML para debater vários temas, que passamos a descrever: o sr. Álvaro Neves (secretário da Comissão Executiva do Centenário) informou que a Associação de Lojistas de Lisboa contribuiu com 100\$00 para ajudar a custear as despesas com a organização do centenário; deu conhecimento da dificuldade do dr. Agostinho Fortes no sentido de imprimir a memória escrita da Revolução de 1820; Álvaro Neves informou igualmente que a Comissão é formada por indivíduos liberais, contudo, tem encontrado os ultramontanos a trabalhar no sentido de denegrirem e levarem à indiferença as comemorações. No entanto, está convencido de que as comemorações serão grandiosas; o operariado não está a aderir ao Centenário na medida em que não teve um papel de relevo na Revolução de 1820. O secretário irá fazer um estudo aprofundado sobre o operariado de 1820, visto que na altura ainda não existia a liberdade de exercer a profissão, sendo que esta era controlada pela Casa dos 24, portanto, uma realidade muito diferente daquela que existe cem anos depois, em 1920¹⁷⁹.

No dia 26, o DN deu conta do sobrecarregado programa cumprido pelo presidente ao longo do 25, jornada essa que também significou o dia do regresso do chefe de Estado a Lisboa e que passamos a descrever: no dia 24, o presidente tinha efetuado uma rápida visita ao Museu das

¹⁷⁶ Diário de Notícias, nº 19660, de 24/08/1920, p. 1, com reportagem “Do nosso enviado especial”.

¹⁷⁷ Também conhecido por Palácio do Braguinha ou Palacete Braguinha.

¹⁷⁸ Diário de Notícias, nº 19661, de 25/08/1920, p. 1, com reportagem “Do nosso enviado especial”.

¹⁷⁹ *Idem*.

Belas Artes. Assim, quis voltar no dia 25 a esta instituição para uma visita com mais tempo e que teve início pelas 11 horas. Era aguardado pelo presidente da instituição, Marques Oliveira e pelos professores José Brito e Marques Silva. O museu fica em frente ao Instituto Superior do Comércio, local onde o presidente ficou acomodado durante os dias da visita à cidade do Porto; visita à Associação Comercial do Porto (ACP), no Palácio da Bolsa. O chefe do Estado era aguardado por Manuel da Costa Oliveira, presidente da ACP e pelos corpos gerentes. Visitou as instalações, designadamente a sala das sessões da agremiação, o salão árabe e as dependências do Tribunal do Comércio; pelas 12 horas, visitou à Colónia Sanatorial Marítima, onde o chefe do Estado era aguardado pelo presidente da instituição, dr. Santos Silva (também vereador da CMP), o médico António Ramalho e respetivo corpo clínico, os professores e as crianças aí internadas; logo em seguida, o presidente encaminhou-se para a Colónia Marítima, onde estão albergados os filhos dos soldados da Junta Patriótica do Norte. António José de Almeida foi recebido pela presidente do núcleo feminino da assistência infantil da Junta Patriótica do Norte, d^a Filomena de Oliveira. Esta responsável sensibilizou o presidente para as graves dificuldades pelas quais passava esta instituição; pelas 13 horas, o presidente era recebido na Estrada da Circunvalação pelas autoridades civis e militares para realizar a visita programada ao porto de Leixões. Estavam presentes o Administrador do concelho de Matosinhos, associações locais, centros políticos, oficiais da marinha, bombeiros voluntários, banda de música e muito povo. O presidente viu a planta dos melhoramentos do porto de Leixões no lugar da Conceição, local limite da intervenção no porto de Leixões, em Leça da Palmeira. Pouco depois, foram prestadas honras militares ao presidente, junto ao edifício do Posto de Desinfecção. Seguidamente, o presidente descansou um pouco devido ao calor excessivo que se fazia sentir. Seguiu-se um almoço de 120 talheres oferecido pela Junta Autónoma ao presidente e respetiva comitiva, bem como a outros convidados. Foram alguns os discursos da praxe durante o almoço, sendo que o DN registou a ordem de entrada dos oradores e os temas por estes abordados, os quais passamos a resumir: o presidente da Associação Comercial do Porto assinalou a oportunidade da visita do presidente; o dr. Vasco de Oliveira, presidente da Comissão Executiva da CMP, salientou a necessidade de obras no rio Douro; José Domingues dos Santos, deputado, elogiou as obras no porto de Leixões; o dr. Afonso Cordeiro, antigo presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, salientou a necessidade de meios de comunicação no nordeste do país; o ministro do Comércio, Francisco Velhinho Correia, falou sobre a liberdade do comércio e aproveitamento do potencial de energia no Douro; o ministro dos Estrangeiros, João de Melo Barreto, reconheceu a gravidade da situação em que o país se encontra devido à Grande Guerra, contudo, pensa que o país reúne condições para recuperar.

Teceu igualmente rasgados elogios ao trabalho de Afonso Costa em Spa; Vaz Passos, jornalista, brindou ao presidente em nome da imprensa representada; António Granjo, presidente do Ministério, falou sobre a liberdade do comércio. Salientou as propostas de reequilíbrio económico-financeiro do país e exultou todos no sentido de se salvar a Pátria; António José de Almeida, chefe do Estado, agradeceu as grandes manifestações de carinho. O seu discurso foi arrebatador, findo o qual foi feito um brinde pelo povo português.

Depois de ter terminado o almoço, o presidente dirigiu-se ao Palácio de Cristal para “inaugurar a exposição oficial da bandeira de Lille, da arca oferecida pelo exército português, da *maquette* do monumento aos mortos da guerra e da taça oferecida pela cidade do Porto ao Marechal Foch¹⁸⁰” (1851-1929).

Cumprido que estava o extenso programa do chefe do Estado, este regressou ao palácio presidencial e, pelas 21 horas, partiu da estação de S. Bento de comboio para Lisboa, debaixo de forte ovação popular e honras militares. Deverá chegar a Lisboa, à estação do Rossio, no dia seguinte, pelas 6 horas e 30 minutos, sendo recebido com honras militares¹⁸¹.

Por seu turno, o jornal O Século, iniciou a sua narrativa relativa à visita do chefe do Estado ao Porto para a celebração do Centenário da Revolução de 1820, na sua edição do dia 24 de agosto, fazendo a descrição do percurso do comboio entre Lisboa e o Porto. Passemos a tomar conhecimento daquilo que o jornal O Século deixou registado nas suas páginas: a notícia descreve as estações de caminhos de ferro onde o comboio presidencial se deteve para que fossem prestadas as honras militares e das autoridades civis locais ao presidente. O comboio presidencial, que partiu do Rossio no dia 22 de agosto, durante a noite, deteve-se nas seguintes estações: Santarém, Entroncamento, Paialvo, Tomar, Aveiro e Devezas, pelas 7 horas e 30 minutos da manhã do dia 23. Nesta estação, o comboio deteve-se por algum tempo antes de partir para a última estação como destino final, a estação de S. Bento. A notícia descreve também o entusiasmo popular com que o presidente foi recebido¹⁸².

Ainda na mesma edição, em “Últimas”, O Século descreveu o programa cumprido pelo presidente ao longo do dia 23. Diz o jornal que o Instituto Superior de Comércio serviu de palácio presidencial durante os dias em que o presidente se deteve na cidade do Porto. Descreve todas as iniciativas nas quais o chefe do Estado marcou presença nesse dia, com início às 17 horas e 30 minutos. Foi alvo de uma receção oficial a essa hora, seguido de um jantar com carácter íntimo, com um universo de convidados restrito e a convite do presidente. À noite, no

¹⁸⁰ Diário de Notícias, nº 19662, de 26/08/1920, p. 1, com reportagem “Do nosso enviado especial”.

¹⁸¹ *Idem*.

¹⁸² O Século, nº 13886, de 24/08/1920, p. 1, com reportagem do jornalista Nobre Martins.

Largo da Trindade, em frente ao Club Fenianos, foi exibido um filme histórico que teve como tema a Revolução de 1820. A este filme assistiu o presidente, toda a comitiva e muitos populares. O chefe do Estado assistiu ao filme a partir do Club Fenianos, local onde lhe foi organizada uma recepção à altura da ocasião. Muitos edifícios encontravam-se iluminados. O jornal anuncia que o presidente visita a Associação Comercial do Porto no dia 24¹⁸³.

Na edição do dia 25, o jornal O Século descreve o programa cumprido pelo presidente ao longo do dia 24. Logo pela manhã, registaram-se festejos, com a cidade a acordar com foguetes e morteiros, tendo sido tocado o hino de 1820. O comércio encontrava-se encerrado. A agenda do presidente teve início no cemitério do Prado do Repouso, com a homenagem aos Vencidos do 31 de janeiro. O presidente fez-se acompanhar do presidente do Ministério, secretários e governador civil. Logo em seguida, o chefe do Estado visitou o monumento dedicado às vítimas do 13 de fevereiro. Finda esta cerimónia, regressou ao palácio presidencial onde recebeu o poeta Guerra Junqueiro e o velho jornalista Marcos Guedes. Recebeu ainda dois elementos da Câmara Municipal de Coimbra, Ângelo Vaz e Costa Cabral. Ainda no palácio presidencial, o presidente recebeu uma comissão de mutilados e funcionários dos correios, sendo que "prometeu interessar-se pelo pedido"¹⁸⁴ de melhoria das condições. Neste mesmo dia, António José de Almeida recebeu um telegrama de Alves da Veiga, figura do 31 de janeiro, telegrama este enviado a partir de Bruxelas e que, segundo o seu teor, pedia ao presidente para ser seu interprete da sua homenagem à heroica cidade do Porto, onde um século antes teve início o regime liberal em Portugal¹⁸⁵.

Ainda no mesmo dia, pelas 15 horas, teve lugar um cortejo histórico em direção ao quartel de Infantaria 6, quartel este intimamente ligado à Revolução de 1820. Integraram-se no "cortejo muitas agremiações de classe e políticas, larga representação de escolas, magistratura judicial, etc."¹⁸⁶. Do cortejo faziam parte um piquete de cavalaria; bombeiros municipais e voluntários; associações de classe e operários; associações mutualistas e de beneficência; associações de instrução e recreio; associações científicas; academia; professorado; instrução militar preparatória, adueiros (escoteiros); Cruz Vermelha; associações e centros políticos; comissões políticas; associações agrícolas, industriais e comerciais; juntas de freguesia; câmaras municipais e a Junta Geral do distrito; magistratura judicial; autoridades civis; autoridades militares. O cortejo foi acompanhado pelas diversas bandas musicais que tocaram A

¹⁸³ O Século, nº 13886, de 24/08/1920, p. 2.

¹⁸⁴ O Século, nº 13887, de 25/08/1920, p. 1, com reportagem do jornalista Nobre Martins.

¹⁸⁵ *Idem*.

¹⁸⁶ *Idem*.

Portuguesa. Quando o cortejo chegou ao quartel de Infantaria 6, era aguardado por um batalhão comandado pelo capitão A. Ferreira. Foi descerrada a lápide comemorativa por parte do ministro da Guerra a convite do dr. Barbosa de Castro, presidente do Senado Municipal.

Na edição do dia 26, o jornal O Século descreve o programa cumprido pelo presidente no dia 25, último dia da visita. Este foi, sem dúvida, o dia mais preenchido, mas também o mais apoteótico. Vejamos então o que nos diz a edição do dia 26 de O Século. O artigo refere-se aos acontecimentos do dia anterior, dia 25. O programa de visitas do presidente foi em grande parte dedicado às obras no porto de Leixões. O chefe de Estado saiu do palácio pelas 11 horas, tendo começado por fazer uma breve visita ao Museu de Belas Artes, tendo sido recebido pelos senhores Marques Oliveira, José Brito e Marques da Silva. Depois da receção seguiu para o Palácio da Bolsa, sede da Associação Comercial do Porto. Aqui era esperado por "todos os representantes do alto comércio d'esta cidade."¹⁸⁷. Seguidamente, o cortejo seguiu para o Sanatório Municipal onde se encontravam as crianças das escolas municipais aí a banhos. Depois da receção muito calorosa nesta instituição por parte do sr. Santos Silva (vereador e presidente do Senado Municipal a partir de 8/10/1920) e das crianças das escolas municipais aí a banhos, o presidente visitou a Casa dos Filhos dos Soldados Portugueses, na dependência da Junta Patriótica do Norte, tendo sido recebido pela sra. Filomena Nogueira de Oliveira, responsável desta instituição remetida ao esquecimento por parte do Estado e de todos os que ainda hoje contestam a participação de Portugal na Grande Guerra. Da Foz, a comitiva seguiu em direção a Leixões, sendo que o programa se encontrava com atraso em virtude do tempo despendido pelo presidente nas visitas anteriores. A comitiva era enorme, composta por muitas forças vivas da cidade do Porto, "classes comercial e industrial, representantes de várias coletividades, etc."¹⁸⁸.

Como já tinha sido dito, o chefe do Estado e a comitiva dirigiram-se a Leixões para iniciarem uma parte muito importante deste dia de visitas, não só à cidade do Porto como igualmente à região envolvente e aos investimentos que estavam em curso naquela zona.

A comitiva chegou a Leixões pelas 13 horas. Nessa sequência, o presidente verificou o andamento das obras de expansão do importante porto de Leixões. Depois de o chefe de Estado ter descansado durante alguns momentos, houve lugar a um almoço oferecido pela junta autónoma ao presidente, nas dependências do posto de desinfeção. Marcaram presença nesse almoço um conjunto vasto de representantes de instituições da região e altas individualidades, das quais se destacam as seguintes: Joaquim Matos, presidente da Câmara Municipal de

¹⁸⁷ O Século, nº 13888, de 26/08/1920, p. 1, com reportagem do jornalista Nobre Martins.

¹⁸⁸ *Idem*.

Matosinhos; general Pedroso de Lima; Barbosa Costa, presidente da Junta Autónoma; António Granjo, presidente do Ministério; Francisco Velhinho Correia, ministro do Comércio; João de Melo Barreto, ministro dos Estrangeiros; general do departamento; governador civil; Vasco Oliveira, presidente da Comissão Executiva da CMP; José Domingues dos Santos, deputado; Afonso Cordeiro, emérito médico e primeiro presidente da Câmara Municipal de Matosinhos; Vaz Passos, jornalista. Durante um dos brindes com que foi aberto o almoço, o presidente da comissão executiva da CMP, sr. Vasco Oliveira, falou na necessidade de obras no Douro. Falou ainda do potencial elétrico deste rio. Para além desta intervenção, houve lugar a diversos discursos informais, dos quais se salientam os seguintes: o sr. José Domingues dos Santos, deputado, salientou que aquilo que o Porto pode ambicionar são as obras no porto de Leixões; o sr. Afonso Cordeiro, na qualidade de filho do concelho, agradeceu ao presidente e ao governo a visita ao seu concelho; o ministro do Comércio, Francisco Velhinho Correia, defendeu a liberdade do comércio e que o país tem direito a metade do potencial elétrico do Douro; o ministro dos Estrangeiros, João de Melo Barreto, reconheceu que Portugal saiu arruinado da Grande Guerra, todavia, reúne as condições de "ressurgimento nacional"¹⁸⁹. Referiu-se ainda ao grande trabalho que Afonso Costa estava a desenvolver na conferência de Spa; Vaz Passos, jornalista, brindou o presidente em nome da imprensa presente; o presidente do Ministério, António Granjo, discursou, tendo abordado vários temas, entre os quais se destacaram a liberdade do comércio. Fez ainda um rasgado elogio ao chefe do Estado; o presidente da República finalizou esta onda de discursos informais, agradecendo as homenagens de que foi alvo¹⁹⁰.

Depois de finalizado o almoço em Leixões, o presidente foi inaugurar no Palácio de Cristal a exposição da bandeira de Lille que o exército português ofereceu àquela cidade, a *maquette* do monumento do concelho aos mortos portugueses na Grande Guerra e a taça oferecida ao general Foch pela cidade do Porto. Após este último compromisso de agenda do presidente, este recolheu ao palácio presidencial onde descansou antes de jantar. Após a última refeição, o presidente seguiu para a estação de S. Bento para tomar o comboio de regresso a Lisboa, ainda no dia 25. Já na estação de S. Bento, foram prestadas as devidas honras militares a António José de Almeida. Segundo O Século, a multidão que se acumulou na estação era muita e difícil de conter por parte da polícia. A título informativo, o jornal informa que os ministros dos Estrangeiros e do Comércio teriam no dia seguinte, 26 de agosto, algumas reuniões com entidades diversas. Assim, o ministro do Comércio só regressará no dia 27, no comboio que

¹⁸⁹ O Século, nº 13888, de 26/08/1920, p. 1, com reportagem do jornalista Nobre Martins.

¹⁹⁰ *Idem*.

chegará ao Rossio pelas 6 horas e 30 minutos¹⁹¹. Ainda na mesma edição de *O Século*, o jornal dá a conhecer o programa de receção em Lisboa ao chefe do Estado nesse mesmo dia, 26 de agosto¹⁹².

Na edição do dia 27 de agosto, *O Século* descreve brevemente a forma como decorreu a despedida do presidente da República, na estação de S. Bento, no dia 25. O jornalista que acompanhou a visita do presidente ao Porto, no âmbito da Comemoração do Centenário da Revolução de 1820, escreveu que foi vasta a multidão que acompanhou a despedida do presidente, quer em S. Bento, quer noutros locais onde o comboio presidencial se deteve, locais estes que foram enumerados: estação da Campanhã, Vila Nova de Gaia, Granja, Espinho, Ovar e Estarreja. Após esta última estação, o presidente retirou-se para descansar, tendo o comboio chegado à estação do Rossio pelas 6 horas e 50 minutos. Vários ministros e outras autoridades oficiais receberam o presidente, das quais se destacam as seguintes: Felisberto Pedrosa, ministro do Interior; Júlio de Lima Duque, ministro do Trabalho; Manuel Ferreira da Rocha, ministro das Colónias; Inocêncio Camacho, ministro das Finanças; governador civil; Liberato Pinto, general comandante da GNR, e o ajudante; general de divisão; diretores de investigação e segurança do Estado; oficiais da polícia; muitos oficiais do Exército, da Marinha e da GNR, bem como sargentos de diversas unidades. Após a receção presidencial, a carruagem que transportava o presidente dirigiu-se para a sua residência¹⁹³.

Ainda na mesma edição, o jornalista Nobre Martins informa que o presidente se encontra ligeiramente doente. Ainda que não seja nada de muito preocupante, terá de descansar em casa durante alguns dias. Todavia, será na sequência desta doença que o presidente António José de Almeida irá faltar à comemoração do Centenário da Revolução de 1820 em Lisboa¹⁹⁴.

Os jornais da época deram especial atenção ao acontecimento que revelou ser o Centenário da Revolução de 1820 no Porto, tendo acompanhado a par e passo o programa de visitas do presidente à cidade Invicta. Neste capítulo destacam-se os jornais *A Capital*, *O Século* e o *Diário de Notícias*. Ficou patente a proximidade dos dois primeiros jornais ao regime republicano, ainda que tenham revelado alguma preocupação com a descrição fiel dos acontecimentos. Já o *Diário de Notícias* fez uma descrição exaustiva de tudo o que se passou, sem que com isso deixasse patente um envolvimento comprometido tão evidente com as

¹⁹¹ *O Século*, nº 13888, de 26/08/1920, p. 1, com reportagem do jornalista Nobre Martins.

¹⁹² *Ibidem*, pág. 2.

¹⁹³ *O Século*, nº 13889, de 27/08/1920, p. 1, com reportagem do jornalista Nobre Martins.

¹⁹⁴ Centenário da Revolução Liberal de 1820 na cidade de Lisboa: p. 66-86.

autoridades republicanas. Os jornais O Mundo e A Vanguarda deixaram bem vincado o seu republicanismo contestatário em relação ao executivo liberal então no poder. Todavia, deve salientar-se o respeito institucional em relação ao chefe do Estado, apesar de, também este, ter tradicional e historicamente um alinhamento político à direita do partido dominante da República, o Partido Democrático.

Finda esta visita e tentando avaliar o real impacto do périplo do presidente António José de Almeida e da sua comitiva junto das instituições do Porto e da região norte, mas também entre as gentes desta região, poder-se-á afirmar que, com base nos relatos dos jornais consultados, a visita se saldou por um significativo êxito. Contudo, as narrativas jornalísticas deixam a entender que o entusiasmo institucional e popular adveio, principalmente, da presença do mais alto magistrado da nação em terras do norte e, não tanto, por aquilo que serviu o propósito inicial da deslocação deste à cidade Invicta. Só de forma limitada a memória histórica relativa aos acontecimentos ocorridos no Porto havia 100 anos, esteve presente, e esta, quando aconteceu, revelou-se fundamentalmente através dos rituais de cariz institucional, menos ligados ao pulsar das gentes do povo. Os festejos marcados pela presença massiva da população aconteceram na chegada do presidente à estação de S. Bento, no dia 23 de agosto, e à partida para o seu regresso a Lisboa, no dia 25. Este dia ficou igualmente marcado pelas visitas do chefe do Estado ao Sanatório Municipal, à Casa dos Filhos dos Soldados Portugueses, na dependência da Junta Patriótica do Norte e às obras no porto de Leixões, eventos congregadores de imensas manifestações populares.

Vieram também à superfície ao longo dos três dias da visita do presidente ao Porto, alguns dos temas que dividiam a sociedade portuguesa de então. Situações como a da visita do presidente à instituição dependente da Junta Patriótica do Norte, a Casa dos Filhos dos Soldados Portugueses, onde a responsável da instituição, a sra. Filomena Nogueira de Oliveira, disse, segundo o relato do jornalista de O Século, que “[...] num interessante discurso, salientou o desamparo a que foi votada aquela instituição, lutando com dificuldades para atingir os seus fins, esquecida por parte do Estado, desamparada e odiada pelos que têm ainda agora o prazer em contrariar a participação de Portugal na guerra.”¹⁹⁵. Este elucidativo relato do discurso da responsável da instituição que albergava e amparava as crianças, filhas dos soldados portugueses na cidade do Porto, demonstra que as feridas abertas na sociedade portuguesa resultantes da participação na Grande Guerra continuavam por sarar, passados que estavam quase dois anos sobre o término do conflito mundial. Ficou também demonstrada a

¹⁹⁵ O Século, nº 13888, de 26/08/1920, p. 1, com reportagem do jornalista Nobre Martins.

macrocefalia do país, com os seus principais órgãos de decisão centralizados em Lisboa. Foram muitos os pedidos e solicitações de intervenção direta do presidente, parecendo (eventualmente, confirmando) que não existia qualquer tipo de autonomia de decisão política e de índole financeira na região norte. Para o efeito, evocamos a passagem de um dos relatos do jornal O Século, pela mão do jornalista Nobre Martins e que aconteceu durante a visita efetuada pelo presidente ao Sanatório Municipal, no dia 25 de agosto:

[...] fazendo as honras do edifício o sr. Santos Silva, presidente do senado municipal. Os pequeninos das escolas municipais ali a banhos acompanhados pelas professoras, suas ajudantes e médicas, fizeram uma calorosa manifestação ao chefe do Estado, manifestação enternecida e cheia de ternura e do mais alto sentimento de carinho. O sr. António José de Almeida, comovido, acariciou as crianças e rendeu as suas homenagens aos propulsores daquela obra, depois do que o sr. Santos Silva lhe mostrou todas as dependências, explicando ao chefe do Estado a situação da Câmara Municipal do Porto nas suas obras de beneficência, depois que lhe foi cortada a verba para obras de instrução, como aquela, de eficaz beneficência para a assistência escolar, afirmando, no final da sua exposição, que centralizar o ensino é trair todas as aspirações da República.¹⁹⁶

Segundo o relato supracitado, para além da bem patente escassez de recursos alocados ao ensino e à beneficência por corte de verbas à CMP, Santos Silva aproveita o ensejo da presença do presidente para reivindicar a manutenção da descentralização escolar, como um desígnio da República. Deve ser sublinhado que António José de Almeida já se interessava pela temática da educação antes da implantação da República, como salienta Fernando Catroga, “Em 1907, num discurso proferido na Câmara dos Deputados, António José de Almeida, pressentindo a própria evolução ideológica de uma parte do corpo docente, exaltava a «nobre classe de professores de instrução primária»¹⁹⁷, definindo-os como fatores da transformação política no presente que iria conduzir à prometida edificação da «pátria livre e redimida», que só a República poderia inaugurar.”¹⁹⁸

Do conjunto das Festas Cívicas realizadas na região do Porto ao longo dos três dias de estadia (23, 24 e 25 de agosto de 1920) do presidente António José de Almeida e da respetiva comitiva governamental, podemos concluir que a memória histórica da Revolução de 1820 no Porto estava presente na mente das elites. Contudo, em relação ao povo, foram as necessidades básicas de carinho e curiosidade face ao mais alto magistrado da nação que transpareceram e não tanto a memória histórica dos acontecimentos ocorridos, havia 100 anos.

Porém, é inegável que esta iniciativa teve o condão de reavivar e de preservar a memória histórica da tradição liberal do Porto, com a homenagem do presidente ao quartel de Infantaria

¹⁹⁶ O Século, n.º 13888, de 26/08/1920, p. 1, com reportagem do jornalista Nobre Martins.

¹⁹⁷ Diário da Câmara dos Senhores Deputados, Sessão n.º 52, de 6 de abril de 1907, p. 19.

¹⁹⁸ Catroga, 2010, p. 253.

6, cuja ação esteve intimamente ligada à Revolução de 1820¹⁹⁹. Também a ligação do Porto ao movimento republicano do 31 de Janeiro de 1891 não foi esquecida, destacando-se, para o efeito, a visita realizada pelo presidente ao cemitério do Prado do Repouso, com a homenagem aos Vencidos do 31 de janeiro²⁰⁰.

As comemorações do Centenário da Revolução de 1820 não tinham ainda acabado. Em Lisboa, seguir-se-iam as comemorações, a partir do dia 15 de setembro.

2.3 Centenário da Revolução de 1820 na cidade de Lisboa

A capital do reino aderiu à Revolução Liberal no dia 15 de setembro de 1820, dia memorável para a cidade de Lisboa. Nesse mesmo dia, mas do ano de 1808, Lisboa tinha-se libertado do domínio francês. Regressando ao dia 15 de setembro de 1820, alguns liberais de Lisboa, aproveitando a efeméride, obtiveram o apoio ao movimento liberal por parte de alguns regimentos militares sediados na capital. Os antigos governadores foram depostos e foi nomeado um governo interino, a Junta de Lisboa, composta por representantes da magistratura, do comércio e da agricultura²⁰¹.

Deste modo, a data de 15 de setembro surge como o marco da Revolução Liberal de 1820 em Lisboa. Depois do êxito com que decorreu a comemoração do Centenário da Revolução de 1820 no Porto, no dia 24 de agosto, a Comissão Executiva do Centenário da Revolução de 1820 organizou conjuntamente com a Câmara Municipal de Lisboa o evento de maior expressão na capital, evento este que decorreu no bairro de Campo de Ourique²⁰². O programa comemorativo dividiu-se em três marcos principais: o primeiro deles constituiu a inauguração da estátua da Maria da Fonte no jardim da Parada²⁰³, vulgarmente conhecido por jardim de Campo de Ourique²⁰⁴. Seguidamente, e não muito distante deste jardim, foi descerrada a lápide toponímica correspondente à rebatizada rua Silva Carvalho (antiga rua de S. Luís), magistrado, advogado, um dos fundadores do Sinédrio e herói da Revolução de 1820. O culminar do evento comemorativo lisboeta deu-se com a romaria realizada ao túmulo de Manuel Fernandes Tomás²⁰⁵, no cemitério dos Prazeres, figura maior da Revolução Vintista.

¹⁹⁹ O Século, nº 13887, de 25/08/1920, p. 1, com reportagem do jornalista Nobre Martins.

²⁰⁰ *Idem*.

²⁰¹ Vargues, 1997, p. 369.

²⁰² A Capital, nº 3637, de 15/09/1920, p. 2; Diário de Notícias, nº 19682, de 16/09/1920, p. 1; Ilustração Portuguesa, nº 762, de 27/09/1920, p. 202; A Vanguarda, nº 2347, de 14/09/1920, p. 1.

²⁰³ A inauguração da estátua da Maria da Fonte será tratada no ponto 2.3.1, p. 69-76.

²⁰⁴ Atual jardim Teófilo Braga.

²⁰⁵ O restante programa do centenário lisboeta será tratado no ponto 2.3.2.

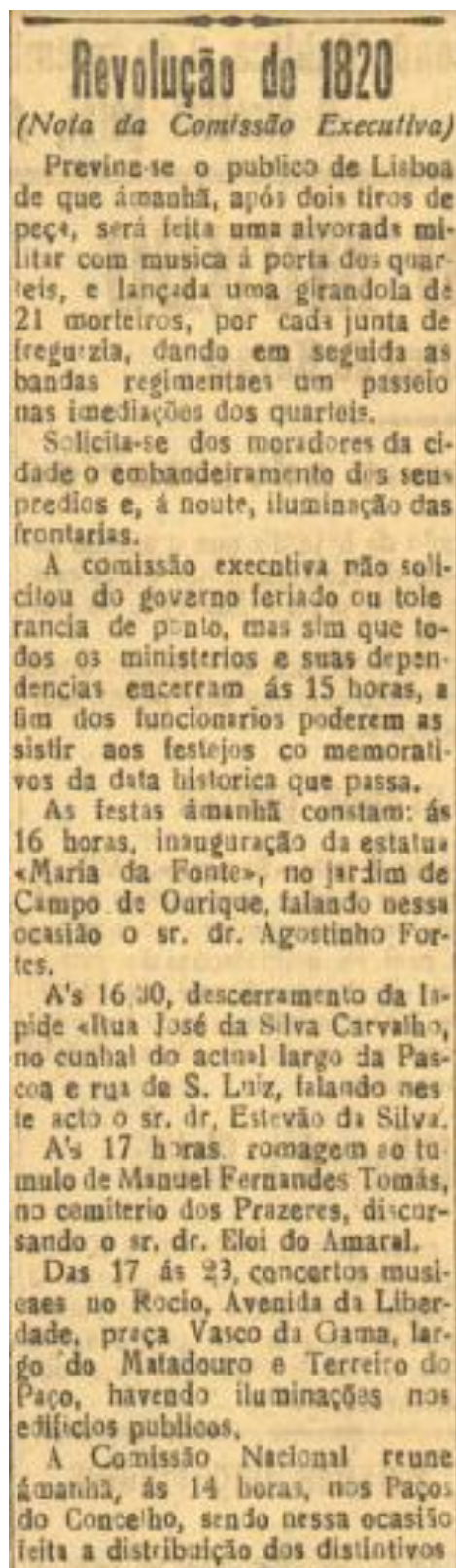


Imagem nº 7: Nota da Comissão Executiva²⁰⁶

²⁰⁶ Fonte: A Vanguarda, nº 2347, p. 1, de 14/09/1920. https://purl.pt/14330/1/j-2981-g_1920-09-14/j-2981-g_1920-09-14_item2/j-2981-g_1920-09-14_PDF/j-2981-g_1920-09-14_PDF_24-C-R0150/j-2981-g_1920-09-14_0000_1-2_t24-C-R0150.pdf [Consult. 19 nov. 2024].

Através de alguns dos jornais da época, tomamos conhecimento dos rituais de preservação da memória histórica da Revolução de 1820, que tiveram lugar nas Festas Cívicas comemorativas do Centenário do 15 de setembro de 1820, na cidade de Lisboa.

No dia seguinte à comemoração do Centenário da Revolução Liberal em Lisboa, o Diário de Notícias informa que foi dada tolerância de ponto às repartições públicas, depois das 15 horas²⁰⁷. Antes do início das cerimónias planeadas para o bairro de Campo de Ourique, o DN informa que a Comissão Executiva do Centenário reuniu pelas 16 horas nos Paços do Concelho, sob a liderança do presidente da comissão, João Carlos Alberto da Costa Gomes, coadjuvado pelos restantes membros, a saber: António Casimiro Gomes da Silva, Luiz de Melo e Ataíde, dr. Agostinho Fortes, Alexandre Ferreira, José Pinheiro de Melo, Agostinho Estrela, Leandro Pinheiro de Melo, Bernardo Sardoeiro, dr. Estevão da Silva, António Cabreira e Álvaro Neves (secretário)²⁰⁸. Depois de distribuídas a insígnias, três dos membros da comissão, “ srs. dr. Agostinho Fortes, António Cabreira e Alexandre Ferreira referiram-se à data histórica que passa.”²⁰⁹.

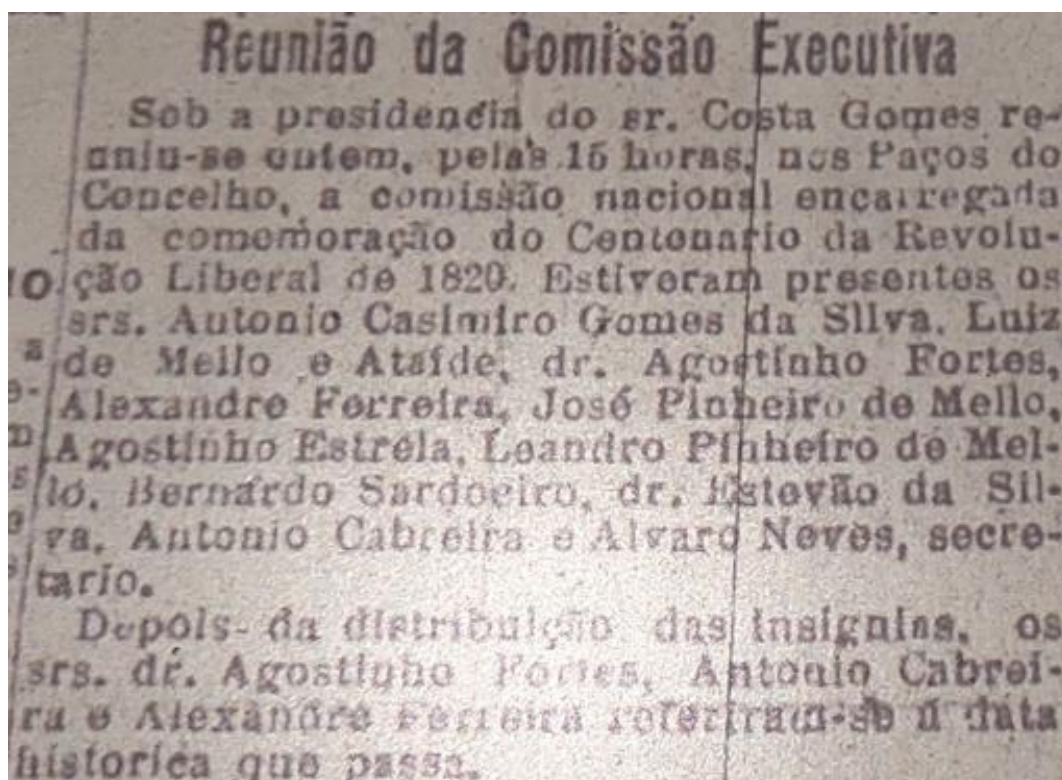


Imagem nº 8: elementos componentes da Comissão Executiva do Centenário da Revolução de 1820²¹⁰

²⁰⁷ Diário de Notícias, nº 19682, de 16/09/1920, p. 1.

²⁰⁸ *Idem.*

²⁰⁹ *Idem.*

²¹⁰ Fonte: Diário de Notícias, nº 19682, de 16/09/1920, p. 1.

2.3.1 A inauguração da estátua da Maria da Fonte no jardim da Parada

A memória histórica partilhada constitui uma das componentes determinantes na construção identitária, apoiando-se em mitos fundacionais que são refletidos nas mensagens que se pretende transmitir através de, a título exemplificativo, monumentos erguidos em espaço público²¹¹. No contexto do presente trabalho, é disso exemplo claro o monumento erguido à Maria da Fonte no bairro lisboeta de Campo de Ourique, em 1920. O local em causa é o antigo jardim da Parada, identificado atualmente por jardim Teófilo Braga ou, simplesmente, por jardim de Campo de Ourique.

Em Lisboa, mais especificamente no jardim de Campo de Ourique, podemos encontrar a estátua da Maria da Fonte, estátua esta que foi inaugurada no dia 15 de setembro de 1920, no âmbito das comemorações do Centenário da Revolução Liberal de 1820.



Imagem nº 9: Inauguração da estátua da Maria da Fonte. Destacam-se da multidão presente António Granjo, presidente do Ministério e Agostinho Fortes, elemento da comissão dos festejos²¹²

²¹¹ Pinheiro, 2000, p. 3.

²¹² Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Almada <https://apps.cm-almada.pt/arquivohistorico/viewer?id=99267&FileID=64236&recordType=Description> [Consult. 24 set. 2024].

A estátua dedicada à famosa heroína Maria da Fonte deve-se à celebração da revolta popular que teve início em Abril de 1846 no Minho, mais especificamente na Póvoa do Lanhoso, tendo-se espalhado depois por todo o país, ainda que com maior expressão no norte. A inauguração da estátua no dia 15 de setembro de 1920 surgiu no âmbito da comemoração do centenário da adesão de Lisboa ao movimento Vintista do 24 de Agosto de 1820 e da formação do governo interino, a Junta de Lisboa²¹³. A iniciativa surgiu pela mão da comissão nacional encarregada da comemoração do Centenário da Revolução de 1820 e pela Câmara Municipal de Lisboa. Estamos, portanto, em presença de uma iniciativa emanada a partir das autoridades republicanas.

Contudo, parece difícil enquadrar a revolta da Maria da Fonte naquilo que foram as raízes da Revolução Liberal de 1820 e do progressismo do movimento republicano, de cariz marcadamente urbano, com ideais, muitas vezes, opostos à mentalidade rural dominante. Porém, tentemos encontrar respostas a esta afirmação.

A Maria da Fonte foi uma revolta espontânea, de cariz popular, que se levantou contra um conjunto de medidas tomadas pelo governo liberal presidido pelo Duque da Terceira (1792-1860), mas efetivamente liderado por Costa Cabral (1803-1889), “um estadista competente e autoritário”²¹⁴. Foram duas as medidas que mais revoltaram as populações: o aumento das contribuições (impostos) e a proibição dos enterramentos nas igrejas, tendo estes que passar a ser feitos exclusivamente nos cemitérios²¹⁵. Estas duas medidas, mas particularmente aquela que se refere aos enterramentos, revoltou as populações rurais, já que foram colocadas em causa as suas convicções baseadas num catolicismo praticante extremamente conservador e fortemente inspirado por padres, também estes, líderes de vários grupos organizados desta revolta que proliferou um pouco por toda a região norte do país²¹⁶.

As revoltas tiveram início no Minho, especificamente na Póvoa do Lanhoso²¹⁷, tendo-se depois espalhado pela região norte e, rapidamente, chegado a todo o país. Estas revoltas foram, curiosamente, iniciadas por mulheres.

Não se sabe ao certo a origem do nome que apelidou o levantamento popular de Maria da Fonte. Essa origem poderá ter residido numa das mulheres envolvidas na revolta, que vivia junto a uma fonte ou que vivia na Fonte da Arcada. Em alternativa, poderemos definir o nome

²¹³ Vargues, 1997, p. 369.

²¹⁴ Marques, 2001, p.457.

²¹⁵ Martins, 1946, p. 6-7 e p.14-15; Marques, 2001, p.457-458; Ferreira, 2008, p. 141-154; Ramos, 2019, p. 514-515;

²¹⁶ Martins, 1946, p. 19-20.

²¹⁷ *Ibidem*, p. 15 e seguintes.

Maria da Fonte como o conjunto das mulheres comprometidas com o movimento de revolta contra as medidas do governo cabralista. A título de curiosidade, para adensar um pouco mais o mito, faleceu uma mulher em 1942, com 81 anos, de seu nome, Margarida Rosa, identificada como a última filha da “verdadeira” Maria da Fonte, de seu nome, Ana Maria Esteves²¹⁸. Pela descrição a oscilar entre a lenda e o mito, estavam reunidos todos os ingredientes necessários para “fabricar” um mito de cariz popular, já que, mais importante do que a verdadeira mulher que terá encabeçado o movimento popular (se é que alguma vez existiu “uma mulher”), era o símbolo da revolta: mulher, campónia, descalça e armada simplesmente com as suas ferramentas de trabalho do campo.

Porém, levantam-se algumas interrogações em torno da cerimónia da inauguração da estátua da Maria da Fonte, patrocinada pelas autoridades republicanas.

Na sequência do que foi descrito relativamente à Maria da Fonte, os motivos da revolta popular não estavam de acordo com aquilo que eram as políticas de índole sanitária comumente aceites pelas autoridades republicanas. Era unanimemente aceite que os enterramentos teriam de ser realizados em locais próprios para o efeito, isto é, em cemitérios. Assim, um dos principais motivos da luta popular da Maria da Fonte, não estava de acordo com os ditames da política sanitária. Esta luta era encabeçada por mulheres do povo, mas também por padres. Assim, esta revolta, tinha um cariz marcadamente conservador e religioso, ligado ao mundo rural e à Igreja Católica.

Outro dos aspetos a considerar e que contradizia os ideais republicanos foi o facto desta luta popular, em termos ideológicos, ter tido um cariz profundamente conservador. O apoio político veio de setores muito conservadores, que se encontravam nos antípodas do pensamento republicano. A este propósito, o historiador Oliveira Marques escreveu que “A Revolução da Maria da Fonte (...). Conjugou diversas forças contraditórias, que incluíam antigos absolutistas e partidários de D. Miguel, radicais esquerdistas, moderados, e até cartistas da Direita (...)”²¹⁹.

É verdade que o apoio político à revolta da Maria da Fonte veio de todos os campos político-ideológicos, num frentismo que colocou do mesmo lado da barricada radicais absolutistas, radicais setembristas e moderados. Esta frente tinha como único objetivo derrubar Costa Cabral. Contudo, se nos abstrairmos daquilo que foi o aproveitamento conjuntural das diversas correntes políticas coevas, o âmago do levantamento popular era profundamente reacionário, pelo que a inserção da Maria da Fonte no âmbito do Centenário da Revolução Liberal foi um aparente equívoco dos republicanos, todavia, só aparente, como justificaremos.

²¹⁸ Martins, 1946, p. 16-19.

²¹⁹ Marques, 2001, p. 458.

Apesar da popularidade e da simpatia obtida por esta revolta no imaginário dos portugueses, a historiadora Magda Pinheiro escreveu que a Maria da Fonte só “teve o seu primeiro monumento em Campo de Ourique, na praça da Parada em 1920.”²²⁰, para acrescentar logo em seguida que “Significativamente o monumento só foi construído depois da queda da monarquia. O que é menos normal é [que] o fosse no centenário da revolução de 1820.”²²¹.

Neste processo revolucionário, o aspeto que ganhou a simpatia popular prendeu-se com aquilo que foi uma revolta vinda a partir do povo mais humilde. A somar ao que atrás foi dito, não foi displicente o facto de a revolta ter sido encabeçada por mulheres do povo.

A França revolucionária e republicana, inspiradora dos movimentos liberal e republicano portugueses, tinha um rosto a partir do qual construiu um mito fundacional da Revolução Francesa e da República: *Marianne*.

Também a República Portuguesa, inspirada e fortemente influenciada pela III República Francesa²²², procurava uma *Marianne*. Finalmente, estava encontrada o rosto da “*Marianne* portuguesa”: Maria da Fonte. Claramente, os republicanos portugueses fizeram a apropriação da imagem da Maria da Fonte e da revolta que adotou o seu nome, transformando e alterando a narrativa histórica de forma que esta encaixasse nas convicções republicanas.

A este propósito, a historiadora Magda Pinheiro escreveu que “Talvez porque é o símbolo da luta das mulheres em defesa dos enterros nas igrejas, Maria da Fonte não podia servir de emblema a uma república anti-clerical. Os republicanos tiveram de aporuguesar Marianne.”²²³

Julgamos estar aqui encontrada a resposta à afirmação inicial. A luta encabeçada por mulheres (mulher?) contra o poder central “lá em Lisboa” granjeou a simpatia popular, tendo perdurado no imaginário coletivo. Se a luta tinha um cariz reacionário e anacrónico face à mentalidade e ao conhecimento científico do século XX, pouco importava aos republicanos. Também pouco ou nada dizia às gentes da rua, já que o que sobressaiu foi a pobreza e as condições de vida miserável da maioria da população rural e urbana que roçava, muitas vezes, a indigência. Estava, deste modo, à disposição das autoridades republicanas uma figura que, com a narrativa certa, assumiria o papel da “*Marianne* possível” no Portugal republicano.

A estátua da Maria da Fonte foi inaugurada em 15 de setembro de 1920, no âmbito da celebração do Centenário da Revolução Liberal. A produção artística da estátua resultou de uma

²²⁰ Pinheiro, 2001, p. 55.

²²¹ *Idem*.

²²² Cf. Catroga, 2010. Atenção especial às p. 51, 54, 59-60, 115, 122, 127, 132, 141, 164-165.

²²³ Pinheiro, 2001, p.56.

encomenda da Câmara Municipal de Lisboa ao escultor Costa Mota (tio). Na 36ª sessão camarária de 16 de setembro de 1920, foi aprovado por unanimidade da Comissão Executiva da CML o pagamento da última prestação do trabalho do artista, no valor de 600\$00, visto a produção da escultura ter sido dada por concluída²²⁴.

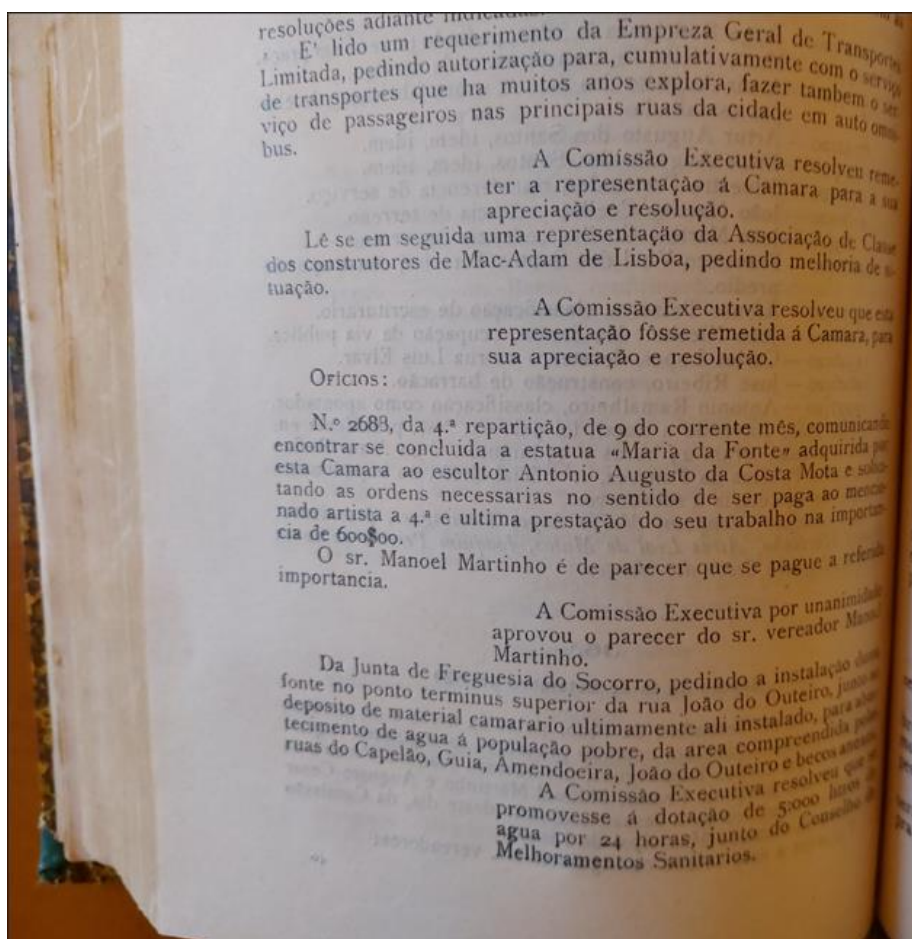


Imagem nº 10: Ata da 36ª sessão da Comissão Executiva da CML, em 16/09/1920²²⁵

A edição do jornal Diário de Notícias do dia seguinte²²⁶ à inauguração da estátua fornece alguns detalhes acerca desta, bem como da sua produção artística, publicando que “É um magnífico trabalho do ilustre escultor Costa Mota (tio), em pedra branca, colocada sobre um alto cone de cimento armado e que vai ser revestido de verdura, representando uma mulher descalça, empunhando um chuço de madeira e ferro e uma pistola.”

²²⁴ Fonte: Gabinete de Estudos Olisiponenses - Atas das Sessões da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Lisboa, ano de 1920, 36ª sessão de 16/09/1920.

²²⁵ Fotografia do autor, em 3/07/24.

²²⁶ Diário de Notícias, nº 19682, de 16/09/1920, p. 1.

A inauguração que teve lugar no jardim da Parada, em Campo de Ourique, estava incluída no conjunto das iniciativas designadas por Festas Cívicas. O programa das Festas Cívicas do dia 15 de setembro de 1920, em Lisboa, incluiu várias iniciativas, sendo que aquela que alcançou um maior impacto popular foi a inauguração da estátua da Maria da Fonte, uma iniciativa que fundiu o cariz institucional e o cariz popular.

Assim, a cerimónia da inauguração da estátua teve início pelas “16 horas e meia”²²⁷, tendo marcado presença algumas altas individualidades do Estado que “em automóveis, chegaram ao jardim de Campo de Ourique”²²⁸. Entre as altas individualidades, o Diário de Notícias informa que estiveram António Granjo, presidente do Ministério e o ministro do Interior, Felisberto Pedrosa. Ambos faziam-se acompanhar “do pessoal dos seus gabinetes”²²⁹. O mesmo jornal descreve que o recinto se encontrava engalanado e alguns edifícios na zona tinham desfraldadas a bandeira nacional e algumas bandeiras estrangeiras. Foi a comissão dos festejos que recebeu os dois governantes, nas pessoas do dr. Agostinho Fortes, dr. Costa Gomes, Luís de Melo e Ataíde, António Casimiro Gomes da Silva e ainda outras pessoas. Logo em seguida, dirigiram-se à estátua que se encontrava “oculta entre bandeiras nacionais”²³⁰, dando o dr. António Granjo início à cerimónia com o descerramento da estátua. Em seguida, o dr. Agostinho Fortes discursou, explicando o que foi “o movimento da Maria da Fonte e o papel preponderante que no mesmo representou a mulher a quem se está prestando homenagem.”²³¹. No desenvolvimento da comunicação, o dr. Agostinho Fortes referiu que o movimento da Maria da Fonte foi uma consequência da Revolução de 1820. Explicou esta revolução e terminou informando que tudo se deveu à política de traição de Costa Cabral. Disse que as eleições por altura da Maria da Fonte eram “falsíssimas, como ainda hoje acontece”²³² e deu um exemplo do que aconteceu consigo próprio numas eleições em que concorreu pelo círculo eleitoral de Évora. Assinala-se esta crítica contundente por parte de Agostinho Fortes ao sistema eleitoral da República, num momento de festa e na qual marcava presença o chefe do governo e um dos seus ministros. Finalizou a sua intervenção fazendo votos para que “em honra, honestidade e tolerância o ano de 1920 seja como o de 1820.”²³³.

Após o discurso de Agostinho Fortes, foi o chefe do governo o orador seguinte. Este, manifestou o agradecimento e o contentamento pelo facto de a comissão de festejos ter dado

²²⁷ Diário de Notícias, nº 19682, de 16/09/1920, p. 1.

²²⁸ *Idem.*

²²⁹ *Idem.*

²³⁰ *Idem.*

²³¹ *Idem.*

²³² *Idem.*

²³³ *Idem.*

continuidade em Lisboa aos festejos realizados no norte, designadamente no Porto, no dia 24 de Agosto passado. Patenteou-se “o sentimento republicano e liberal.”²³⁴. Falou sobre o “papel da Maria da Fonte na Revolução de 1820, fazendo elogiosas referências ao monumento, pois que o artista que o executou, lhe deu a característica da revolta da alma popular: – Um chuço e uma pistola nas mãos.”²³⁵. É pertinente a descrição do jornalista do DN, porque se António Granjo falou concretamente do papel da Maria da Fonte na Revolução de 1820, estaremos em presença de um desvirtuamento da História ou, quando muito, faltarão algum contexto no pensamento de António Granjo que pode ter sido por si expressado, mas que não se encontra refletido na descrição do jornalista.

Findo o discurso de António Granjo, foi dada por encerrada a cerimónia da inauguração da estátua da Maria da Fonte, não sem que antes tenha sido cantado o hino com o mesmo nome da heroína pelas crianças da escola do Centro Democrático de Campo de Ourique.



Imagem nº 11: 1ª página do DN de 16/09/1920: as festas cívicas e o dr. Agostinho Fortes²³⁶

Também o jornal A Capital acompanhou a comemoração do Centenário da Revolução de 1820 em Lisboa. No próprio dia das comemorações realizadas no bairro de Campo de Ourique,

²³⁴ Diário de Notícias, nº 19682, de 16/09/1920, p. 1.

²³⁵ *Idem.*

²³⁶ *Idem.*

A Capital regista na sua edição vespertina que foi inaugurada a estátua da Maria da Fonte no jardim de Campo de Ourique²³⁷. O vespertino informa que a estátua é da autoria do escultor Costa Mota (tio). O jornalista que acompanhou as comemorações tentou pintar um retrato escrito com os acontecimentos. Informou quem foram as principais personalidades e instituições que marcaram presença nas comemorações realizadas em Campo de Ourique: o presidente do Ministério, António Granjo e o respetivo chefe de gabinete; o ministro do Interior, Felisberto Pedrosa; os membros da Comissão Executiva do Centenário, nomeadamente o dr. Agostinho Fortes, dr. Costa Gomes, presidente da Comissão Executiva, Luís de Melo e Ataíde, António Casimiro Gomes da Silva, Álvaro Neves, secretário da Comissão Executiva e o dr. Estevão da Silva; o comandante dos bombeiros voluntários de Lisboa, Carlos Parente; o presidente da CML, alguns vereadores e dois contínuos; o Centro Escolar Republicano de Campo de Ourique.

Descrevendo a cerimónia de inauguração da estátua da Maria da Fonte, o jornal A Capital informa que foi o presidente do Ministério, António Granjo, que puxou os cordões das bandeiras de Portugal que envolviam a estátua. Seguidamente, o jornalista evocou os oradores da cerimónia junto à estátua, informando que foi o dr. Agostinho Fortes quem iniciou os discursos, tendo o dr. António Granjo, presidente do Ministério, encerrado as comunicações. A cerimónia foi encerrada com o hino da Maria da Fonte cantado pelas crianças do Centro Escolar Republicano de Campo de Ourique²³⁸.

2.3.2 A inauguração da lápide, a romagem, outras festas populares e as homenagens a Gomes Freire e aos seus companheiros de suplício

Encerrada a primeira das iniciativas do dia dedicado à Revolução de 1820 em Lisboa, o DN informa que a comitiva andou algumas centenas de metros, dirigindo-se, pelas 17 horas, à rua de S. Luís, no sentido de rebatizar a mesma com uma nova lápide a descerrar, contendo um novo topónimo: rua Silva Carvalho, em honra de uma das mais destacadas figuras da Revolução Liberal de 1820. Chegaram ao local dois automóveis que transportavam o chefe do governo, dr. António Granjo, o ministro do Interior, Felisberto Pedrosa, o chefe de gabinete do ministro do Comércio, Tavares de Carvalho e o dr. Sousa Varela²³⁹, um dos membros da Comissão Executiva do Centenário, António Casimiro Gomes da Silva e a vereação da CML. Descerrada

²³⁷ A Capital, nº 3637, de 15/09/1920, p.2.

²³⁸ A Capital, nº 3637, de 15/09/1920, p.2.

²³⁹ Notável republicano do 31 de janeiro e do 5 de outubro. Cf. <https://www.oriomaioirensense.com/antonio-gomes-de-sousa-varela> [Consult. 31 out. 2024].

a lápide, usou da palavra o dr. Estevão da Silva, outro dos membros da Comissão Executiva do Centenário, que dissertou sobre o relevante papel desempenhado por Silva Carvalho na Revolução de 1820, da qual foi um dos precursores. Às 17 horas e 10 minutos era dada por terminada esta singela cerimónia²⁴⁰, mas faltava ainda uma outra que significaria o corolário do dia dedicado ao exercício da memória histórica do Vintismo em Lisboa. Segundo o jornalista do Diário de Notícias, a comitiva que tinha estado presente nas duas cerimónias anteriores dirigiu-se em romagem, pelas 17 horas e 30 minutos, ao cemitério dos Prazeres, para prestar homenagem junto do túmulo de Manuel Fernandes Tomás, o herói maior da Revolução de 1820, membro do Sinédrio e um dos mais relevantes deputados da primeira constituinte (1821-1822). A CML forneceu flores para que os participantes na romagem pudessem depositar as mesmas junto do túmulo de Fernandes Tomás. Nesta sentida homenagem esteve presente o dr. Teófilo Braga que, segundo o jornal, aguardava pela comitiva no interior do cemitério. O DN assinala os discursos da ordem, sendo que o primeiro orador foi o dr. Agostinho Fortes, no lugar do professor Elói do Amaral que faltou à cerimónia por impedimento do próprio. Agostinho Fortes disse que Fernandes Tomás tinha sido um amante da liberdade, inspirado nas "doutrinas novas"²⁴¹, trazidas pela Revolução Francesa. Foi também um jurisconsulto de renome e pessoa muito ponderada. Para além de outras considerações evocou também o nome de outro destacado deputado da constituinte: Borges Carneiro. Terminado o discurso do dr. Agostinho Fortes e as cerimónias comemorativas do Centenário da Revolução de 1820 em Lisboa, o presidente do Ministério, António Granjo, acompanhou o dr. Teófilo Braga a casa²⁴².

Segundo o DN, dando continuidade à celebração do Centenário da Revolução de 1820 em Lisboa, desta vez com um carácter mais popular, as bandas dos marinheiros tocaram no Rossio pela noite e alguns edifícios públicos encontravam-se iluminados²⁴³.

O jornal vespertino A Capital acompanhou as restantes cerimónias planeadas para aquele dia no bairro de Campo de Ourique, acrescentando que, após a inauguração da estátua da Maria da Fonte, todos os participantes seguiram em romaria para o descerramento da nova lápide correspondente à rua Silva Carvalho, antiga rua de S. Luís. A lápide foi descerrada pelo presidente do ministério, dr. António Granjo. O orador nesta ocasião foi o dr. Estevão de Carvalho²⁴⁴.

²⁴⁰ Diário de Notícias, nº 19682, de 16/09/1920, p.1.

²⁴¹ *Idem.*

²⁴² *Idem.*

²⁴³ *Idem.*

²⁴⁴ A Capital, nº 3637, de 15/09/1920, p. 2, identifica o orador como sendo o dr. Estevão de Carvalho. Já o Diário de Notícias, nº 19682, de 16/09/1920, p.1, identifica o orador como sendo o dr. Estevão da Silva,

Partindo da rebatizada rua Silva Carvalho, todos os participantes seguiram em direção ao cemitério dos Prazeres para prestarem homenagem a Manuel Fernandes Tomás junto do seu túmulo, na rua 23, jazigo nº 1337. O orador foi o dr. Agostinho Fortes, em substituição do orador inscrito, o sr. Elói do Amaral, devido a atraso na chegada à cerimónia por parte deste. A Capital assinala a presença nesta homenagem a Manuel Fernandes Tomás da notável figura da República, o dr. Teófilo Braga. O jornal refere igualmente as presenças do secretário do ministro do Comércio, bem como do dr. Francisco Carlos Parente, em representação do Grémio Civismo e do grupo de alunos da Escola Agrícola Paiã²⁴⁵.

Por seu turno, o jornal a Vanguarda divulgou na véspera do Centenário da Revolução de 1820 em Lisboa, o programa planeado para o dia seguinte no bairro de Campo de Ourique, a partir de uma nota da Comissão Executiva. Deste programa constam outras iniciativas, que o jornal refere. Assim: logo pela manhã, haverá dois tiros de peça, após as quais haverá “uma alvorada militar com música à porta dos quartéis e será lançada uma girandola de 21 morteiros, por cada junta de freguesia, dando em seguida as bandas regimentais um passeio nas imediações dos quartéis.”²⁴⁶. Nessa mesma nota é solicitado aos “moradores da cidade”²⁴⁷ que os prédios sejam embandeirados e que à noite tenham iluminação nas frontarias²⁴⁸.

É feito o esclarecimento de que a Comissão Executiva não solicitou ao governo que fosse decretado feriado no dia 15 de setembro, todavia, os ministérios deverão encerrar pelas 15 horas de modo que os funcionários possam assistir aos festejos da data histórica que terão lugar na cidade de Lisboa²⁴⁹.

Depois das cerimónias que acontecerão no bairro de Campo de Ourique e que são detalhadas pelo jornal A Vanguarda, este informa que haverá lugar, entre as 17 e as 23 horas, a concertos musicais no Rossio, na avenida da Liberdade, na Praça Vasco da Gama, no largo do Matadouro e no Terreiro do Paço, havendo também iluminação nos edifícios públicos²⁵⁰.

Como último apontamento, o jornal informa que no dia seguinte, pelas 14 horas, reunirá a “Comissão Nacional”²⁵¹, sendo feita nessa altura a distribuição dos distintivos²⁵².

acrescentando nós corresponder esta personalidade a um dos membros que compunham a Comissão Executiva do Centenário da Revolução de 1820.

²⁴⁵ A Capital, nº 3637, de 15/09/1920, p. 2.

²⁴⁶ A Vanguarda, nº 2347, de 14/09/1920, p. 1.

²⁴⁷ *Idem.*

²⁴⁸ *Idem.*

²⁴⁹ *Idem.*

²⁵⁰ *Idem.*

²⁵¹ *Idem.*

²⁵² *Idem.*

No dia da comemoração do Centenário da Revolução de 1820 em Lisboa, o jornal *A Vanguarda* publica uma coluna na sua primeira página, sob o título *Sonhando... 1820 – 1910 – 1920*, coluna esta da responsabilidade do jornalista Martins Monteiro, que disserta acerca dos homens de 1820 que foram precursores da República, tendo traçado um paralelismo com os revolucionários da Implantação da República em 1910, ao mesmo tempo que é muito crítico para com os republicanos de 1920²⁵³. O jornalista escreve a dado passo que “Os revolucionários de 1910, como os de 1820, foram uns sonhadores”²⁵⁴ e, um pouco mais à frente, Martins Monteiro continua a escrever, dizendo que “Assim, o empreendimento dos patriotas de 1820 depressa se esboroou. Assim, o empreendimento dos patriotas de 1910 se evaporou”²⁵⁵. A descrença na República, tal como ela se apresentava no início dos anos 20, era evidente nesta coluna de *A Vanguarda*, pelo menos, sob a pena do jornalista Martins Monteiro.

Já no dia seguinte à celebração do Centenário, o jornal *A Vanguarda* criticou os festejos que tiveram lugar no dia anterior na cidade de Lisboa, testemunhando que houve pouca iluminação e com falhas, chegando em alguns casos a nem sequer acender, a participação popular foi baixa e a música espalhada pela cidade terá sido escassa. Um outro aspeto curioso referido pelo jornal radical foi a exploração e aproveitamento da ocasião, através do preço exagerado das bandeiras colocadas à venda²⁵⁶.

A revista *Ilustração Portuguesa* dedicou uma página inteira às comemorações referentes ao Centenário da Revolução de 1820 em Lisboa, mais especificamente no bairro de Campo de Ourique²⁵⁷. A notícia, é mais interessante como reportagem fotográfica do que como narrativa escrita do acontecimento, exibindo fotografias referentes a duas das iniciativas cívicas que tiveram lugar no bairro de Campo de Ourique. São duas as iniciativas impressas: a inauguração da estátua da Maria da Fonte no jardim de Campo de Ourique e o descerramento da lápide referente à rebatizada rua Silva Carvalho, anteriormente denominada rua de S. Luís. Curiosamente, a revista não menciona a última das cerimónias que tiveram lugar naquela zona da capital. Referimo-nos à romagem ao túmulo de Manuel Fernandes Tomás, situado no cemitério dos Prazeres. Contudo, a mesma revista faz referência ao facto de também ter “havido festa nos quartéis e música nos coretos públicos.”²⁵⁸

²⁵³ *A Vanguarda*, nº 2348, de 15/09/1920, p. 1, do jornalista Martins Monteiro.

²⁵⁴ *Idem*.

²⁵⁵ *Idem*.

²⁵⁶ *A Vanguarda*, nº 2349, de 16/09/1920, p. 1.

²⁵⁷ *Ilustração Portuguesa*, nº 762, de 27/09/1920, p. 202, com fotos de Serra Ribeiro.

²⁵⁸ *Idem*.

A Ilustração Portuguesa não deixou de assinalar que “Ambas as cerimónias [inauguração da estátua da Maria da Fonte e o descerramento da lápide referente à rua Silva Carvalho], embora modestas, não deixaram de ser revestidas de uma certa grandeza. A elas assistiram o sr. presidente do ministério e [o] dr. Teófilo Braga [...]”²⁵⁹.



Imagem nº 12: Diversas fotos referentes à comemoração do Centenário da Revolução de 1820 em Lisboa. Em destaque Teófilo Braga e António Granjo na foto no lado esquerdo superior²⁶⁰

No dia 26 de setembro de 1920, foram prestadas homenagens em Lisboa aos mártires da liberdade. Este foi o terceiro e último dia referente à comemoração do Centenário da Revolução de 1820.

²⁵⁹ Ilustração Portuguesa, nº 762, de 27/09/1920, p. 202, com fotos de Serra Ribeiro.

²⁶⁰ Fonte: Ilustração Portuguesa, nº 762 de 27/09/1920, p. 202, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1920/N762/N762_master/N762.pdf [Consult. 5 nov. 2024].

O Diário de Notícias do dia 26 de setembro²⁶¹ noticia que a Comissão Executiva do Centenário da Revolução de 1820 consagrou o terceiro dia de comemorações aos heróis precursores da Revolução Liberal. Marcaram presença neste evento o governo, a CML, coletividades e representantes dos heróis de 1820. O jornal anuncia que irá ser lançada neste dia a primeira pedra referente ao obelisco a erguer em memória dos heróis liberais. Usará da palavra o sr. João Alberto da Costa Gomes, elemento da Comissão Executiva do Centenário. No mesmo dia, a Comissão irá homenagear o general Gomes Freire de Andrade na Torre de S. Julião da Barra. Assim, serão lançadas flores no pedestal e usarão da palavra os srs. António Maria da Silva, em representação do Grémio Lusitano, o sr. Hélder Ribeiro, ministro da Guerra, em representação do governo, e um representante da Comissão Executiva do Centenário. O DN informa igualmente que para a romagem a Oeiras, o público poderá tomar os comboios com saída em Lisboa, às 14 e às 15 horas²⁶².

No dia seguinte, o DN informa que com as comemorações realizadas no dia anterior, 26 de setembro, encerrou o programa de festejos do Centenário da Revolução de 1820. No dia anterior destacaram-se os eventos relacionados com o lançamento da primeira pedra do obelisco a ser erguido no Campo Mártires da Pátria, que homenageia os supliciados de 1817, considerados precursores da Revolução de 1820. O ministro da Guerra, Hélder Silva, chegou à cerimónia pelas 12 horas, com o seu ajudante. O membro do governo foi recebido por representantes da CML e da Comissão do Centenário, tendo sido convidado a assumir a presidência da cerimónia. Estavam presentes igualmente muitas outras individualidades e agremiações. Foram oradores durante a cerimónia as seguintes personalidades: Agostinho Estrela, presidente da CML, que numa curta intervenção, falou sobre o tema da cerimónia; Hélder Ribeiro, ministro da Guerra, cuja intervenção incidiu sobre o martírio de Gomes Freire, as suas características de herói corajoso e patriota; Alexandre Ferreira, secretário da Comissão do Centenário, cuja intervenção passou por agradecer as presenças do ministro e das autoridades municipais, não deixando de referenciar elogiosamente os supliciados de 1817, em prol do bem do país. Após os discursos referidos, o ministro e as restantes autoridades presentes dirigiram-se ao local onde será erguido o obelisco em nome dos supliciados, tendo sido depositada uma caixa em pedra com moedas no seu interior. A caixa ficou localizada “(...) no cruzamento da rua central do jardim, com a rua que liga ao Largo do Mastro com a Alameda de Santo António

²⁶¹ Diário de Notícias, nº 19692, de 26/09/1920.

²⁶² *Idem.*

dos Capuchos.”²⁶³. O DN não esqueceu a referência à banda do batalhão nº 3 da GNR, cuja atuação deu brilho à cerimónia²⁶⁴.

As presenças de personalidades importantes da vida política e social portuguesa neste evento realizado no Campo Mártires da Pátria, bem como de instituições das mais variadas proveniências foram registadas para a posteridade pelo DN. Passemos a referenciá-las: ministro da Guerra, Helder Ribeiro e o seu ajudante, capitão Vieira; Agostinho Estrela, presidente da CML e outros dois representantes da mesma instituição lisboeta; Leandro Pinheiro e Melo, Joaquim da Silva Amado, Alexandre Ferreira, Manuel Pego e Álvaro Neves, elementos pertencentes à Comissão do Centenário; César de Sousa Mendes do Amaral e Abrantes, descendente de Roque Ribeiro Abranches Castelo Branco, que era membro da Junta Provisional do Governo do Reino; Eduardo Carlos Xavier de Araújo, neto de José Maria Xavier de Araújo, que era membro do Sinédrio e deputado à primeira constituinte; Henrique de Carvalho, da Academia Latina e da *Société Académique de Histoire International* de Paris; dr. António Cabreira, pela família Cabreira; Francisco Carlos Parente, pelo Grémio Civismo; Silvino Leitão; António Maria Pereira e Artur Vítor Vieira, pelo Grémio Liberdade; José Joaquim de Almeida, pela Associação dos Trabalhadores da Imprensa; Viegas, chefe do Grupo Vigilância pela Pátria e pela República; 1º sargente de cavalaria Macarro; Augusto Martins dos Reis, pelo Grémio Ordem e Progresso; Sebastião Amaral, pelo Grémio Elias Garcia; Joaquim Teixeira da Veiga, pelo Grémio Tolerância; capitão Ferreira, pelo comissariado geral da polícia cívica; Henrique Augusto da Silva, pelo Grémio José Estevão; Centro Escolar Botto Machado e a comissão política de Monte Pedral; Santos Leal, pela Federação Nacional Republicana; Artur Ferreira, pelo Grémio Futuro; Homem Albino, pelo Grémio Elias Garcia; tenente Machado Toledo, Bombeiros Voluntários de Campo de Ourique – Cruz Branca; Joaquim Kopke; José Alexandre Soares, representantes da CML, conjuntamente com Joaquim José da Silveira Condeixa, tesoureiro da câmara municipal, etc.²⁶⁵.

No mesmo dia, embora mais tarde, decorreu outra homenagem. Realizou-se uma romagem até ao obelisco de Gomes Freire, junto à Torre de S. Julião da Barra. Eram 16 horas quando começaram a chegar os participantes envolvidos na homenagem a Gomes Freire. Eram 17 horas e 10 minutos quando chegaram o ministro da Guerra, Helder Ribeiro e o seu ajudante. Aguardavam o ministro o comandante coronel de artilharia Francisco Chagas Parreira, a

²⁶³ Diário de Notícias, nº 19693, de 27/09/1920.

²⁶⁴ *Idem*.

²⁶⁵ *Ibidem*, p. 1.

comissão de festas, o asilo de S. João, a professora D. Maria Ramos, recolhidas da escola de S. Pedro de Alcântara, Borges Grainha, Joaquim Domingos e outros. Usou da palavra Leandro Pereira de Melo, tendo dissertado sobre as raízes da Revolução de 1820 ligadas à Revolução Francesa e elogiou Gomes Freire, que honrou interna e externamente a Pátria. Saudou o supliciado em nome da Maçonaria, de quem foi grão-mestre. Seguidamente falou o ministro da Guerra, que mencionou que não se tratava de “(...) uma comemoração banal, pois tem um alto significado moral”²⁶⁶, visto ter sido precisamente naquele local que Gomes Freire foi enforcado. Para além de outras considerações, o ministro Helder Ribeiro terminou a sua intervenção com a citação da frase que Gomes Freire terá proferido quando subiu ao patíbulo para ser enforcado: “É preciso que vós, soldados, cumprais sempre o vosso dever: salvar a Pátria”²⁶⁷. O discurso seguinte foi da responsabilidade de Álvaro Neves, que agradeceu ao ministro Helder Ribeiro a aula de História proferida. Dissertou sobre Manuel Fernandes Tomás que considerou ter dado seguimento à obra de Gomes Freire, fundando uma associação secreta no Porto (Sinédrio). Álvaro Neves afirmou ser muito importante que se conheça a História do período entre 1817 e 1820, contudo, reconheceu não ser o momento atual o melhor para o efeito. Considerou o momento como sendo de indiferença. Sublinhou que a Comissão não pretendeu comemorar com foguetes e festas, mas sim dar a conhecer os atos “denodados”²⁶⁸ destes portugueses. Findo este discurso, a base do obelisco foi coberta de flores e, em seguida, a comitiva dirigiu-se à prisão onde esteve Gomes Freire, transformada agora numa barbearia²⁶⁹.

A presença de personalidades civis e militares, bem como de instituições diversas e do povo em geral junto do monumento a Gomes Freire, em S. Julião da Barra, parece ter sido modesta. Segundo o DN, as presenças registadas por este jornal foram as seguintes: ministro da Guerra, Herder Ribeiro e o seu ajudante; comandante coronel de artilharia Francisco Chagas Parreira; comissão de festas (Comissão Executiva do Centenário); asilo de S. João; professora D. Maria Ramos; recolhidas da escola de S. Pedro de Alcântara; Borges Grainha; Joaquim Domingos; Leandro Pereira de Melo; Álvaro Neves e outros²⁷⁰.

²⁶⁶ Diário de Notícias, nº 19693, de 27/09/1920, p. 1.

²⁶⁷ *Idem.*

²⁶⁸ *Idem.*

²⁶⁹ *Idem.*

²⁷⁰ *Idem.*



Imagem nº 13: A fotografia em plano superior retrata o lançamento da primeira pedra do futuro monumento aos companheiros de Gomes Freire, supliciados no Campo dos Mártires da Pátria; a foto em plano inferior retrata a homenagem a Gomes Freire em S. Julião da Barra²⁷¹

No dia 1 de outubro o jornal *A Capital*²⁷² informa que, tal como estava já anunciado, realizou-se hoje, dia 1 de outubro de 1920, na sala das sessões dos Paços do Concelho, uma sessão solene da iniciativa da Comissão do Centenário da Revolução de 1820, comemorando a chegada a Lisboa da Junta do Porto e a proclamação do Regime Liberal. O início da sessão estava previsto para as 16 horas, contudo, só teve início pelas 17 horas devido aos atrasos

²⁷¹ Diário de Notícias, nº 19693, de 27/09/1920, p. 1.

²⁷² *A Capital*, nº 3653, de 1/10/1920, pág. 1.

habituais entre os portugueses. O jornal vespertino assinala que, mais do que as presenças, destacou-se a não presença justificada do chefe do Estado devido a doença. Por esse facto o presidente pediu desculpas via telegrama. Todavia, foram também notadas outras faltas de comparência relevantes: o diretor do Colégio Militar, o presidente da Associação Comercial de Lisboa e o diretor da Imprensa Nacional. Assim, foi o presidente do Ministério, António Granjo, que presidiu à sessão, coadjuvado pelo presidente da CML, sr. Agostinho Estrela e por Leandro Pinheiro de Melo, membro da Comissão do Centenário da Revolução de 1820. Foi o sr. Agostinho Estrela que iniciou a locução. Invocou alguns dos heróis da Revolução Liberal, bem como alguns dos nomes mais notáveis da História de Portugal, dos quais destacou D. Francisco de Almeida, Afonso de Albuquerque e D. João de Castro. Falou igualmente dos movimentos sociais, nomeadamente da Revolução Francesa. O orador seguinte foi o dr. Carneiro de Moura, tendo invocado durante a sua intervenção os movimentos sociais, dos quais destacou as Comunas e a Revolução Francesa, tendo feito a ponte entre estes movimentos sociais e a aliança que pode e deve ser encetada com os grandes industriais e comerciantes que se antes estavam ao serviço do interesse individual, passaram a colocar "o produto das suas conquistas ao benefício coletivo"²⁷³. A intervenção de fecho da sessão teve a assinatura de António Granjo, durante a qual evocou a Revolução de 1820 e os seus heróis²⁷⁴.

O jornal *A Capital* referencia as personalidades e as instituições que marcaram presença neste evento na sala das sessões dos Paços do Concelho, bem como algumas das que faltaram. Passamos a discriminar todas elas: o chefe do Estado deveria ter presidido à sessão solene, mas, por doença, não pôde comparecer, tendo o secretário particular, dr. João da Rocha, enviado um telegrama com o pedido de desculpas; também não compareceram o diretor do Colégio Militar, o presidente da Associação Comercial de Lisboa e o diretor da Imprensa Nacional. Marcaram presença Leandro Pinheiro de Melo, Luís de Melo e Ataíde, António Casimiro Gomes da Silva, Alexandre Ferreira e Álvaro Neves, em representação da Comissão do Centenário; familiares dos heróis da Revolução Liberal, designadamente a D. Elisa M. Pereira de Meneses, a D. Teresa Madeira Tavares, os srs. António Cabreira, Leão Cabreira, dr. César Mendes, etc.; general Pedroso de Lima, comandante da GNR e o seu secretário; comandante da divisão, capitão Júlio Cruz; chefe do gabinete da presidência do Ministério; direção da Associação dos Trabalhadores de Imprensa de Lisboa; representantes do Grémio «Fiat Lux»; presidente do Senado Municipal e diversos vereadores; funcionários superiores de todas as repartições da CML e o respetivo

²⁷³ *A Capital*, n.º 3653, de 1/10/1920, p. 1.

²⁷⁴ *Idem.*

secretário Joaquim Korke; Carlos Parente, comandante dos bombeiros municipais e o ajudante interino, Baptista Ribeiro²⁷⁵.

No dia 17 de outubro, A Capital dá conta de que tal como se encontrava anunciado, o dr. António Cabreira, da Academia das Ciências de Portugal, deu uma palestra no âmbito da conferência que teve como tema “Análise da Revolução de 1820”. O chefe do Estado chegou à sessão pelas 14 horas. Depois dos cumprimentos, o presidente ocupou o lugar de honra na mesa presidencial. À direita do presidente estava o ministro do Interior e, à sua esquerda, encontrava-se o presidente da CML. A dissertação do dr. António Cabreira, teve como objeto a apresentação do seu trabalho, “Análise da Revolução de 1820”. A apresentação durou cerca de 45 minutos. O dr. António Cabreira dissertou sobre Gomes Freire, precursor da revolução, Manuel Fernandes Tomás, o líder civil da revolução, e Sebastião Cabreira, líder militar da mesma. A sessão terminou pouco depois das 15 horas. O presidente da República retirou-se com o cerimonial apropriado à ocasião, com honras militares²⁷⁶.

Como habitualmente, o jornal A Capital identificou de uma forma detalhada as presenças no evento realizado na Academia das Ciências de Portugal, as quais passamos a referenciar: dr. António Cabreira, como orador; general Abel Hipólito; Felisberto Pedrosa, ministro do Interior; Agostinho Estrela, presidente da CML; membros da Academia das Ciências; Comissão do Centenário da Revolução de 1820; jornalistas; representantes da Cruzada Nuno Álvares Pereira; alguns descendentes dos revolucionários de 1820; presidente da República, o secretário-geral da presidência, Jaime Athias e o secretário particular, dr. João da Rocha²⁷⁷.

2.4 Balanço das efemérides de 1917 e de 1920 e as narrativas jornalísticas

As efemérides referentes à comemoração do Centenário da Revolução de 1820 em Lisboa, a 15 de setembro, decorreram com as presenças das autoridades civis e militares, das individualidades ligadas ao regime republicano e à Revolução Liberal, nomeadamente de familiares dos revolucionários vintistas. Porém, as descrições que encontramos nos jornais da época, levam-nos a concluir que a mobilização popular conseguida para a comemoração do centenário por parte do regime republicano em Lisboa, não teve o impacto que, por exemplo, ficou bem vincado nas comemorações realizadas no mês anterior, na cidade do Porto. O afeto e a ligação sentidas na cidade e na região do Porto entre o chefe do Estado, representante máximo da República, e o povo, aspetos claramente plasmados nas páginas dos jornais

²⁷⁵ A Capital, nº 3653, de 1/10/1920, p. 1.

²⁷⁶ A Capital, nº 3668, de 17/10/1920, p. 2.

²⁷⁷ *Idem.*

analisados, não foram identificados ao longo das comemorações lisboetas. Obviamente, a cidade do Porto detinha à altura uma série de especificidades que podem explicar a maior adesão popular às celebrações e festejos realizados: foi no Porto que nasceu a Revolução de 1820; a histórica tradição liberal da cidade Invicta; a primeira séria tentativa de implantação da República, com o pronunciamento militar de 31 de janeiro de 1891, foi espoletada no Porto; e, não menos importante, a presença *in loco* do chefe do Estado e demais autoridades do poder central lisboeta, algo que não era assim tão vulgar acontecer na cidade Invicta.

Já em Lisboa, a tradição existente não seria tão ligada à Revolução Liberal de 1820, mas antes ao movimento republicano. Contudo, este encontrava-se num momento de plena crise face às turbulências política, económico-financeira e social. Para o efeito, recordemos as palavras proferidas por Álvaro Neves, elemento da Comissão do Centenário da Revolução de 1820, no âmbito da cerimónia prestada a Gomes Freire no dia 26/09/1920, em S. Julião da Barra, em que afirmou ser muito importante que se conhecesse a História do período entre 1817 e 1820, tendo, no entanto, reconhecido não ser o momento atual o melhor para o efeito. Considerou, ainda, o momento como sendo de indiferença. Sublinhou que a Comissão não pretendeu comemorar com foguetes e festas, mas sim dar a conhecer os atos “denodados”²⁷⁸ destes portugueses.

Deste modo, podemos concluir que o intuito das autoridades republicanas e da Comissão Executiva do Centenário da Revolução de 1820 em Lisboa, não terão atingido plenamente os seus objetivos. Apesar disso, o exercício da memória histórica foi executado conforme o planeado e as festas cívicas tão características do movimento republicano, inspiradas na III República Francesa, também. Para além das festas cívicas referidas, aconteceram igualmente algumas iniciativas de cariz mais académico e institucional, com palestras subordinadas às temáticas da Revolução de 1820 e os seus protagonistas. Todavia, as prioridades do povo de Lisboa passavam por outras variáveis. A inflação, a falta de condições sanitárias e, muitas vezes, a fome²⁷⁹, superavam o apelo a uma maior participação nas Festas Cívicas, organicamente liberais e republicanas.

²⁷⁸ Diário de Notícias, nº 19693, de 27/09/1920, p. 1.

²⁷⁹ A Vanguarda, nº 2330, de 24/08/1920, p. 1, sob o título “Hoje dia grande”, do jornalista João Lisboa.

3. As celebrações oficiais no Congresso da República

Neste capítulo iremos lançar um olhar sobre algumas das celebrações oficiais mais marcantes no que concerne às comemorações do centenário da Revolução Vintista de 1820 e das primeiras Cortes Constituintes de 1821. O protagonismo do espaço dedicado às comemorações com caráter oficial foi ocupado pelo Congresso da República. Esta instituição assumiu ao longo do período de vida de 16 anos da I República a centralidade da dinâmica do debate político, revelando-se como sendo o espaço charneira onde quase tudo acontecia. Desempenhou não só o papel normalmente associado ao parlamento, designadamente a produção legislativa da República e o controlo dos atos do executivo, tendo também acabado por refletir no seu espaço de debate as diferentes dinâmicas que se foram desenrolando nos contextos das lutas políticas e sociais.

São duas as iniciativas oficiais que iremos analisar: a celebração do Centenário das Primeiras Cortes Constituintes de 1821 e o registo memorial de caráter iconográfico e pictórico no Congresso da República. Referimo-nos à luneta da Sala das Sessões, com a pintural mural de Veloso Salgado (1864-1945), denominada “As Cortes Constituintes de 1821”.

3.1 A sessão nº 6, de 26 de janeiro de 1921²⁸⁰

No dia 26 de janeiro de 1921, foi realizada uma sessão solene no Congresso da República, a fim de ser comemorado o centenário da “reunião das Cortes de 1820”²⁸¹.

As comemorações de caráter oficial patrocinadas pelos diferentes poderes do Estado, revelam-nos a visão e a relevância que um dado regime político em vigência confere à preservação da memória histórica sobre acontecimentos chave passados. Aliás, essa memória, muitas vezes resultante da apropriação histórica através da reinvenção de novas narrativas, constitui a argamassa construtiva do mito fundacional e identitário sempre necessário à sua autojustificação, quer seja de um regime e/ou de um Estado-Nação²⁸². Uma das expressões mais significativas do poder político da I República Portuguesa foi, inequivocamente, a vertente parlamentar. O Congresso da República assumiu um papel político central, senão mesmo dominante, face ao poder executivo e ao papel moderador desempenhado pelo presidente da

²⁸⁰ Diário do Congresso. *Debates Parlamentares* [Em linha]. Em 26 de janeiro de 1921. Sessão nº 6 (1921). [Consult. 12 jul. 2024]. Disponível em <https://debates.parlamento.pt/catalogo/r1/cr/01/04/03/006/1921-01-26/1>

²⁸¹ Diário do Congresso, 1921, p. 1 (intervenção do Presidente do Congresso).

²⁸² Cf. Anderson, 1991, nomeadamente p. 65-77, 123-156 e 193-210.

República²⁸³, entre os anos de 1910 e 1926. Aliás, a este propósito, o historiador João B. Serra diz que “O debate gerado em torno da organização do poder político que a República deveria optar centrou-se em duas questões principais: a admissibilidade da figura do presidente da República e o uni ou bicameralismo, já que o princípio da supremacia parlamentar se revelara mais consensual do que qualquer outro.”²⁸⁴

Deste modo, afigurou-se como sendo da maior importância procurar expressões da celebração do Centenário da Revolução de 1820, com a chancela do Congresso da República, que nos permitam vislumbrar a real importância conferida pelo Parlamento aos trabalhos pioneiros do parlamentarismo vintista.

Efetivamente, identificámos uma iniciativa por parte do Congresso da República, cujo âmbito incidiu objetivamente sobre o Centenário das Primeiras Cortes Constituintes, que remontam a janeiro de 1821²⁸⁵. Esta iniciativa do Congresso assentou perfeitamente dentro da temática da Revolução de 1820. Todavia, deverá ser sublinhado que o processo revolucionário de cariz liberal não teve o seu *terminus* a 24 de agosto de 1820, na cidade do Porto ou a 1 de outubro do mesmo ano, com a entrada em Lisboa da Junta Provisória do Supremo Governo do Reino²⁸⁶. Este processo revolucionário tinha tido por referencial, até então, a luta política através de meios como as conspirações política e militar²⁸⁷.

Depois de termos colocado em perspetiva a centralidade das Cortes/Parlamento durante o Vintismo e a I República, torna-se perceptível a relevância que deve ser atribuída à cerimónia realizada no dia 26 de janeiro de 1921 no Congresso da República. A fonte histórica a que recorreremos foi o Diário do Congresso, IV Legislatura, Sessão Legislativa 03, na sua sessão nº 6, de 26 de janeiro de 1921. Passemos então a analisar em maior detalhe a cerimónia comemorativa em apreço.

Foi convocada a sessão nº 6 do Congresso da República, para o dia 26 de janeiro de 1921, sessão esta destinada a “comemorar a reunião das Cortes de 1820”²⁸⁸. Foi às 16 horas e 25

²⁸³ A eleição por sufrágio direto do chefe de Estado durante a I República, cuja nova fórmula reforçou a legitimidade popular do presidente da República como árbitro da vida política portuguesa, teve início em 28 de Abril de 1919, com a eleição por sufrágio direto de Sidónio Pais. No mesmo ano, com a revisão constitucional de 22 de setembro, o presidente da República passou a deter o poder de dissolver o parlamento. Cf. Ramos, 2009, p.610, 616; Fernandes, 2014, p. 76-77.

²⁸⁴ Serra, 2021, p. 102.

²⁸⁵ A 24 de janeiro de 1821 foi efetuada a verificação dos mandatos dos deputados e, dois dias depois, em 26 de janeiro de 1821, teve lugar a sessão inaugural das Cortes Constituintes. Este processo foi dado por terminado no dia 4 de novembro de 1822. Cf. em <https://app.parlamento.pt/comunicar/V1/202203/78/artigos/art6.html> [Consult. 12 jul. 2024].

²⁸⁶ Pinheiro, 2000, p. 87.

²⁸⁷ Para o efeito, basta pensar em Gomes Freire e nos seus companheiros, condenados à morte em 1817 por alegada conspiração contra a monarquia instalada. Cf. Costa, 2017, p. 72-87.

²⁸⁸ Diário do Congresso, 1921, p. 1.

minutos²⁸⁹ que o presidente do Congresso, António Xavier Correia Barreto, determinou ser dado início à chamada dos congressistas²⁹⁰. A mesa confirmou a presença à abertura da sessão de 115 congressistas²⁹¹, sendo que, já no decurso da dita sessão entraram 1 senador²⁹² e 11 deputados²⁹³. Consta ainda no Diário do Congresso o registo de que terão faltado à sessão solene 34 Senadores e 62 Deputados²⁹⁴. Considerando o universo total de cada um dos agrupamentos de congressistas, concluímos que, tal como se pode observar no Quadro nº 3, de um universo total de 68 Senadores, faltaram à sessão 34, ou seja, 50%. Do universo total de 156 Deputados, faltaram à sessão 62, ou seja, 39,7%. Se consolidarmos estes parciais, considerando o total de Congressistas, o seu universo total era de 224, tendo faltado à sessão 96, ou seja 42,9%, pelo que a taxa presencial registada foi de 57,1%.

Presenças dos Congressistas na Sessão do Centenário das Cortes Constituintes							
Congressistas (S+D)	Presenças à abertura (1)	Entradas no decurso da sessão (2)	Total (1+2)	Peso em % do total de presenças na sessão	Faltas	Peso em % do total de faltas à sessão	Total
Senadores	33	1	34	50,0%	34	50,0%	68
Deputados	83	11	94	60,3%	62	39,7%	156
Total congressistas	116	12	128	57,1%	96	42,9%	224

Quadro nº 3 (Fonte: Ata do Diário do Congresso, sessão nº 6 de 26/01/1921)

Poderemos especular subjetivamente sobre se a taxa de presenças à sessão (57,1%) terá sido elevada ou baixa face à realidade global das sessões legislativas ordinárias. Todavia, torna-se relevante tirar conclusões claras em relação à importância conferida pelos Congressistas à cerimónia em apreço, tendo como ponto de referência genérico a taxa de assiduidade dos Senadores e dos Deputados ao longo das sessões legislativas da I República. Para o efeito, recorreremos à análise que o historiador Paulo J. Fernandes faz a este propósito²⁹⁵, compilando a informação deste estudo no Quadro nº 4.

²⁸⁹ Diário do Congresso, 1921, p. 3.

²⁹⁰ Os Congressistas correspondiam ao conjunto dos deputados (Câmara dos Deputados) e dos senadores (Segunda Câmara). Cf. Fernandes, 2014, p.80.

²⁹¹ Diário do Congresso, 1921, p. 1. Fazendo a contagem de todos os nomes dos congressistas presentes à abertura da sessão solene, registamos a presença de 33 senadores e de 83 deputados, pelo que o número total de presenças à abertura da sessão terá sido de 116 congressistas e não de 115, número este que consta do Diário do Congresso.

²⁹² *Idem*, p. 1.

²⁹³ *Ibidem*, p. 3.

²⁹⁴ *Ibidem*, p. 1-3. Os números absolutos indicados foram obtidos com base na lista de presenças e de faltas de comparência à sessão, assim como a identificação de cada um dos Congressistas através dos respetivos nomes.

²⁹⁵ Fernandes, 2014, p. 80.

Assiduidade dos Congressistas na I República

Legislaturas	Média da taxa de Assiduidade (S+D)	Obs.
1911-1915	69%	
1915-1917	64%	
1917-1918	n/d	Quebra do índice
1921	n/d	Quebra do índice
1922-1925	n/d	
1925-1926	70%	

Quadro nº 4 (Fonte: Fernandes, 2014)

Embora os dados constantes do Quadro nº 4 sejam parciais, visto não abrangerem o total das sessões legislativas ocorridas no Congresso ao longo dos quase 16 anos da I República, julgamos existir informação suficiente para se retirarem algumas conclusões relativas à taxa de presenças dos Congressistas no evento em questão. Assim: historicamente, a assiduidade média dos Congressistas oscilou ao longo das sessões legislativas da I República em relação às quais temos dados, entre os 64% e os 70%; A presença aferida de 57,1% dos Congressistas na sessão solene destinada a “comemorar a reunião das Cortes de 1820” ficou significativamente abaixo daquilo que foram as taxas de assiduidade verificadas nas sessões legislativas para as quais temos dados disponíveis, isto é, entre os 7% e os 13% abaixo; A presença de pouco mais de metade dos Congressistas à sessão solene (128 em 224), sessão esta que em muito tinha a ver com a matriz parlamentar e fundacional do regime republicano em vigência à altura, poderá significar a não identificação dos Congressistas faltosos com os valores liberais e a memória histórica e identitária herdada dos inícios do parlamentarismo português; não será de excluir que o alheamento ou, quiçá, a oposição de tantos Congressistas relativamente à temática comemorada tenha tido igualmente a ver com o momento político, social e económico-financeiro pelo qual Portugal passava em 1921. Muitos republicanos de 1910, bem como muitos outros que não sendo republicanos por convicção foram-se convertendo gradualmente ao regime pós 5 de outubro, sentiam-se desiludidos com a evolução do país, passados que eram cerca de 10 anos sobre a revolução republicana²⁹⁶.

²⁹⁶ O golpe de Sidónio Pais, de 5/12/1917 e o seu exercício do poder que duraria um ano, até ao seu assassinato a 14/12/1918, constituiu a primeira expressão organizada do descontentamento de uma facção do movimento republicano português face à situação do país, apoiada por forças monárquicas ultramontanas, católicas conservadoras, antiparlamentares e antiliberais. Cf. Marques, 2001, p.569-571; Rosas, 2018, p. 89-96; Ramos, 2019, p.608-612. A marca autoritária do regime sidonista constituiu o prelúdio de formas de autoritarismo mais vincadas que viriam a varrer os regimes demoliberaes europeus, a partir da década de 20 do séc. XX. Recordemos os exemplos de Mussolini (1883-1945) em Itália e de Primo de Rivera (1870-1930) em Espanha. Cf. Rosas, 2018, p.96 e Ramos, 2019, p.612.

Às 16 horas e 40 minutos, o presidente do Congresso confirmou o número de congressistas presentes e declarou aberta a sessão. Informou as bancadas dos congressistas e a audiência em geral sobre qual o objetivo da convocatória da reunião do Congresso, com as seguintes palavras: “comemorar a reunião das Cortes de 1820”²⁹⁷.

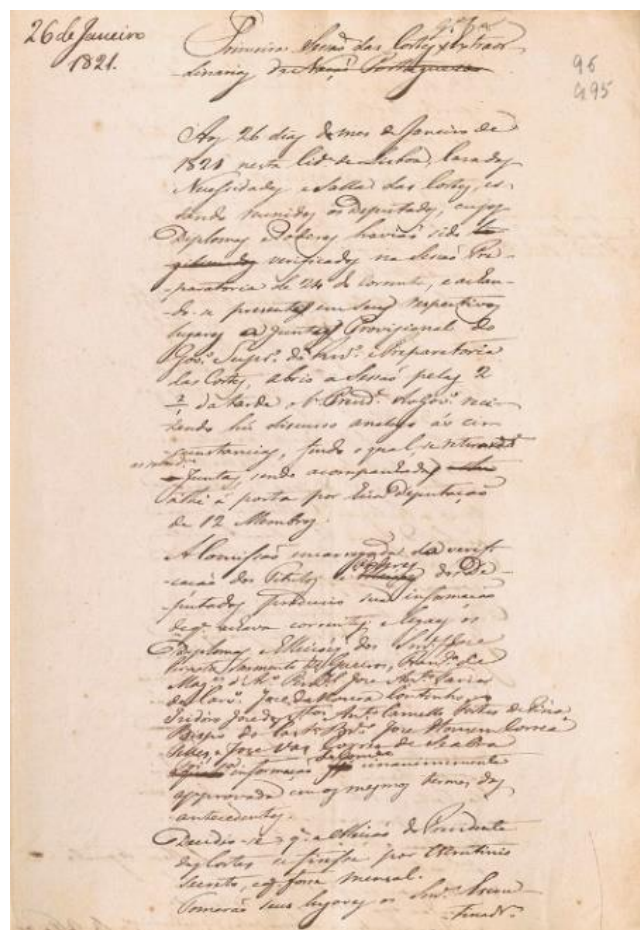


Imagem nº 14: Ata da 1ª reunião das Cortes Constituintes, 26 de janeiro de 1821²⁹⁸

Foi lida a ata da primeira sessão das Cortes de 1820 realizada em 26 de janeiro de 1821²⁹⁹, finda a qual, foi dado lugar ao uso da palavra por parte dos representantes do governo e de alguns dos respetivos partidos com assento no Congresso. Antes, o presidente do Congresso solicitou que todos os oradores falassem a partir da tribuna “não só por ser daí que se ouve melhor, mas ainda como homenagem aos oradores das cortes de 1820, os quais falavam, *quasi* todos, da tribuna”³⁰⁰.

²⁹⁷ Diário do Congresso, 1921, p. 1.

²⁹⁸ Fonte: <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/As-Cortes-Constituintes.aspx> [Consult. 11 set. 2024].

²⁹⁹ Diário do Congresso, 1921, p. 4. Certamente que por lapso, consta no Diário do Congresso a data de 26 de agosto de 1820 como a data correspondente à primeira sessão das Cortes Constituintes, em vez do dia 26 de janeiro de 1821.

³⁰⁰ *Idem* (intervenção do Presidente do Congresso, António Xavier Correia Barreto).

Em representação do governo falou o ministro da Guerra, Álvaro de Castro³⁰¹. Por parte dos Congressistas falaram António Granjo³⁰², em representação do Partido Liberal Republicano; Celestino de Almeida³⁰³, pelo Partido Unionista; Carlos Olavo³⁰⁴, pelo Partido da Reconstituição Nacional (P. Reconstituente); Vasco Borges³⁰⁵, pelo Partido Democrático; Vasco de Vasconcelos³⁰⁶, pelo Partido Popular; Ladislau Batalha³⁰⁷, pelo Partido Socialista; Leonardo Coimbra³⁰⁸, pelo Partido Democrático, com uma intervenção de fundo.

Como poderemos observar no Quadro nº 5, localizado na página 95, escolhemos um conjunto de grandes temas que foram transversais às comunicações realizadas pelos oito conferencistas ao longo da sessão evocativa da primeira reunião das Cortes de 1820, por isso, mais representativos do pensamento político coevo naquele Parlamento. Passemos então a clarificar os critérios usados na escolha dos temas.

³⁰¹ Álvaro de Castro (1878-1928), oficial de Infantaria, republicano desde cedo, foi deputado na Constituinte de 1911. Foi ministro por duas vezes e Governador Geral de Moçambique. Fundou o Partido Republicano de Reconstituição Nacional, o “Reconstituente”, como cisão do PRP. Liderou o governo por duas vezes. Cf. https://www.arqnet.pt/portal/biografias/alvaro_castro.html [Consult. 11 set. 2024].

³⁰² António Granjo (1881-1921), tirou o curso de Teologia e foi bacharel em Direito. *Maçon* desde 1911, foi advogado e deputado republicano. Foi membro do Partido Evolucionista de Ant. José de Almeida e, mais tarde, fundador do Partido Liberal Republicano. Foi ministro da Justiça e diretor do jornal República. Foi também ministro do Interior e chefiou por duas vezes o governo. Foi uma das vítimas da “Noite Sangrenta” de 19 de outubro de 1921, tendo sido assassinado, quando desempenhava a função de Presidente do Ministério demissionário. Cf. [https://www.infopedia.pt/artigos/\\$antonio-granjo](https://www.infopedia.pt/artigos/$antonio-granjo) [Consult. 11 set. 2024].

³⁰³ Celestino de Almeida (1864-1922), era médico e *maçon*. Foi deputado à Constituinte de 1911. Foi ministro das Colónias e da Marinha. Foi membro e deputado do Partido Unionista de Brito Camacho. Cf. <https://www.portugal1914.org/portal/pt/historia/biografias/item/2660-almeida-celestino-germano-pais> [Consult. 11 set. 2024].

³⁰⁴ Carlos Olavo (1881-1958), formado em Direito, exerceu advocacia. Membro do PRP e *maçon*, participou na Grande Guerra como voluntário. Em 1920, juntou-se ao Partido Reconstituente de Álvaro de Castro. Cf. <https://arepublicano.blogspot.com/2007/03/carlos-olavo-nasceu-no-funchal-7-de.html> [Consult. 11 set. 2024].

³⁰⁵ Vasco Borges (1882-1942), era licenciado em Direito. Foi advogado e juiz. Foi deputado pelo Partido Democrático e ministro por diversas vezes na I República. Foi ministro da Instrução, do Comércio, do Trabalho e dos Negócios Estrangeiros, entre 1920 e 1926. Deputado nas I e II legislaturas do Estado Novo, foi um dos confidentes de Salazar. Cf. https://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/b/borges_vasco.pdf [Consult. 11 set. 2024].

³⁰⁶ Vasco de Vasconcelos (1880-1960), formado em Direito, foi deputado e ministro das Colónias e da Justiça. Foi membro do Partido Evolucionista e, mais tarde, do Partido Popular, entre 1919 e 1922. Cf. https://pt.wikipedia.org/wiki/Vasco_Guedes_de_Vasconcelos [Consult. 11 set. 2024].

³⁰⁷ Ladislau Batalha (1856-1939), foi um dos fundadores do antigo Partido Socialista, juntamente com o seu amigo Azedo Gneco (1849-1911). Foi deputado pelo PS na legislatura de 1919 a 1922. Cf. <http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/arquivo/?p=creators/creator&id=920> [Consult. 11 set. 2024].

³⁰⁸ Leonardo Coimbra (1883-1936), foi um dos mais importantes intelectuais portugueses da primeira metade do séc. XX. *Maçon*, foi um dos dinamizadores do projeto de intervenção Renascença Portuguesa conjuntamente com Jaime Cortesão. Evoluiu do criacionismo para o intelectualismo essencialista e idealista, dando destaque à necessidade de reintegrar no ensino as disciplinas da metafísica e da religião. Foi um dos impulsionadores do movimento Espírita. Orador brilhante, foi deputado e ministro da Instrução, tendo fundado a Faculdade de Letras do Porto, onde veio a lecionar. Abandonou o PRP devido à questão religiosa, tendo ingressado no Partido Republicano da Esquerda Democrática, fundado em 1924. Cf. https://pt.wikipedia.org/wiki/Leonardo_Coimbra [Consult. 11 set. 2024].

Sempre que possível, foi seguida a linha cronológica dos acontecimentos, tendo como ponto de partida as revoluções Americana e Francesa, terminando com os temas políticos emergentes da República, em 1921.

O primeiro dos temas, designado por Tema nº 1, prende-se com as revoluções inspiradas nos ideais do Iluminismo e do Republicanismo, designadamente a Revolução/Independência dos EUA e a Revolução Francesa, sendo que esta última assumiu o protagonismo maior ao longo dos discursos proferidos no hemiciclo. Estas revoluções influenciaram fortemente os liberais vintistas de 1820, bem como o movimento republicano português. Sete dos oito conferencistas abordaram esta temática.

O Tema nº 2 prende-se com as Invasões Francesas e as suas consequências. A saída da Corte Portuguesa para o Brasil e a secundarização do Portugal europeu no âmbito da Monarquia Imperial Portuguesa é retratada neste tema. Cinco dos oito conferencistas abordaram esta temática.

O Tema nº 3 prende-se com as causas e as consequências da independência do Brasil. A transformação do Brasil no centro imperial, o esquecimento a que foi votado o Portugal europeu, com a necessidade de fazer regressar o rei a Portugal e o processo inevitável da independência do Brasil, com as consequências em termos dos impactos económico e político no Portugal de então. Também o posicionamento da rei face à Constituição de 1822 é aqui considerado. Três dos oito conferencistas abordaram esta temática.

O Tema nº 4 está ligado à evocação dos heróis do liberalismo, designadamente Gomes Freire e os líderes do Sinédrio e da Revolução de 1820, entre os quais se destaca o nome de Manuel Fernandes Tomás. O património dos valores do Liberalismo Vintista herdado pela República é amplamente referido. O Tema nº 4 foi evocada por todos os oito conferencistas, demonstrando assim que os diferentes posicionamentos políticos tinham interesses comuns que os uniam no campo dos ideais.

O Tema nº 5 lida com as divergências políticas evocadas no âmbito desta histórica sessão parlamentar. Apesar do difícil momento político, económico-financeiro e social que se vivia então em Portugal, só dois dos conferencistas chamaram a si esta temática, aproveitando o palco político parlamentar para darem visibilidade às suas divergências face ao estado do país.

Principais temáticas tratadas pelos conferencistas

Nº do Tema	Temas comuns aos conferencistas	Álvaro de Castro	António Granjo	Celestino de Almeida	Carlos Olavo	Vasco Borges	Vasco de Vasconcelo	Ladislau Batalha	Leonardo Coimbra	Congressistas que evocaram
1	Fontes inspiradoras do liberalismo português: Rev. Americana e Rev. Francesa	x		x	x	x	x	x	x	7
2	Invasões Francesas e as suas consequências	x	x	x		x		x		5
3	Independência do Brasil: causas e consequências	x		x				x		3
4	Os princípios Liberais e os ideias republicanos do 5 de outubro	x	x	x	x	x	x	x	x	8
5	Abordagem de temas políticos emergentes da República		x	x						2

Quadro nº 5 (Fonte: Ata do Diário do Congresso, sessão nº 6 de 26/01/1921)

Agora que os critérios usados na escolha dos principais temas abordados na sessão solene parlamentar foram explicados, façamos uma interpretação mais detalhada dos temas em destaque contidos no Quadro nº 5, temas estes que foram objeto de comunicações por parte dos congressistas.

No Tema nº1, “Fontes inspiradoras do liberalismo português: Rev. Americana e Rev. Francesa”, a independência dos Estados Unidos da América³⁰⁹ e a inspiração que este processo de autodeterminação e de libertação de uma colónia face à coroa britânica transmitiu a outros povos, quer nas américas, quer na Europa, foi mencionada somente por duas vezes, respetivamente pelos Congressistas Vasco Borges (PRP) e Ladislau Batalha (Partido Socialista). Contudo, nenhuma das duas comunicações refere em algum momento a Constituição Americana, datada de 1787, constituição de matriz republicana que surgiu ainda antes da Revolução Francesa de 1789 e da Constituição monárquica que se lhe seguiu, em 1791. Ainda a propósito dos EUA, o Congressista Vasco Borges referiu a dado passo que a estátua gigantesca e “Ereta à entrada da livre América parece querer significar aos que ali aportarem que os acolhe a terra da Liberdade.”³¹⁰. Já a Revolução Francesa foi amplamente referenciada ao longo das diferentes intervenções como tendo sido uma das bases inspiradoras da Revolução Vintista, quiçá, a sua principal fonte inspiradora. A este propósito citemos o Congressista Ladislau Batalha quando, a dado passo da sua intervenção, disse que “(...) a revolução francesa foi igualmente a mais próxima determinante histórica da revolução de 1820”³¹¹. Citemos ainda o Congressista Carlos Olavo que, logo no início do seu discurso, afirmou que “O Parlamento da República não podia deixar de prestar esta homenagem, porque ela [a Revolução de 1820], de facto, representa para nós o que a de 1789 representou para a França.”³¹². Também a III

³⁰⁹ Data da declaração de independência dos EUA: 4 de julho de 1776.

³¹⁰ Diário do Congresso, 1921, p. 11 (intervenção do Congressista Vasco Borges).

³¹¹ *Ibidem*, p. 15 (intervenção do Congressista Ladislau Batalha).

³¹² *Ibidem*, p. 9 (intervenção do Congressista Carlos Olavo).

República Francesa constituía o principal modelo inspiracional da República do 5 de outubro³¹³. Não por acaso, a Revolução Francesa foi referida em 7 das 8 comunicações.

O Tema nº 2, “Invasões Francesas e as suas consequências”, ganhou relevância pelo impacto que as Invasões Francesas tiveram em Portugal. No entanto, as perspetivas interpretativas acerca deste acontecimento historicamente disruptivo foram díspares. Alguns dos oradores consideraram que a presença das tropas napoleónicas em Portugal contribuiu para a difusão dos ideais da Revolução Francesa no país. Exemplo desta afirmação foi a passagem do discurso proferido pelo ministro Álvaro de Castro quando disse que “(...) movimento libertador da Revolução Francesa, sufocado e estrangulado por esse génio que se chamou Napoleão, e que, apesar de tudo, venceu nacionalidades, levando a sua bandeira e nas baionetas dos seus soldados o grito libertador da França, lançado a todo o mundo, para declarar guerra a todos os déspotas.”³¹⁴. Todavia, foi também considerado que a presença das tropas francesas significou acima de tudo um processo de ocupação do território português por tropas estrangeiras. Por exemplo, o Congressista Vasco Borges afirmou que “1814 viu derribar o gigante corso, para ainda cambaleante se levantar e logo para sempre o aniquilarem. Mas salvas a integridade e a independência da Pátria, uma nova tirania vexatória e enxovalhe a esperava, a de Beresford.”³¹⁵. Vasco Borges sublinha a independência ganha por Portugal face a França, mas que uma nova ocupação estrangeira tinha sido posta em marcha, desta vez por parte dos ingleses, personalizada em Beresford. No entanto, foi unânime a ideia de que a permanência das tropas napoleónicas em Portugal acarretou elevados prejuízos para o país. Adicionalmente, foi enfatizada a “ocupação britânica” que se lhe seguiu, como tendo sido uma das causas precursoras da Revolução Liberal de 1820. Foram cinco os oradores que referiram esta temática.

O Tema nº 3, “Independência do Brasil: causas e consequências”, foi um tema referido em três das intervenções, ainda que, sob diversos ângulos. Numa das perspetivas, foi visto um como processo de desfecho inevitável, na senda das independências dos EUA e das colónias hispânicas na América. Como perspetiva alternativa, a independência do Brasil foi interpretada como uma consequência da “fuga” de D. João VI e da Corte para a colónia portuguesa na América do Sul, em virtude das Invasões Francesas. Somando a isto, a transformação da colónia Brasil em metrópole e da metrópole Portugal em colónia, o território português na Europa foi desqualificado, entregando-o ao domínio tutelar da Grã-Bretanha. Tudo em nome do exclusivo

³¹³ Cf. Catroga, 2010. Atenção especial às p. 51, 54, 59-60, 115, 122, 127, 132, 141, 164-165.

³¹⁴ Diário do Congresso, 1921, p. 4 (intervenção do Ministro da Guerra, Álvaro de Castro).

³¹⁵ *Ibidem*, p. 11-12 (intervenção do Congressista Vasco Borges).

interesse da dinastia de Bragança, que entendia ser o Rio de Janeiro a nova capital do centro imperial português, em detrimento de Lisboa. Prova de que a Coroa Portuguesa pretendia servir-se em vez de servir Portugal, foi a apelidada traição de D. João VI à Constituição Vintista de 1822. A este propósito, Álvaro de Castro referiu que “(...) as Constituintes viam a poucos passos da sua legislatura ordinária, morrer às mãos da reação, precisamente aquele que tinha jurado defender a Constituição.”³¹⁶, tendo acrescentado mais à frente que “Demonstrava a realza mais uma vez que as suas palavras de apoio e aplauso às ideias da Constituição eram falsas (Apoiados).”³¹⁷. No que ao Brasil diz respeito, Celestino de Almeida proferiu as seguintes palavras: “(...) a independência do Brasil teve lugar durante a vigência da constituição, a verdade é, Sr. Presidente que o Brasil estava perdido para Portugal desde a partida de D. João VI, que para lá fugira no momento do perigo da invasão francesa, se não se encontrava já antecipadamente determinada essa separação por motivos doutra ordem.”³¹⁸. Curiosa a interpretação dos factos relacionados com a independência do Brasil por parte de Celestino de Almeida, quando sugere que esta autodeterminação poderia estar já “antecipadamente determinada”³¹⁹, levantando a suspeita de que os motivos poderiam ser “doutra ordem”³²⁰. Claramente, a narrativa republicana dos factos relacionados com independência do Brasil tinha como objeto denegrir a Coroa Bragantina. Por fim, não poderemos deixar de referir as palavras de Vasco Borges que destacou que “O país arruinado [Portugal], sem comércio, sem numerário; as receitas do Estado menos do que insuficientes para os seus encargos, entregue a governantes sem patriotismo nem competência e transformado em colónia da sua antiga colónia, tal era o quadro histórico da Pátria portuguesa nessa época.”³²¹. Uma vez mais, foi reiterada a crítica à secundarização a que a Coroa votou o Portugal europeu, em prol da nova centralidade imperial criada a partir do Brasil.

O Tema nº 4, “Os princípios Liberais e os ideias republicanos do 5 de outubro”, convoca para um conjunto de personalidades e de princípios caros aos republicanos. Em termos de personalidade evocadas, destacam-se Gomes Freire de Andrade, que foi referido por 4 dos Congressistas de forma muito elogiosa. Esta personalidade, apesar de ter morrido em 1817 em virtude da sua condenação à morte, foi unanimemente encarado como o precursor da Revolução de 1820. Acerca de Gomes Freire, o Congressista Ladislau Batalha afirmou no seu discurso que

³¹⁶ Diário do Congresso, 1921, p. 5 (intervenção do ministro da Guerra, Álvaro de Castro).

³¹⁷ *Idem*.

³¹⁸ Diário do Congresso, 1921, p. 8 (intervenção do Congressista Celestino de Almeida).

³¹⁹ *Idem*.

³²⁰ *Idem*.

³²¹ *Ibidem*, p. 12 (intervenção do Congressista Vasco Borges).

“Aparece-nos ainda nesta época, a todos os respeitos calamitosa, um homem deveras grande, ao qual ainda hoje aqui não se tributou um cântico de saudade e de dor. Refiro-me ao glorioso Gomes Freire de Andrade, esse lídimo representante da fibra portuguesa (...)”³²². Também os líderes do Sinédrio e da Revolução Vintista, com Manuel Fernandes Tomás como figura cimeira, foram unanimemente referidos e amplamente elogiados. Não poderemos deixar de sublinhar que este nome foi referido ao longo dos oito discursos. A título de exemplo, Leonardo Coimbra disse que “À luz desta Tradição os homens de 1820 aparecem como obreiros duma grande obra humana, insinuando nas chagas da Pátria, para que a curem e renovem, o sangue estuante, fresco e juvenil da grande corrente de vida humana que chega.”³²³.

A Constituição de Cádiz, datada de 1812, reconhecida por especialistas nas áreas disciplinares do Constitucionalismo e da História, como tendo sido uma das principais fontes de inspiração da Constituição de 1822,³²⁴ porventura, em muito do articulado, um decalque da constituição espanhola³²⁵, só por uma vez foi mencionada ao longo dos discursos, na pessoa do Congressista Ladislau Batalha³²⁶.

A ligação dos princípios constitucionais de 1822 aos ideais republicanos, foi amplamente enfatizada por 6 dos oradores, num esforço aparentemente coletivo de dar sentido à narrativa interpretativa de que o regime republicano era o continuador da obra iniciada pelo Vintismo, sendo que a República estaria engajada na missão de completar e aperfeiçoar aquilo que foi a obra libertadora iniciada pelos revolucionários vintistas. Como exemplos demonstrativos da afirmação anterior, passamos a citar algumas passagens dos discursos, julgadas mais significativas: “(...) a revolução de 5 de outubro de 1910 instalou em Portugal os princípios que a Constituição de 1820 tinha marcado indelevelmente na Constituição Política do país. (Apoiados [apontamento deixado na ata da sessão, como expressão de apoio da generalidade da assistência].).”³²⁷; “Da Revolução de 1820, das Cortes de 1821 e da Constituição de 1822, nós [os republicanos] herdamos os grandes princípios da igualdade perante a lei, da liberdade de reunião, da liberdade de representação (...)”³²⁸; “Foi por eles representarem as ideias liberais mais avançadas da sua época, (...) que eles fizeram uma constituição na sua essência, *quasi* republicana (...)”³²⁹; “A República proclamada em 5 de outubro e que nos trouxe aqui, veio

³²² Diário do Congresso, 1921, p.14 (intervenção do Congressista Ladislau Batalha).

³²³ *Ibidem*, p.23 (intervenção do Congressista Leonardo Coimbra).

³²⁴ Homem, 2022, p.50 e 57.

³²⁵ Lario, 2022, p. 68.

³²⁶ Diário do Congresso, 1921, p.14 (intervenção do Congressista Ladislau Batalha).

³²⁷ *Ibidem*, p. 5 (intervenção do ministro da Guerra, Álvaro de Castro).

³²⁸ *Ibidem*, p. 6 (intervenção do Congressista António Granjo).

³²⁹ *Ibidem*, p. 8 (intervenção do Congressista Celestino de Almeida).

completar a obra de 1820, revestindo-se dum carácter profundamente democrático (...)”³³⁰; e, para finalizar, “Precisamos não esquecer que a palavra República foi por eles [os revolucionários vintistas] pronunciada pela primeira vez em Portugal.”³³¹.

No entanto, nem sempre estas passagens são revestidas de um crer despido de críticas à Revolução Liberal. António Granjo, representante do Partido Liberal Republicano, e Ladislau Batalha, representante do Partido Socialista, destoaram algumas vezes do unanimismo presente na sessão, ao fazerem uma leitura menos anacrónica dos caminhos tomados pelos revolucionários vintistas. Vejamos: António Granjo disse em determinada fase da sua intervenção que “(...) pouco a pouco, os sentimentos extremistas que se manifestaram nas Constituintes de 1821, alienaram as simpatias de grande parte da Nação (...)”³³² e “Não é historicamente exato que a Revolução de 5 de outubro seja apenas a recompilação dos princípios estabelecidos pela Constituição de 1820. (...) tinha que juntar-se o princípio da separação das igrejas do Estado, que é fundamental numa democracia moderna, (Apoiados) mas que não existia na mente dos revolucionários de 1820, (...) Constituição desse tempo principiava por ser promulgada em nome da Santíssima Trindade, e declarava religião oficial, a religião católica, apostólica romana.”³³³. Por seu turno, Ladislau Batalha numa abordagem determinista da História³³⁴ referiu que “(...) essas perturbações revolucionárias em nada atrasam a marcha evolutiva dos acontecimentos.”³³⁵. Na mesma intervenção, o deputado acrescentou que “Se a Revolução de 5 de outubro é obra e consequência da Revolução de 1820 (...) sem essa Revolução de 1820 nós poderíamos ter tido a de 5 de outubro (...)”³³⁶.

No entanto, também conseguimos descortinar algumas críticas mais claras em relação ao momento vivido pela República. Não terão acontecido por acaso as passagens acima referidas, por parte de quem as proferiu. De um lado temos a leitura dos acontecimentos vinda de António Granjo, líder do Partido Liberal Republicano, um partido que, na sua génese, era republicano. Todavia, era também possuidor de uma visão mais liberal da economia, posicionando-se na ala da direita republicana democrática e em oposição à hegemonia dominante do Partido Democrático. Granjo era contestatário da deriva radical do PRP, tendo aproveitado a sua intervenção para estabelecer um paralelo com a deriva radical a que alguns vintistas tinham

³³⁰ Diário do Congresso, 1921, p. 9 (intervenção do Congressista Celestino de Almeida).

³³¹ *Ibidem*, p. 12 (intervenção do Congressista Vasco de Vasconcelos).

³³² *Ibidem*, p.6 (intervenção do Congressista António Granjo).

³³³ *Ibidem*, p. 5-6.

³³⁴ Catroga, 2010, p. 164, diz “(...) o uso da história e da ciência demonstrava algo que já estaria potenciado no passado, num exemplo de evolucionismo historicista sobredeterminado por postulados ideológicos(...)”.

³³⁵ Diário do Congresso, 1921, p. 16 (intervenção do Congressista Ladislau Batalha).

³³⁶ *Idem*.

acedido, cem anos antes. Sustentava o seu argumento com a alienação das “simpatias de grande parte da Nação”³³⁷. Na sua perspectiva, o mesmo tinha acontecido com o regime republicano, que encontrar-se-ia desfasado das reais necessidades do país. No espectro oposto, temos a leitura feita politicamente à esquerda, por Ladislau Batalha, do Partido Socialista. Ainda que este partido fosse republicano, não era essa a sua marca diferenciadora. A obtenção de melhores condições para as classes trabalhadoras constituía o núcleo das preocupações deste partido, sendo que a leitura que fazia da realidade estava impregnada pela visão determinista da luta de classes e do avanço imparável da História³³⁸ para uma sociedade igualitária e sem classes. Deste modo, embora Batalha visse como positivas as conquistas obtidas pela Revolução Vintista, pensava não ser esta que determinou o 5 de outubro, visto que esta revolução teria acontecido inevitavelmente, como se estivesse já predeterminada.

No Tema nº 5, “Abordagem de temas políticos emergentes da República”, foi surpreendente que, numa época tão conturbada como aquela pela qual passava a I República em 1921, não se tenham encontrado muitas passagens nos diferentes discursos que tenham aproveitado oportunisticamente a ocasião para produzir críticas em relação ao momento político, económico-financeiro e social em curso no país. Na câmara parlamentar, local privilegiado para conferir visibilidade ao discurso político e à contestação, onde estavam presentes sensibilidades políticas tão díspares e em que o fervilhar revolucionário nas ruas se fazia sentir ao rubro nas ruas, o teor geral dos discursos foi genericamente apaziguador. Aquilo que se encontra no conteúdo das comunicações é, principalmente, a ênfase dada ao momento de celebração histórica e à ligação umbilical que as diferentes bancadas parlamentares criam existir entre o regime liberal iniciado em 1820 e aquele que se encontrava em vigor 100 anos depois.

Segundo a nossa leitura, terão sido duas as principais razões que suportam a explicação para este aparente apaziguamento parlamentar entre as diversas tendências do mundo republicano português.

A primeira razão terá tido a ver com o facto de, em 1921, a I República estar a passar por uma das maiores crises da sua curta existência de pouco mais de 10 anos, que se somava a todas as outras crises pelas quais tinha já passado. A elite política, maioritariamente republicana, independentemente de quem estivesse conjunturalmente a governar o país (quase sempre foi o PRP ou elementos próximos deste partido), procurava por esta altura o consenso possível de

³³⁷ Diário do Congresso, 1921, p. 6 (intervenção do Congressista António Granjo). Cf. Ramos, 2019, p. 458-470, designadamente p.465-466.

³³⁸ Catroga, 2010, p. 164.

forma a estabilizar o regime. Haveria a consciência por parte desta elite política de que seria dispensável atear mais ainda as chamas da revolta social, com a qual unicamente teriam a ganhar as forças conservadoras ligadas ao ultramontanismo, ao catolicismo ultraconservador, à monarquia e à direita conservadora, antiliberal e antiparlamentar. Resumidamente, falamos das forças opositoras ao regime republicano.

A segunda razão prende-se com o facto de, em 1921, existir a esperança por parte do republicanismo conservador de criar um partido forte que pudesse alternar no poder com o Partido Democrático, num modelo semelhante àquele que existiu durante o rotativismo da Monarquia Constitucional ou àquele que existia desde há muito na Grã-Bretanha. O Partido Liberal Republicano, surgia, em parte, da dissolução dos “velhos partidos” da direita democrática e republicana. Falamos do Partido Evolucionista, de António J. de Almeida, e do Partido Unionista, de Brito Camacho. Estes velhos republicanos tinham-se afastado da vida partidária³³⁹. António J. de Almeida era, desde 1919, presidente da República. Brito Camacho tinha sido destacado para o lugar de Alto-Comissário da República para Moçambique. Havia a necessidade de criar pontes entre as diversas correntes do republicanismo. Embora o momento político, económico-financeiro e social fosse muito complicado, o partido do sistema, o Partido Democrático, tinha, também ele, entrado numa via mais moderada. O seu líder histórico e mais radical, Afonso Costa, estava envolvido nas negociações da Conferência de Paz de Paris³⁴⁰, pelo que se encontrava afastado do combate político interno direto³⁴¹. Aparentemente, estava a ser construído o consenso possível entre o partidos republicanos, no sentido de alcançarem a regeneração do sistema político³⁴².

Porém, dois dos discursos, designadamente aqueles que foram proferidos pelos Congressistas António Granjo e Celestino de Almeida, parecem ter quebrado, em algumas das suas passagens, o unanimismo em volta dos acontecimentos políticos emergentes do quotidiano republicano.

Para o efeito, prestemos atenção a dois dos excertos mais significativos a este propósito: António Granjo aproveitou o ensejo de liberdade que a Revolução de 1820 e o 5 de outubro de 1910 transportaram, para transmitir uma significativa mensagem relativamente ao momento político vivido no Portugal de 1921, dizendo que “(...) nesta hora em que se celebram os mortos, e portanto todos os sentimentos políticos têm de ser rasgados diante de nós que

³³⁹ Pinto, 2021, p. 411.

³⁴⁰ Meneses, 2010, p. 77-136.

³⁴¹ Pinto, 2021, p. 411.

³⁴² Cf. Pinto, 2021, p. 411-419.

justifique não se ter ainda concedido a amnistia aos presos políticos (...)”³⁴³. Estamos em presença de uma clara alusão crítica da parte de António Granjo ao facto de subsistirem presos políticos no regime republicano, um regime, supostamente, de liberdade e democrático. Já Celestino de Almeida, traçou um certo paralelismo entre as vitórias e as desilusões sofridas pelos revolucionários vintistas e os republicanos, afirmando que “(...) prestamos a devida homenagem aos homens de 1820, eu me curvo respeitosamente perante a sua obra, toda de sinceridade e de patriotismo, assim como me curvo perante as suas desilusões, pois que a República de 1910 saiu também da mais profunda e da mais acrisolada e leal sinceridade dos homens que a fizeram e que também sofreram as suas desilusões.”³⁴⁴. O paralelismo traçado entre os acontecimentos da Revolução Vintista e a República foram muitos ao longo dos diferentes discursos. Todavia, o que tornou divergente esta passagem da intervenção do Congressista Celestino de Almeida foi a sua chamada de atenção para as desilusões daqueles que fizeram as revoluções face aos resultados alcançados.

Poderemos concluir que o teor geral dos discursos efetuados pelas diferentes sensibilidades políticas que coexistiam à altura no parlamento republicano, refletiu um unanimismo que não encontrava paralelo com aquilo que se passava na realidade quotidiana do país e que, inclusivamente, deixou os temas divergentes do momento político quase que sem debate.

Dito isto, poderemos depreender dos discursos proferidos no parlamento republicano de 1921 que o regime em vigor se revia, pelo menos parcialmente, em muitos dos valores fundacionais do parlamentarismo iniciado com as Cortes Constituintes de janeiro de 1821. Vejamos: os oradores atribuíram uma das principais fontes inspiradoras dos valores fundacionais do regime vintista à Revolução Francesa, valores estes com os quais a generalidade dos oradores partidários e do governo da República se identificavam. Álvaro de Castro, ministro da Guerra, considerou a Revolução Francesa o “movimento libertador”³⁴⁵. Por seu turno, o orador da ala mais à esquerda do parlamento, Ladislau Batalha, considerou a Revolução Francesa “a mais próxima determinante histórica da Revolução de 1820”³⁴⁶.

O teor geral das locuções dos oradores, no que concerne à atuação do rei D. João VI, foi, globalmente, caracterizada pelas críticas contundentes. Ladislau Batalha considerou a ida da

³⁴³ Diário do Congresso, 1921, p. 7 (intervenção do Congressista António Granjo).

³⁴⁴ *Ibidem*, p. 9 (intervenção do Congressista Celestino de Almeida).

³⁴⁵ *Ibidem*, p. 4 (intervenção do ministro da Guerra, Álvaro de Castro).

³⁴⁶ *Ibidem*, p. 13 (intervenção do Congressista Ladislau Batalha).

Corte para o Brasil em virtude das invasões francesas de “fuga do país”³⁴⁷. Outro exemplo é a consideração de que o monarca traiu a Constituição de 1822, de que resultou a colagem do rótulo de “figura grotesca”³⁴⁸ ao rei, por parte do deputado Celestino de Almeida. É este o perfil tipo que as narrativas históricas explanadas na sessão parlamentar seguiram. Os oradores republicanos juntaram-se numa espécie de unanimidade que quase dava a ideia de se estar a assistir a uma qualquer declaração panfletária com origem nos revolucionários do Sinédrio.

As figuras de Gomes Freire e de Manuel Fernandes Tomás, foram constantemente exultadas e elogiadas. Gomes Freire, pela coragem e heroísmo, que fizeram dele, segundo consideraram vários dos oradores, o precursor da Revolução Liberal³⁴⁹. Por sua vez, Fernandes Tomás, foi amplamente elogiado pelo seu papel liderante durante a Revolução Vintista, bem como pelo facto de ter sido o responsável mais destacado pela obra realizada ao longo dos trabalhos das Cortes Constituintes, de que resultou a Constituição de 1822.

No que diz respeito ao Brasil, o teor das comunicações oscilou entre a compreensão por um processo de independência que seria em todos os casos imparável³⁵⁰, e a consideração de que se assistiu a um ato de traição cometido pela dinastia de Bragança em função dos seus interesses, diga-se, aliás, um argumento que foi usado frequentemente em vários outros contextos por parte dos republicanos.

Temática fundamental dos discursos dos oradores foi aquela que abordou a questão da ligação dos princípios da Constituição de 1822 aos ideais republicanos. Esta temática justifica, em grande parte, o esforço despendido pelo regime republicano no sentido dar ênfase às comemorações do Vintismo. A efeméride decorrida no Congresso da República, enquadra-se num conjunto mais vasto de outras efemérides que decorreram entre 1917 e 1921 e que celebram um conjunto de valores comuns ao Vintismo e à República: Centenário de Gomes Freire, em 1917; Centenário do 24 de Agosto de 1920, na cidade do Porto; Centenário do 15 de setembro de 1920, na cidade de Lisboa; a apologia da luta popular encarnada pela Maria da Fonte, em 1846³⁵¹, celebrada conjuntamente com o 15 de Setembro de 1920, em Lisboa³⁵².

³⁴⁷ Diário do Congresso, 1921, p. 14 (intervenção do Congressista Ladislau Batalha).

³⁴⁸ *Ibidem*, p. 9 (intervenção do Congressista Celestino de Almeida).

³⁴⁹ Costa, 2017, p. 87, defende que os conspiradores de 1817, como militares que eram, tinham motivações reivindicativas corporativas, sendo que está por provar que se a conjura de 1817 tivesse tido êxito, Gomes Freire teria enveredado por um quadro de reformas do regime em vigor ou por uma rutura a favor do regime liberal.

³⁵⁰ Diário do Congresso, 1921, p. 8 (intervenção do Congressista Celestino de Almeida) e p.14 (intervenção do Congressista Ladislau Batalha).

³⁵¹ Cf. Martins, [s.d.], p. 69-76.

³⁵² Algumas das efemérides referidas podem denotar contornos de uma apropriação e de uma reinterpretação histórica formada por critérios duvidosos por parte da República relativamente ao significado que esses acontecimentos tiveram na altura. Para o efeito, basta citar o exemplo paradigmático da revolta da Maria da Fonte.

Como disse Álvaro de Castro a dado passo da sua intervenção, ao elogiar Fernandes Tomás, com a Constituição de 1822 “estabeleceram-se os tribunais”, “as boas normas jurídicas” e os “direitos individuais”, com base em leis votadas no parlamento³⁵³. Carlos Olavo, durante a sua intervenção, afirmou que “a Revolução de 1820, pelas ideias que a inspiraram e pelos princípios de justiça em que assentou, foi uma verdadeira revolução republicana”³⁵⁴. Estas narrativas ensaiadas por dois dos oradores no Congresso da República, são provas evidentes de como a I República se revia nos valores fundacionais do Vintismo, nomeadamente no que concerne aos valores da Liberdade, Igualdade e Fraternidade, princípios estes herdados do Iluminismo e da Revolução Francesa.

Deste modo, verificamos que o alheamento da classe política dominante em relação ao “país real” e a falta de respostas aos anseios da larga maioria da população portuguesa, foi um dos males que corroeu a I República.

Regressando à efeméride parlamentar, do coro quase unânime dos discursos destoou, algumas vezes, António Granjo, que sublinhou os extremismos dos revolucionários de 1820, sem que, com isso, tenha tomado uma posição de discórdia insanável relativamente aos valores do Vintismo que orientavam a República. Contudo, não poderemos finalizar este ponto sem sublinhar um aspeto importante referido por Granjo em relação à Revolução Vintista. Diz ele, a dado passo que, aos princípios da Revolução Francesa “(...) tinha que juntar-se o princípio da separação das igrejas do Estado, que é fundamental numa democracia moderna (Apoiados) (...)”³⁵⁵. Mais à frente, Granjo acrescenta que “a Constituição desse tempo principiava por ser promulgada com nome da Santíssima Trindade, e declarava religião oficial, a religião católica, apostólica romana.”³⁵⁶ e, ainda, “A Revolução de 5 de outubro de 1910 tem uma razão de existência na energia própria (...)”³⁵⁷. António Granjo, deixou consagrado na sua intervenção os valores intrínsecos à República que foram para além daqueles que eram os ideais da Revolução Vintista, sem que, com isto, tenha renegado alguns dos princípios basilares herdados pela República, nascidos em resultado do Iluminismo e da Revolução Francesa.

³⁵³ Diário do Congresso, p.4-5 (intervenção do ministro da Guerra, Álvaro de Castro).

³⁵⁴ *Ibidem*, p.10 (intervenção do Congressista Carlos Olavo).

³⁵⁵ *Ibidem*, p.7 (intervenção do Congressista António Granjo).

³⁵⁶ *Idem*.

³⁵⁷ *Idem*.



Imagem nº 15: gravuras de alguns dos oradores da sessão comemorativa do Centenário das Constituintes de 1820 - autoria de Rocha Vieira, redator artístico da revista Ilustração Portuguesa³⁵⁸.

³⁵⁸ Fonte: Ilustração Portuguesa, nº 781 de 5/02/1921, p. 95 https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1921/N781/N781_master/N781.pdf [Consult. 12 jul. 2024].



Imagem nº 16: (Ilustração Portuguesa. Visão da luneta com a pintura mural de Veloso Salgado, gravuras de Álvaro de Castro e de António Granjo a discursarem e a sessão solene em curso)³⁵⁹

Ainda no decorrer desta sessão comemorativa foi lido “um telegrama enviado por João Salema, associando-se à comemoração das primeiras constituintes”³⁶⁰.

Pelas 19 horas e 30 minutos o presidente do Congresso da República deu por encerrada a sessão³⁶¹.

³⁵⁹ Fonte: Ilustração Portuguesa, nº 781 de 5/02/1921, p. 94. https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/obras/ilustracaoport/1921/N781/N781_master/N781.pdf [Consult. 12 jul. 2024].

³⁶⁰ Diário do Congresso, 1921, p. 26 (João Salema, deputado da I República e Governador Civil de Leiria).

³⁶¹ *Ibidem*, p. 26.

3.2 A Luneta da Sala das Sessões do Congresso da República: tributo da I República ao parlamentarismo Vintista em “As Cortes Constituintes de 1821”³⁶²

A comissão administrativa do Congresso da República decidiu em 1919³⁶³ que deveria perpetuar na memória histórica a efeméride relativa ao Centenário das primeiras Cortes Constituintes de 1821³⁶⁴, das quais resultou a I Constituição Portuguesa de 1822³⁶⁵. Tratava-se de dois factos históricos marcantes que, 100 anos depois, influenciavam ainda o tempo presente da I República³⁶⁶.

Para o efeito, a comissão administrativa do Congresso da República assumiu a responsabilidade de decidir o que fazer no âmbito desta celebração. Deste modo, esta comissão pensou destinar o espaço da luneta, espaço este situado por trás da Presidência da Sala de Sessões dos Deputados do Congresso, para uma obra artística de cariz mural e pictórica. Veloso Salgado³⁶⁷, um dos mais destacados pintores portugueses à época, foi convidado para pintar nesse local mais uma das suas obras artísticas, dentro da temática que conferiu maior notabilidade à sua carreira como pintor, a pintura de história. O tema escolhido em março de 1919³⁶⁸, com o título “As Cortes Constituintes de 1821”, tinha tido já um primeiro esboço/proposta, datado de 1901³⁶⁹, na sequência de um convite que o arquiteto Ventura Terra (1866-1919), responsável pelas obras de transformação do Convento de S. Bento no Palácio das Cortes, endereçou, justamente, a Veloso Salgado. O espaço escolhido era, precisamente, a luneta. Pela mesma altura, Veloso Salgado tinha apresentado igualmente uma outra proposta, também ela no formato de esboço, uma alegoria denominada “A Lei protege o Trabalho e assegura a Felicidade do Povo”. No entanto, a decisão final foi adiada devido à hesitação sobre qual a proposta que deveria ser aceite. É então que, em 1917, a comissão administrativa do

³⁶² Este capítulo é baseado em parte no trabalho apresentado em janeiro de 2023, no âmbito do Mestrado em História e Patrimónios da Universidade Autónoma de Lisboa, na cadeira de Gestão do Património, com o título *Luneta do Congresso da República: Herança política e memória histórica 100 anos depois (1920-1922)*.

³⁶³ Cf. <https://museu.parlamento.pt/DetalhesObra/Index/2559?tipo=OBJ> [Consult. 3 jan. 2023].

³⁶⁴ Sessão inaugural das Cortes Constituintes em 26 de janeiro de 1821. Cf. <https://app.parlamento.pt/comunicar/V1/202203/78/artigos/art6.html> [Consult. 12 jul. 2024].

³⁶⁵ A primeira Constituição Portuguesa foi aprovada em 23 de setembro de 1822. Cf. <https://app.parlamento.pt/comunicar/V1/202203/78/artigos/art6.html> [Consult. 12 jul. 2024]. Os trabalhos das Cortes Constituintes foram encerrados no dia 4 de novembro do mesmo ano. Cf. <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/Constituicao-1822.aspx> [Consult. 30 jul. 2024].

³⁶⁶ Cf. Catroga, 2010, designadamente p. 84-85, 100, 127, 164-165, 167.

³⁶⁷ Veloso Salgado nasceu em Orense, mas veio para Lisboa trabalhar com um seu tio numa tipografia no Chiado. Depois de um percurso académico de excelência ligado à pintura, ganhou uma bolsa do Estado que lhe permitiu estudar em Paris e Roma. Em 1895 tornou-se docente da Escola de Belas-Artes, tendo lecionado a cadeira de Pintura de História. Cf. Gouveia, 2020.

³⁶⁸ <https://museu.parlamento.pt/DetalhesObra/Index/2559?tipo=OBJ> [Consult. 3 jan. 2023].

³⁶⁹ *Idem*.

Congresso da República convidou de novo Veloso Salgado a apresentar uma nova proposta artística, para preencher o espaço designado por luneta.

Assim, Veloso Sagado apresentou uma primeira proposta em março de 1917³⁷⁰ à comissão administrativa do Congresso que consistiu na alegoria “A Lei protege o Trabalho e assegura a Felicidade do Povo”. Em março de 1919, Veloso Salgado apresentou uma segunda proposta em forma de esboço, uma nova alegoria, com o título “As Cortes Constituintes de 1821”.



Imagem nº 17: As Cortes Constituintes de 1821³⁷¹

A comissão administrativa do Congresso esteve inclinada a adjudicar a primeira proposta, contudo, “por sugestão do engenheiro Augusto Fuschini”³⁷², abandonou a ideia inicial e optou pela encomenda de “As Cortes Constituintes de 1821”.

Neste trabalho, Veloso Salgado deu vida às principais personalidades participantes das Cortes Constituintes, cujas intervenções ativas marcaram indelevelmente o legado político vivo passados 100 anos, retratando-as em plena sessão parlamentar na Biblioteca do Convento das Necessidades (atual Palácio das Necessidades), lugar primeiro onde funcionaram os trabalhos das Cortes Constituintes. Todavia, tratando-se de uma alegoria, nem todas as personalidades representadas fizeram parte das Cortes Constituintes, bem como o público representado na galeria.

A adjudicação da encomenda foi feita em Novembro de 1919, pelo valor de 12.000\$00³⁷³. O trabalho pictórico, mediou entre os anos de 1920 e 1921³⁷⁴. 18 anos depois, o esboço, cujo

³⁷⁰ <https://museu.parlamento.pt/DetalhesObra/Index/2559?tipo=OBJ> [Consult. 3 jan. 2023].

³⁷¹ Fonte: Divisão Museológica e para a Cidadania da Assembleia da República (DMC-AR), <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/Estudos-luneta-Sala-das-Sessoes.aspx> [Consult. 16 nov. 2022].

³⁷² <https://museu.parlamento.pt/DetalhesObra/Index/2559?tipo=OBJ> [Consult. 3 jan. 2023].

³⁷³ <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/Estudos-luneta-Sala-das-Sessoes.aspx> [Consult. 16 nov. 2022].

³⁷⁴ Parte da informação constante do Museu do Parlamento é contraditória já que indica os anos de 1921 e 1923 como datas em que a obra pictórica de Veloso Salgado foi finalizada. No entanto, é possível testemunhar que a obra já se encontrava finalizada no início de 1921, aquando da sessão solene de 26/01/1920, no Congresso da

trabalho datava de 1901, encontrava-se desatualizado. A pintura da luneta levantou igualmente vários problemas logísticos devido à dimensão da tela e à extensão do trabalho, visto que teria de preencher cerca de oitenta metros quadrados³⁷⁵. Deste modo, Veloso Salgado viu-se obrigado a introduzir algumas correções na representação inicial³⁷⁶.

O trabalho executado por Veloso Salgado na luneta da Sala das Sessões do Congresso, foi objeto de aturados estudos prévios. Por exemplo, para além do esboço já acima mencionado, existe um outro produzido a tinta-da-china, onde estão numeradas e identificadas em rodapé 50 ilustres figuras da época, representadas no esboço de “As Cortes Constituintes de 1821”, quer fossem deputados ou convidados. Não se encontram identificadas as personagens representadas na galeria, isto é, o público em geral, as quais terão resultado da imaginação que o artista emprestou à obra. Abaixo, poderá ser observado o esboço a que foi feita referência³⁷⁷.

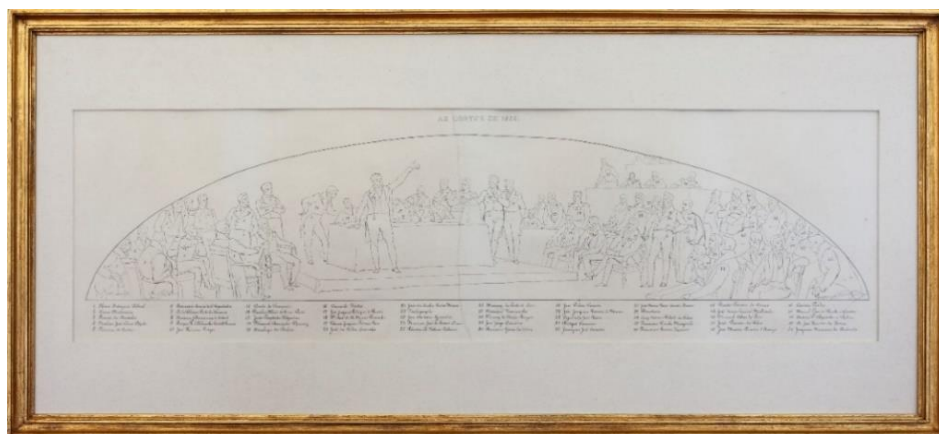


Imagem nº 18: esboço a tinta-da-china³⁷⁸

Cada uma das figuras representadas na pintura a óleo na luneta, foram objeto de estudos em carvão sobre papel e a óleo de tela. Na imagem nº 19, podemos observar um dos exemplos desses estudos, onde se encontram representadas algumas das mais importantes figuras do parlamentarismo Vintista³⁷⁹:

República, a propósito da celebração do I Centenário das Cortes Constituintes de 1821. Cf. em Ilustração Portuguesa, nº 781, de 5/02/1921, p. 94.

³⁷⁵ Gouveia, 2020, p.13.

³⁷⁶ Estética e plasticamente, a obra encontrava-se já ultrapassada. Este trabalho representou para Veloso Salgado um fim de ciclo no que concerne à pintura de história. Cf. Gouveia, 2020, p.15.

³⁷⁷ Desenho a tinta-da-china, desenhado sobre papel em formato retangular. Dimensões: 159x46. Autor: Veloso Salgado, em 1919/1920. <https://museu.parlamento.pt/DetalhesObra/Index/31?tipo=OBJ> [Consult. 3 jan. 2023].

³⁷⁸ Fonte: DMC-AR <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/Estudos-luneta-Sala-das-Sessoes.aspx> [Consult. 2 jan. 2022].

³⁷⁹ Identificação das personagens: Bernardo Sepúlveda, José da Silva Carvalho, José Barreto Feio, José Ferreira Borges, Manuel Fernandes Tomás e Manuel Borges Carneiro, 1920. Técnica: carvão sobre papel.

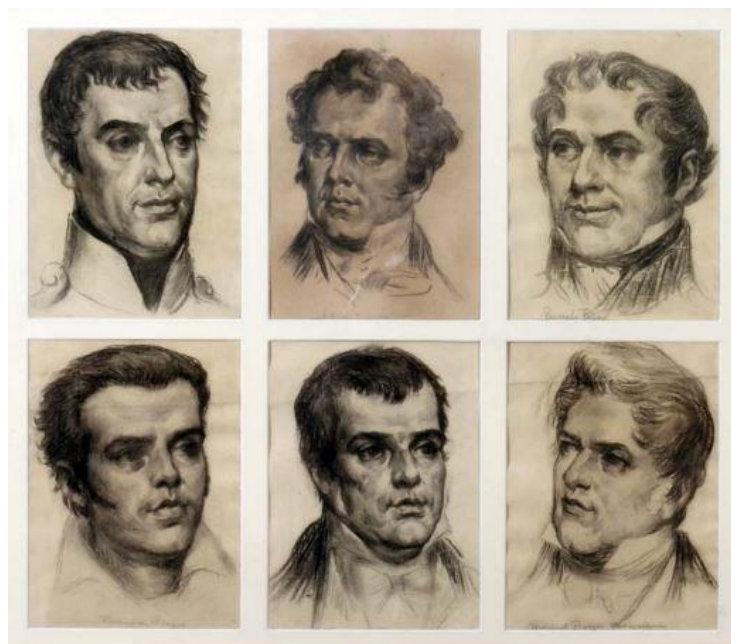


Imagem nº 19³⁸⁰



Imagem nº 20³⁸¹

³⁸⁰ Fonte: DMC-AR <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/Estudos-luneta-Sala-das-Sessoes.aspx> [Consult. 2 jan. 2022].

³⁸¹ Cadeirão do rei D. João VI, 1920. Fonte: DMC-AR <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/Estudos-luneta-Sala-das-Sessoes.aspx> [Consult. 3 jan. 2023].

Das 50 figuras representadas e identificadas na luneta, merecem particular destaque Manuel Fernandes Tomás (1771-1822), que se encontra no centro da pintura em pé e em pose eloquente. Este foi uma das mais importantes figuras da Revolução Liberal, importante membro fundador do Sinédrio e uma das figuras mais marcantes das Cortes Constituintes. Na mesa destas Cortes, coberta por um veludo vermelho, logo atrás de Manuel Fernandes Tomás, encontram-se outras três importantes figuras da Constituinte: João Baptista Felgueiras (1787-1848), o Arcebispo da Baía, D. Frei Vicente da Soledade (1763-1823), que foi o presidente eleito pelos pares nas Cortes Constituintes e o taquígrafo, responsável pelo registo das atas referentes às 482 sessões parlamentares constituintes. Significativa, pela importância simbólica, a representação de um cadeirão vazio, que simboliza a esperançosa espera pelo regresso do rei D. João VI, que se encontrava em exílio no Brasil. Para além das 50 figuras representadas na luneta e que, de algum modo tinham ligação ao momento vivido da instauração do regime de monárquico-constitucional, o pintor representou igualmente a assistência de público, merecendo particular destaque a representação de uma figura feminina.

No anexo I é feito um resumo do papel que coube a cada uma das 50 personalidades representadas na pintura histórica de Veloso Salgado, bem como o contributo dado por estas personalidades em três diferentes momentos do processo revolucionário vintista: Revolução Liberal de 1820; Cortes Constituintes, de 1821/1822; I Constituição Portuguesa, de 1822.

Abaixo, quatro fotos que retratam a Sala das Sessões do Congresso da República: Imagem nº 21, antes do mural produzido por Veloso Salgado, sendo que é a estátua do rei D. Carlos que domina o centro da tribuna presidencial. Esta imagem é datada de 1903; Imagem nº 22, a Sala das Sessões despida de símbolos monárquicos e republicanos. Porém, esta imagem é já datada do período da I República (1914); Imagem nº 23, resulta da edição da revista Ilustração Portuguesa, nº 781, datada de 5/2/1921, edição esta que descreve a sessão comemorativa do Centenário das Cortes Constituintes, de 26/01/1921 e cuja imagem comprova a existência à data da pintura da luneta na Sala das Sessões; Imagem nº 24, a Sala das Sessões com a pintura histórica mural “As Cortes Constituintes de 1821”, ainda hoje existente. A estátua da República domina o centro da tribuna presidencial.



Panorâmica para a parede da presidência da Sala das Sessões da Câmara dos Deputados

Imagem nº 21: luneta com o espaço consignado à obra mural de Veloso Salgado ainda por realizar³⁸²

A Imagem nº 21 é datada de 1903, pelo que estamos a falar ainda do período em que vigorava o regime da Monarquia Constitucional. Assim, para além de se verificar que no espaço da luneta ainda não existia qualquer vestígio de cariz pictórico, a estátua existente que se encontra por trás do centro da tribuna da presidência das Cortes Gerais (Assembleia da República), retrata o rei D. Carlos³⁸³, numa pose tutelar, acima das lutas políticas partidárias parlamentares.

Conforme podemos observar na imagem seguinte, Imagem nº 22, datada de 1914, portanto, quatro anos após a Implantação da República, a estátua do rei D. Carlos foi já retirada da Sala das Sessões. Contudo, em sua substituição, não existe ainda nenhuma outra representação estatuária. Devemos igualmente sublinhar que a pintura mural de Veloso Salgado também ainda não constava na luneta. Deste modo, podemos inferir com um grau de certeza elevado que, em 1914, o Parlamento republicano tinha já despojado a Sala das Sessões dos

³⁸² Fonte: Museu da AR <https://museu.parlamento.pt/Exposicao?exbID=4> [Consult. 30 jan. 2023].

³⁸³ *Idem.*

símbolos que remetiam para a Monarquia Constitucional. A simbologia da soberania partilhada, na qual o rei se posicionava acima da luta política entre os partidos que marcavam presença no Parlamento, assumindo o papel de árbitro do regime, já não era, por esta altura, o valor primordial do novo regime. Não era mais a Carta Constitucional outorgada pelo rei que regulava o funcionamento das instituições políticas³⁸⁴.



Imagem nº 22: imagem de 1914, de J. Fernandes³⁸⁵

Na imagem seguinte, Imagem nº 23, podemos observar as duas fotografias constantes da página 94 da revista *Ilustração Portuguesa*, datada de fevereiro de 1921. A foto localizada no espaço inferior da página, oferece a visão da Sala das Sessões em plena comemoração do centenário das Cortes Constituintes de 1821, no dia 26 de janeiro de 1921. Já a foto localizada no espaço superior da mesma página da revista, oferece a visão do espaço da luneta preenchido com a pintura mural da autoria de Velosos Salgado. É também possível visualizar a metade superior da estátua que retrata a República, por trás do centro da tribuna da presidência do Congresso. Os símbolos identitários da República Portuguesa tinham passado a dominar por repleto a Sala das Sessões do Parlamento, denominado agora por Congresso da República.

³⁸⁴ Marques, 2001, p. 450; Ramos, 2019, p.478-483;

³⁸⁵ Fonte: <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/SaladasSessoes.aspx> [Consult. 4 out. 2024].



Imagem nº 23: Ilustração Portuguesa, nº 781, 5/02/1921: Sala das Sessões em 26/01/1921³⁸⁶

A Imagem nº 24 é relativamente recente, datada de 2009, sendo possível observar a alegoria constante da luneta e a estátua da República.

Na Imagem nº 25, pode-se observar com maior detalhe a estátua da República, segurando na mão esquerda a esfera armilar armada do escudo e das quinas. Não só os símbolos da República transparecem desta representação, tal como também os símbolos que remetem para o imaginário nacional da epopeia dos Descobrimentos e da Expansão Ultramarina, valores caros à I República³⁸⁷.

³⁸⁶ Fonte: Ilustração Portuguesa, nº 781 de 5/02/1921, p. 94. https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/obras/ilustracaoport/1921/N781/N781_master/N781.pdf [Consult.12 jul. 2024].

³⁸⁷ Estátua da autoria do escultor Anjos Teixeira (1880-1935), datada do ano de 1916. Fonte: AR <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/SaladasSessoes.aspx> [Consult.7 out. 2024].



Imagem nº 24: imagem recente³⁸⁸



Imagem nº 25: imagem atual³⁸⁹

³⁸⁸ Fonte: Museu da Assembleia da República. Fotografia de Carlos Pombo, em 2009, <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/SaladasSessoes.aspx> [Consult. 30 jan. 2023].

³⁸⁹ Estátua da autoria do escultor Anjos Teixeira (1880-1935), datada do ano de 1916. Fonte: Assembleia da República, <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/SaladasSessoes.aspx> [Consult. 7 out. 2024].

Tal como retrata simbolicamente a pintura mural de Veloso Salgado com “As Cortes Constituintes de 1821”, ao patrocinar esta iniciativa, a República reclamava para si a legitimidade da herança Vintista através das Cortes Constituintes de 1821 e da Constituição daí resultante, de 23 de Setembro de 1822.

Deste dado factual, poderemos inferir que existiu da parte da comissão administrativa do Congresso da República o cuidado no sentido de comemorar institucionalmente o centenário do início dos trabalhos das Cortes Constituintes (1821/1822), cujos trabalhos resultaram naquilo que veio a ser a I Constituição Portuguesa, de 1822. Este importante facto histórico que assinala o fim da era do Antigo Regime e o início do Portugal contemporâneo, remete-nos para dois aspetos relevantes. O primeiro deles foi a importância atribuída pelo Congresso da República à comemoração e à preservação da memória histórica com carácter institucional. O segundo aspeto prende-se com a carga simbólica que significou o facto de o poder legislativo republicano ter-se assumido como o legítimo herdeiro dos valores liberais instituídos pelas Cortes Constituintes e pela constituição que aí foi redigida ao longo de quase dois anos, entre 26 de janeiro de 1821 e 23 de setembro de 1822.

Em 1919, apesar do período político conturbado pelo qual a I República passava, com o país acabado de sair de uma guerra que o levou à exaustão económico-financeira e social, a comissão administrativa, em nome do Congresso da República, quis que ficasse registada no espaço parlamentar uma marca identitária e fundacional do regime republicano. Deste modo, foi atribuída ao pintor Veloso Salgado uma zona nobre e de grande destaque da Sala das Sessões, onde este pôde explicar e registar pictoricamente para a posteridade o simbolismo da importância do parlamentarismo e do constitucionalismo, marcas indeléveis em termos de tradição política legada ao Portugal republicano pelos revolucionários de 1820.

Conclusão

O conjunto de efemérides comemoradas no âmbito do Centenário da morte do general Gomes Freire de Andrade (1917) e da Revolução Liberal de 1820 (1920), transformaram-se em oportunidades com as quais o regime republicano se deparou e que poderão ter servido para desviar as atenções relativamente às crises económica, social e política que grassavam em Portugal nessa época. Todavia, deveremos destringir o significado de cada uma das duas comemorações. A primeira delas, o Centenário da morte de Gomes Freire, aconteceu num momento crítico do país. Portugal encontrava-se envolvido numa guerra mundial, num esforço considerável para um pequeno país da periferia da Europa e de poucos recursos, com o envolvimento de 100 mil homens em dois palcos de guerra e em três frentes³⁹⁰. O governo da União Sagrada tinha que, entre várias missões, unir o país em volta do desígnio da guerra, que tinha como propósito primeiro publicitado, a defesa do Império Colonial e, como segundo propósito, a indeminização de guerra, com a qual Afonso Costa, presidente do Ministério desde Abril de 1917 e principal mentor da participação bélica portuguesa, reporia o país na senda do desenvolvimento, com contas certas e uma marinha apetrechada, quer a mercante, quer a de guerra³⁹¹. Um outro propósito, talvez menos divulgado, seria o da legitimação internacional do regime republicano e do lugar que Portugal deveria ocupar no âmbito do futuro concerto das nações. Só parcialmente Portugal atingiu estes objetivos, pelo que o país arcou com uma fatura demasiadamente elevada devido às consequências da Grande Guerra, como se viu ao longo dos anos que mediaram desde o final desta, até ao golpe militar de 1926³⁹². O próprio regime republicano tornou-se vítima de uma crise, em parte por si criada, facto este que conduziu o regime a uma fragilidade ainda maior no plano interno.

Contudo, a comemoração do Centenário da morte de Gomes Freire, em 18 de outubro de 1917, constituiu um momento único como tentativa do regime de criar uma união entre a elite republicana dominante (entenda-se, PRP e o Partido Evolucionista) e as forças constituídas pelas instituições de inspiração republicana e, por arrastamento destas, o povo. Julgamos que, pelas descrições que pudemos verificar em alguns dos jornais da época, ainda existiu por esta altura uma capacidade significativa de congregar simultaneamente as instituições republicanas e o povo republicano, senão vejamos: marcaram presença nas celebrações de Gomes Freire instituições como centros republicanos, um conjunto significativo e diverso de lojas maçónicas, congregações de defesa da República (carbonária/formiga branca), sociedades humanitárias

³⁹⁰ Cf. Teixeira, 2014, p. 87-115.

³⁹¹ *Idem.*

³⁹² *Idem.* Cf. Meneses, 2010, p. 77-105.

(bombeiros, escolas musicais e de arte), a academia, instituições militares (exército e marinha) e paramilitares (GNR e polícia civil), “forças vivas” do patronato, nomeadamente as associações comercial e industrial, sindicatos e mútuas de trabalhadores, câmaras municipais e juntas de freguesia, escolas (nomeadamente escolas primárias, verdadeiro desígnio republicano no campo da educação, da “educação moral e cívica”³⁹³ onde seriam formados os cidadãos de amanhã³⁹⁴), bem como o povo trabalhador, particularmente os trabalhadores ligado aos serviços e, em menor escala, os operários.

Quer nas cerimónias públicas, quer nas cerimónias de índole mais formal e institucional que tiveram lugar, foram significativas as presenças oficiais por parte do governo e das câmaras municipais, o que denotou a importância dada às cerimónias por parte do poder político instituído. É verdade que nem o chefe do Estado, Bernardino Machado, nem o presidente do Ministério, Afonso Costa, marcaram presença nas efemérides, porém, estes estavam envolvidos num périplo por vários países aliados, no âmbito da participação de Portugal na Grande Guerra³⁹⁵. Foi decretado feriado nacional para o dia 18 de outubro de 1917³⁹⁶, facto que revela a importância atribuída pelo governo à data em questão.

As cerimónias referentes ao Centenário de Gomes Freire apelaram à memória histórica dos feitos deste general e dos heróis vintistas que lhe sucederam. Os ideais da Revolução Liberal de 1820 foram invocados vezes sem conta por aqueles que lideraram as comunicações durante as cerimónias, pelo que deveremos concluir que o regime republicano procurava também nestas comemorações, construir e impor uma memória dos valores do liberalismo vintista, os quais, encontravam-se esquecidos pela população em geral. A República precisava de construir uma história que fosse por todos reconhecida como sendo a história heroica dos valores identitários do regime, os quais remontavam ao Vintismo. Os heróis estavam encontrados: Gomes Freire, os seus companheiros de suplício, Manuel Fernandes Tomás e tantos outros que estiveram com a revolução e com a conceção da I Constituição Portuguesa de 1822. Os fundamentos dos valores da República eram também remetidos para alguns acontecimentos históricos, vagamente, mas, ainda assim, mais reconhecidos pelo povo (cidadãos). Referimo-nos à Revolução Francesa, da qual o Vintismo, mas também o movimento republicano, sempre se reclamaram herdeiros.

³⁹³ Catroga, 2010, p. 259.

³⁹⁴ Cf. Catroga, p. 264-269.

³⁹⁵ A Capital, nº 2570, de 15/10/1917, p. 2; nº 2573, de 18/10/1917, p. 1; nº 2574, de 19/10/1917, p. 2; e nºs seguintes.

³⁹⁶ Vargues, 1997, p. 79.

Deste modo, consideramos que o Centenário da morte de Gomes Freire foi, apesar das contrariedades criadas pela guerra e pela crise instalada, um momento durante o qual a República fez uma demonstração de força e de capacidade de mobilização que pareciam longe de ser possível até à altura. Contudo, tudo iria mudar em dezembro desse ano com o golpe de Sidónio Pais.

A comemoração da Revolução de 1820, teve um caráter mais descentralizado, visto que, neste caso, a cidade do Porto assumiu uma importância maior, o que não era usual no Portugal macrocéfalo, onde tudo costumava começar e acabar na capital.

As comemorações da Revolução Liberal, em 24 de Agosto de 1920, na cidade do Porto, assinalaram um êxito significativo para o débil regime republicano. As descrições que encontrámos nos jornais da época, demonstram isso mesmo. A forte mobilização das instituições do Porto e da região norte para as celebrações, bem como os banhos de multidão a que o chefe de Estado, António José de Almeida, foi submetido, confirmam que a visita ao Porto foi um sucesso retumbante. Todavia, esse sucesso resultou mais da importância dada à visita do presidente durante três dias à região, conjuntamente com uma importante representação do governo, nomeadamente através da presença do presidente do Ministério, António Granjo, do que pelos apelos ao despertar da memória histórica dos valores do Vintismo, com origem na cidade do Porto. A única cerimónia realizada na cidade Invicta destinada a celebrar exclusivamente a Revolução de 1820 foi aquela que levou o presidente, respetiva comitiva, instituições representadas e o povo em geral, em romaria até ao quartel de Infantaria 6, tendo sido aí descerrada uma lápide em homenagem à forte ligação deste quartel à Revolução de 1820³⁹⁷, tal como é referido em diversas passagens desta dissertação³⁹⁸. Todas as outras visitas e cerimónias estiveram ligadas a outras efemérides ou a visitas de ocasião, as quais passamos a recordar: visita ao Club Fenianos, com a projeção na praça de um filme sobre a Revolução de 1820; visita ao cemitério do Prado, a propósito dos vencidos do 31 de janeiro de 1891; visita à sede da Associação Comercial do Porto, no Palácio da Bolsa; visita ao Museu das Belas Artes; visita à Colónia Sanatorial Marítima; visita à Colónia Marítima, onde estavam albergados os filhos dos soldados da Junta Patriótica do Norte; visita às obras em curso no porto de Leixões. Algumas destas visitas tiveram um caráter de premência no sentido de o poder político centralizado em Lisboa tomar conhecimento das dificuldades e acorrer às emergências causadas pela escassez de recursos com que algumas destas instituições se debatiam. Claramente, esta visita do presidente António José de Almeida teve como objetivo anunciado prestar a

³⁹⁷ Diário de Notícias, nº 19661, de 25/08/1920, p. 1, com reportagem “Do nosso enviado especial”.

³⁹⁸ Cf. p. 57, 60, 61 e 66.

homenagem merecida à Revolução de 24 de agosto de 1820 no Porto e aos seus heróis, no entanto, o que verdadeiramente ficou registado nos jornais da época foi o atendimento às necessidades de curto prazo das instituições e das gentes do norte do país. Também as divergências de fundo entre defensores e opositores à participação na Grande Guerra vieram à tona. A título de exemplo, lembremos a d^a Filomena de Oliveira, responsável da Colónia Marítima onde estavam abrigados os filhos dos soldados da Junta Patriótica do Norte que, com as palavras dirigidas ao chefe de Estado pretendeu que este ficasse sensibilizado para as graves dificuldades pelas quais passava esta instituição que albergava crianças, filhos de soldados que combateram na Grande Guerra e que, pela oposição ao envolvimento na guerra por parte de alguns, a instituição tinha sido votada ao esquecimento³⁹⁹.

A visita efetuada ao Porto pelo presidente, a propósito do Centenário da Revolução de 24 de agosto de 1820, teve muito pouco de exercício de memória histórica dos valores identitários do Vintismo e dos seus heróis reconhecidos e reclamados pela República como sendo património político-ideológico seu. Porém, teve muito de propaganda e de angariação de prestígio para as instituições do regime republicano que tão carenciadas estavam destes predicados, devido aos sucessivos fracassos somados ao longo dos 10 anos de República.

Em relação às cerimónias realizadas a propósito do Centenário da Revolução de 1820 em Lisboa, no dia 15 de setembro de 1920, a capacidade de mobilização demonstrada pelos organizadores das celebrações, Comissão Executiva do Centenário e a Câmara Municipal de Lisboa, foi menor do que aquela que se verificou cerca de 20 dias antes, na cidade do Porto. O número de instituições pró-republicanas que marcaram presença nas celebrações, de outras instituições e do povo em geral, foi significativamente mais baixo. É verdade que as cerimónias do dia 15 de setembro em Lisboa, ficaram restringidas, durante o dia, ao bairro de Campo de Ourique, com três iniciativas em destaque: a inauguração da estátua da Maria da Fonte, o descerrar da lápide referente à rua rebatizada com o nome de um dos heróis do Sinédrio e da Revolução de 1820, Silva Carvalho, e a romaria ao túmulo de Manuel Fernandes Tomás, no cemitério dos Prazeres. Em cada um destes eventos, estiveram presentes o governo, com o presidente do Ministério à cabeça, todavia, o chefe do Estado não pôde marcar presença⁴⁰⁰, facto que terá retirado algum brilho às três cerimónias referidas.

No entanto, se em algum aspeto o Centenário festejado em Lisboa se destacou face ao que se verificou no Porto, foi na vertente de apelo aos valores do Vintismo e ao destaque dado a

³⁹⁹ Página 58 da Dissertação.

⁴⁰⁰ Centenário da Revolução Liberal de 1820 na cidade de Lisboa: p. 66-86. Informação acerca do presidente da República consta das p. 63-64 da dissertação.

duas figuras maiores da revolução e da conceção da Constituição: as homenagens a Silva Carvalho e, especialmente, a Manuel Fernandes Tomás. Os discursos proferidos pelos oradores invocaram a Revolução Francesa, a luta pela libertação face ao jugo do absolutismo real, o brilhantismo e a visão moderna das leis promulgadas pelos deputados das Cortes Constituintes. A matriz fundadora do demoliberalismo, a memória histórica e identitária do regime ainda em vigor na I República surgiu bem vincada por todos os oradores.

Na primeira das cerimónias do dia, aquela em que foi inaugurada a estátua da Maria da Fonte, ficou evidenciado como a República aproveitou uma luta encetada pelo povo e, em particular, pelas mulheres do povo, para fazer surgir um rosto representativo da República, como se de uma *Marianne* em versão portuguesa se tratasse, independentemente de as causas defendidas na altura serem de cariz reacionário face ao pensamento republicano. Este seria um pormenor, em face de um valor maior do qual o regime republicano tanto necessitava.

As cerimónias realizadas em Lisboa relativas ao Centenário da Revolução Liberal, terminaram a 26 de setembro, com uma homenagem a Gomes Freire, junto ao monumento dedicado ao seu suplício, situado junto ao forte de S. Julião da Barra. Foi igualmente realizada uma cerimónia no Campo Mártires da Pátria, onde foi prestada uma sentida homenagem aos companheiros de Gomes Freire, mortos naquele local. As homenagens realizadas em Lisboa tiveram uma participação significativa por parte de populares e de instituições, contudo, a efeméride realizada em Oeiras não terá sido tão concorrida, conforme aparece registado nos periódicos consultados. Estas cerimónias proporcionaram, uma vez mais, a evocação daqueles que foram considerados os precursores da Revolução de 1820. A narrativa construída neste sentido parece-nos excessiva, quando pouco ou nada se sabe sobre Gomes Freire em termos daquilo que foi o seu pensamento político estruturado⁴⁰¹.

O tema de Gomes Freire e da Revolução de 1820 misturaram-se e confundiram-se durante as celebrações dos centenários de 1917 e de 1920. É certo que a narrativa construída pelo regime republicano e que perdurava já desde o Vintismo fazia sentido, contudo, a verdade histórica poderá não corresponder por inteiro ao que foi escrito e dito por muitos dos vultos do republicanismo coevo.

A sessão decorrida no Congresso da República, no Centenário das Cortes Constituintes, em 26 de janeiro de 1921, mostrou um regime republicano onde as suas elites políticas, independentemente dos alinhamentos mais conservador ou mais progressista, fizeram questão de preservar uma narrativa comum. As evocações feitas ao Iluminismo, à Revolução Francesa,

⁴⁰¹ Costa, 2017, p. 87.

a Gomes Freire e à Revolução de 1820, foram comuns a todas as bancadas parlamentares que intervieram. As dissonâncias foram poucas e nunca assumiram divergências graves, ao contrário da realidade que corria nua e crua na rua, com a contestação social ao rubro e que dealbou, 10 meses depois, na noite sangrenta de 19 de outubro de 1921, tema este que não cabe nesta dissertação, mas que, na nossa perspetiva, significou a estocada final na I República e da qual nunca mais se recompôs até ao golpe do 28 de Maio de 1926.

A contestação social e a periclitante situação económico-financeira de Portugal, agravada pela crónica falta de legitimidade do regime republicano desde o 5 de outubro, influenciaram fortemente as celebrações dos centenários, especialmente dos festejos associados ao 15 de setembro de 1920, em Lisboa.

Por último, a passagem do centenário da I Constituição Portuguesa, em 23 de setembro de 1922, sem qualquer comemoração digna de registo, com o patrocínio do regime republicano, transforma-se na aferição que porventura faltaria para se concluir que, por esta altura, já nem uma celebração de cariz institucional reuniria as condições no sentido de apelar aos sentimentos ligados ao património demoliberal e vintista herdado pela I República. Vislumbrava-se já quão perto se encontrava Portugal de uma mudança de regime, cuja matriz era autoritária e antiliberal, em oposição à matriz demoliberal da I República, cuja raiz remontava ao Vintismo e à Constituição daí resultante.

Fontes e bibliografia

Fontes - Arquivos

AH AR – Arquivo Histórico da Assembleia da República

AMA – Arquivo Municipal de Almada

AML – Arquivo Municipal de Lisboa

BN – Biblioteca Nacional

BPM AR – Biblioteca Passos Manuel da Assembleia da República

B UAL – Biblioteca da Universidade Autónoma de Lisboa

GEO – Gabinete de Estudos Olisiponenses

MPR – Museu da Presidência da República

Periódicos (jornais e revistas)

A Capital

A Vanguarda

Diário de Notícias

Ilustração Portuguesa

O Mundo

O Século

Livros e revistas

ABREU, Laurinda; SERRÃO, José Vicente – Revisitar a pneumónica de 1918-1919: introdução. *Ler História* [Em linha]. Nº 73 (2018) p. 9-19. [Consult. 17 set. 2024]. Disponível em URL: <http://journals.openedition.org/lerhistoria/3944>

- AFONSO, Aniceto – Portugal e a guerra nas colónias. *In História da Primeira República Portuguesa*. 3ª ed. Lisboa: Edições tinta-da-china, 2021. ISBN 978-989-671-648-6. P. 287-299.
- ANDERSON, Benedict – *Comunidades Imaginadas: Reflexões Sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo*. Lisboa: Edições 70, 1991. ISBN 972-44-1210-5.
- ANDRADE, Luís Oliveira e TORGAL, Luís Reis - *Feriados em Portugal: tempos de memória e de sociabilidade*, 2ª edição Coimbra: Imprensa da UC, 2012.
- BARROS, Júlia Leitão de – O jornalismo político d'O Século e do Diário de Notícias. *Comunicação Pública* [Em linha], Vol.10 nº17 (2015), posto online no dia 30 junho 2015, [Consult. 17 out. 2024]. Disponível em URL: <http://journals.openedition.org/cp/928>
- BRAGA, Teófilo – *História das Ideias Republicanas em Portugal*. Lisboa: Vega, 1983. ISBN 978-972-699-957-7.
- CATROGA, Fernando – *O Republicanismo em Portugal: Da formação ao 5 de outubro de 1910*. 3ª ed. Alfragide: Casa das Letras. 2010. ISBN 978-972-46-1983-5.
- CORREIA, Sílvia – *Políticas da memória da I Guerra Mundial em Portugal 1918-1933: entre a experiência e o mito*. Lisboa, 2010. Tese de Doutoramento em História Política e Institucional Contemporânea, apresentada à Universidade Nova de Lisboa (polic.ª). Disponível em <http://hdl.handle.net/10362/5811> [Consult. em 21-08-2024].
- COSTA, Fernando Marques – Gomes Freire de Andrade: O Mártir do Mito. *Maçon cristão trinitário, escocês retificado, martinista e templário*. 2ª ed. Lisboa: Instituto de Estudos Maçónicos e Supremo Conselho do REAA para Portugal e sua Jurisdição, 2017. ISBN 978-989-99435-2-0
- FARINHA, Luís – A transformação política da República: o PRP dos «bonzos», tempo dos deuses menores. *In História da Primeira República Portuguesa*. 3ª ed. Lisboa: Edições tinta-da-china, 2021. ISBN 978-989-671-648-6. P. 569-582.
- FERNADES, Paulo Jorge – A vida política. *In História Contemporânea de Portugal: 1808-2010*. Lisboa: Penguin Random House, 2014. ISBN 978-989-8775-07-8. Vol. 3, p. 31-85.

- FERREIRA, Fátima Sá e Melo – Povo – Povos. *Ler História*. [Em linha]. N° 55 (2008), p. 141-154. [Consult. 4 out. 2024]. Disponível em URL: <http://journals.openedition.org/lerhistoria/2271>
- GOUVEIA, Beatriz do Vale Neves – *Veloso Salgado: Estudo e intervenção de conservação e restauro do espólio doado ao Museu Nacional de Arte Contemporânea do Chiado*. Tomar, 2020. Relatório de estágio de mestrado em Conservação e Restauro (pintura), apresentado ao Instituto Politécnico de Tomar (polic.^a).
- HOMEM, António Pedro Barbas – Modelos de constitucionalismo liberal. *In A Revolução de 1820: Leituras e Impactos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. 2022. ISBN 978-972-671-703-4.
- JOÃO, Maria I. C. - *MEMÓRIA E IMPÉRIO: COMEMORAÇÕES EM PORTUGAL (1880-1960)*, Universidade Aberta, 1999. Tese de Doutoramento em História, apresentada na Universidade Aberta (polic.^a). Disponível em [file:///C:/Users/catir/Downloads/TD_Isabel%20Jo%C3%A3o%20\(5\).pdf](file:///C:/Users/catir/Downloads/TD_Isabel%20Jo%C3%A3o%20(5).pdf) [consult. 1 dez. 2023].
- LAGE, Maria Otília – A Conspiração de 1817 – Gomes Freire, de Raul Brandão, Mundividência histórica brandoniana. *In Pereira, Miriam Halpern (org.) [et al.] – A Revolução de 1820: Leituras e Impactos*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2022.
- LARIO, Ángeles – Idea y acción en la construcción de la cultura política peninsular. Revolución, Monarquía y Constitución en 1812 y 1822. *In A Revolução de 1820: Leituras e Impactos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. 2022. ISBN 978-972-671-703-4.
- MARQUES, A. H. de Oliveira – *Breve História de Portugal*. 4^a ed. Lisboa: Editorial Presença, 2001.
- MARQUES, Isabel Pestana – Portugal nas trincheiras: os combatentes portugueses em França. *In História da Primeira República Portuguesa*. 3^a ed. Lisboa: Edições tinta-da-china, 2021. ISBN 978-989-671-648-6. P. 301-318.
- MARTINS, Pedro - *History, Nation e Politics: the Middle Ages in Modern Portugal (1890-1947)*: Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2016. Tese de Doutoramento em História Contemporânea, apresentada na Universidade Nova de Lisboa (polic.^a). Disponível em [file:///C:/Users/catir/Downloads/tese_pedro%20martins%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/catir/Downloads/tese_pedro%20martins%20(3).pdf) [consult. 21 dez. 2023].

- MARTINS, Rocha – Maria da Fonte. *Cadernos Históricos*. Nº 10. Lisboa: Edições Excelsior, [s.d.].
- MENESES, Filipe Ribeiro de – *Afonso Costa*. Alfragide: Texto Editores, 2010. ISBN 978-972-47-4183-3.
- PALMA, Nuno – *As Causas do Atraso Português: Repensar o passado para reinventar o presente*. 5ª ed. Alfragide: Publicações D. Quixote, 2024. ISBN 978-972-20-7934-1.
- PEREIRA, Joana Dias – A ofensiva operária. *In História da Primeira República Portuguesa*. 3ª ed. Lisboa: Edições tinta-da-china, 2021. ISBN 978-989-671-648-6. P. 421-440.
- PEREIRA, Miriam Halpern (org.) [et al.] – *A Revolução de 1820: Leituras e Impactos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2022. ISBN 978-972-671-703-4.
- PINHEIRO, Magda – *O Liberalismo nos Espaços Públicos: A Memória das Revoluções Liberais Através dos Monumentos que a Celebram*. Oeiras: Celta Editora, 2000. ISBN 972-774-094-4.
- PINTO, Ana Catarina – Nova estratégia para a República. *In História da Primeira República Portuguesa*. 3ª ed. Lisboa: Edições tinta-da-china, 2021. ISBN 978-989-671-648-6. P. 411-419.
- PIRES, Ana Paula – A economia de guerra: a frente interna. *In História da Primeira República Portuguesa*. 3ª ed. Lisboa: Edições tinta-da-china, 2021. ISBN 978-989-671-648-6. P. 319-347.
- RAMOS, Rui (coord.), SOUSA, Bernardo V., MONTEIRO, Nuno G. – *História de Portugal*. 8ª ed., 2ª rep. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2019. ISBN 978-989-626-366-9.
- REIS, António – Epílogo: o fim da Primeira República. *In História da Primeira República Portuguesa*. 3ª ed. Lisboa: Edições tinta-da-china, 2021. ISBN 978-989-671-648-6. P. 569-582.
- RIBEIRO, Jorge – *Luneta do Congresso da República: Herança política e memória histórica 100 anos depois (1920-1922)*. Lisboa, 2023. Trabalho do semestre da disciplina Gestão do Património, Mestrado em História e Patrimónios, apresentado na Universidade Autónoma de Lisboa.

- ROSAS, Fernando – *a primeira república 1910-1926: como venceu e porque se perdeu*. Lisboa: Bertrand Editora, 2018. ISBN 978-972-25-3676-9.
- SAMARA, Maria Alice – A evolução política (1910-1917). In *História da Primeira República Portuguesa*. 3ª ed. Lisboa: Edições tinta-da-china, 2021. ISBN 978-989-671-648-6. P. 371-395.
- SERRA, João B. – A evolução política (1910-1917). In *História da Primeira República Portuguesa*. 3ª ed. Lisboa: Edições tinta-da-china, 2021. ISBN 978-989-671-648-6. P. 93-128.
- SARDICA, José Miguel – *Da Monarquia à República: Pequena História Política, Social e Militar*. Lisboa: Alêtheia Editores, 2011. ISBN 978-898-622-429-5.
- SILVA, Álvaro Ferreira da – O processo económico. In *História Contemporânea de Portugal: 1808-2010*. Lisboa: Penguin Random House, 2014. ISBN 978-989-8775-07-8. Vol. 3, p. 87-115.
- SOUSA, Jorge Pedro – Portugal - Pequena história de um grande jornalismo I: Da manufatura à Indústria. [Em linha], (2021), [Consult. 22 nov. 2024]. Disponível em [file:///C:/Users/catir/Downloads/coleoicnova8_completo_2%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/catir/Downloads/coleoicnova8_completo_2%20(1).pdf)
- TEIXEIRA, Nuno Severiano – Portugal no mundo. In *História Contemporânea de Portugal: 1808-2010*. Lisboa: Penguin Random House, 2014. ISBN 978-989-8775-07-8. Vol. 3, p. 87-115.
- TELO, António José – População e sociedade. In *História Contemporânea de Portugal: 1808-2010*. Lisboa: Penguin Random House, 2014. ISBN 978-989-8775-07-8. Vol. 3, p. 87-115.
- VARGUES, Isabel Nobre – *A aprendizagem da cidadania em Portugal (1820-1823)*. Coimbra: Livraria Minerva Editora. 1997. ISBN 972-8318-13-8.
- VENTURA, António Pires – O 1º Centenário da Morte de Gomes Freire de Andrade. *Revista Militar*. [Em linha]. 2605/2606 (2019) p. 137-149. [Consult. 18 out. 2024]. Disponível em <https://www.revistamilitar.pt/artigo/1401>

Outra bibliografia eletrónica

Estudo para a luneta da Sala das Sessões, disponível em <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/Estudos-luneta-Sala-das-Sesoes.aspx> [Consult. 16 nov. 2022].

As Cortes de 1820, de Veloso Salgado, disponível em <https://museu.parlamento.pt/DetalhesObra/Index/31?tipo=OBJ> [Consult. 3 jan. 2023].

As Cortes Constituintes, disponível em <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/As-Cortes-Constituintes.aspx> [Consult. 3 jan. 2023].

O início dos trabalhos no Parlamento: 1821 / 1911 / 1935 / 1975, disponível em <https://app.parlamento.pt/comunicar/V1/202203/78/artigos/art6.html> [Consult. 12 jul. 2024].

Ilustração Portuguesa, 781, de 5/02/1921, p. 94-96, disponível em https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/obras/ilustracaoport/1921/N781/N781_master/N781.pdf [Consult. 12 jul. 2024].

A Constituição de 1822, disponível em <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/Constituicao-1822.aspx> [Consult. 30 jul. 2024].

Diário do Congresso. *Debates Parlamentares* [Em linha]. Em 26 de janeiro de 1921. Sessão nº 6 (1921). [Consult. 12 jul. 2024]. Disponível em <https://debates.parlamento.pt/catalogo/r1/cr/01/04/03/006/1921-01-26/1>

O portal da História: Biografias. Álvaro de Castro. Disponível em https://www.arqnet.pt/portal/biografias/alvaro_castro.html [Consult. 11 set. 2024].

Infopédia: Dicionários Porto Editora. António Granjo. Disponível em [https://www.infopedia.pt/artigos/\\$antonio-granjo](https://www.infopedia.pt/artigos/$antonio-granjo) [Consult. 11 set. 2024].

Portugal 1914. Celestino Germano Pais Almeida. Disponível em <https://www.portugal1914.org/portal/pt/historia/biografias/item/2660-almeida-celestino-germano-pais> [Consult. 11 set. 2024].

<https://arepublicano.blogspot.com/2007/03/carlos-olavo-nasceu-no-funchal-7-de.html> [Consult. 11 set. 2024].

Assembleia da República. Publicações online. Vasco Borges. [Em linha]. Lisboa: AR. [Consult. 11 set. 2024] Disponível em

https://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/b/borges_vasco.pdf

https://pt.wikipedia.org/wiki/Vasco_Guedes_de_Vasconcelos [Consult. 11 set. 2024].

<http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/arquivo/?p=creators/creator&id=920> [Consult. 11 set. 2024].

https://pt.wikipedia.org/wiki/Leonardo_Coimbra [Consult. 11 set. 2024].

[https://www.infopedia.pt/artigos/\\$liberato-pinto](https://www.infopedia.pt/artigos/$liberato-pinto) [Consult. 16 set. 2024].

<https://htc.fcsh.unl.pt/portfolio/portugal-1914/> [Consult. 16 set. 2024].

<https://www.oriomaiorense.com/antonio-gomes-de-sousa-varela> [Consult. 31 out. 2024].

https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%81lvaro_Pereira_de_Lacerda#cite_note-3 [Consult. 15 nov. 2024].

[https://www.infopedia.pt/\\$liberato-pinto](https://www.infopedia.pt/$liberato-pinto) [Consult. 16 nov. 2024].

https://purl.pt/14330/1/j-2981-g_1920-09-14/j-2981-g_1920-09-14_item2/j-2981-g_1920-09-14_PDF/j-2981-g_1920-09-14_PDF_24-C-R0150/j-2981-g_1920-09-14_0000_1-2_t24-C-R0150.pdf [Consult. 19 nov. 2024].

<https://debates.parlamento.pt/catalogo/r1/cs/01/06/01/118/1922-09-13/1> [Consult. 26 nov. 2024].

ANEXOS

ANEXO I Resumo de funções desempenhadas durante o Vintismo

º esboço	Nomes	Funções desempenhadas pelas principais figuras do Vintismo ⁴⁰²
1	Thomé Rodrigues Sobral	Deputado
2	Cirne Madureira	Vogal representante da Nobreza e Junta Provisional Preparatória das Cortes
3	Barão de Molellos	Deputado
4	Mathias José Dias Azedo	Junta Provisional Suprema do Reino
5	Ferreira de Castro	Não identificado
6	Bernardo Corrêa da Castro e Sepulveda	Deputado
7	A. Da Silveira Pinto da Fonseca	Presidente da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino e membro do Sinédrio
8	Hermano José Braancamp do Sobral	Deputado
9	Roque R. d'Abranches Castello-branco	Membro da Junta Provisional do Governo do Reino
10	José Ferreira Borges	Deputado
11	Conde de Sampaio	Pres. da Junta de Governo de Lisboa, nomeada em 13/09/1820. Pres. da regência do reino nomeada pelas Cortes em 26/01/1821
12	Basílio Alberto de Souza	Deputado
13	João Baptista Felgueiras	Deputado
14	Manoel Fernandes Thomaz	Deputado e Vice-presidente das Cortes
15	Arcebispo da Bahia	Deputado e Presidente das Cortes
16	Antonio Carvalho Fortes de Pina	Deputado
17	José Joaquim Rodrigues de Bastos	Deputado
18	Francisco Antonio de Almeida Moraes Pessanha	Deputado e Comissão encarregada da confirmação dos títulos e poderes de todos os deputados
19	José Victorino Barreto Feio	Deputado
20	José da Silva Carvalho	Membro fundador do Sinédrio, Junta Provisional do Governo Supremo do Reino e Junta Provisional Preparatória das Cortes
21	João da Cunha Sotto Maior	10º membro do Sinédrio, Junta Provisional do Governo Supremo do Reino e Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano de 1821 a 1823
22	Tachigrapho	Taquigrafo
23	José António Guerreiro	Deputado (não consta na lista oficial???) e chefiou o governo liberal no exílio
24	Francisco José de Barros Lima	Junta Provisional do Governo Supremo do Reino (represent. da classe comercial) e membro da Junta Provisional Prepar. das Cortes
25	Sebastião D. Valente Cabreira	Vice-pres. da Junta Provisória Supremo Governo do Reino e Pres. de uma das comissões da Junta Provisional Preparatória das Cortes
26	Marquez de Ponte de Lima	Não identificado
27	Marechal Vasconcellos	Acompanhou a família real para o Brasil e voltou a Portugal, tendo sido promovido a Marechal
28	Thomaz de Mello Breyner	Não identificado
29	José Jorge Loureiro	Militar Liberal
30	Francisco Gomes da Silva	Junta Provisional do Supremo Governo do Reino
31	José Ribeiro Saraiva	Deputado
32	José Joaquim Ferreira de Moura	Junta Provisional do Governo Supremo do Reino e Deputado das Cortes Constituintes pela Província da Beira
33	Agostinho José Freire	Deputado e militar. Comissão encarregada de verificar os poderes dos 5 deputados da com. encarr. dos tit. e poderes de todos os dep.
34	Manuel Borges Carneiro	Deputado
35	Jeronymo José Carneiro	Deputado. Comissão encarregada de verificar os poderes dos 5 deputados da com. encarregada dos tit. e poderes de todos os dep.
36	João Maria Soares Castello Branco	Deputado
37	Felix de Avelar Brotero	Deputado
38	Luiz Antonio Rebello da Silva	Deputado. Um dos responsáveis pelo Diário das Cortes
39	Francisco Simões Margiochi	Deputado. Eleito duas vezes Vice-presidente da mesa das Cortes. Com. encarregada da confirm. dos tit. e poderes de todos os deputados
40	Francisco Soares Franco	Deputado e médico de prestígio. Comissão encarregada da confirmação dos títulos e poderes de todos os deputados
41	Bento Pereira do Carmo	Deputado
42	João Vicente Pimentel Maldonado	Deputado. Eleito pela Província da Estremadura. Comissão encarregada da confirmação dos títulos e poderes de todos os deputados
43	Manoel Alves do Rio	Deputado pela Estremadura. Comissão encarregada da confirmação dos títulos e poderes de todos os deputados
44	João Pereira da Silva	Deputado
45	José Maria Xavier de Araujo	Membro do Sinédrio. Junta Provisional do Governo Supremo do Reino. Junta Provisional Preparatória das Cortes. Deputado.
46	João Homem Correa Telles	Deputado
47	Manoel Paes de Sande e Castro	Matemático
48	Antonio Pinheiro de Azevedo e Silva	Deputado. Comissão encarregada de verificar os poderes dos 5 deputados da com. encarregada dos tit. e poderes de todos os dep.
49	Antonio José Ferreira de Sousa	Deputado
50	Joaquim Navarro de Andrade	Deputado ? (não consta na lista inicial)

⁴⁰² <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/As-Cortes-Constituintes.aspx> [Consult. 3 jan. 2023].